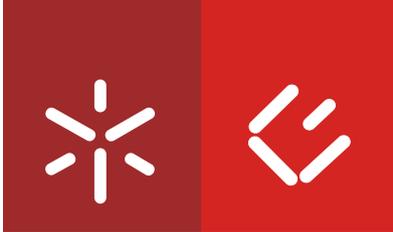


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

André Edson Ribeiro de Souza Aprígio

**A paradiplomacia e a atuação internacional
de governos subnacionais**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

André Edson Ribeiro de Souza Aprigio

A paradiplomacia e a atuação internacional de governos subnacionais

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais

DECLARAÇÃO

Nome: André Edson Ribeiro de Souza Aprigio

Endereço eletrónico: andre.aprigio@gmail.com Telefone: +55.21.981130006

Número do Bilhete de Identidade: PP - FM-177005

Título da dissertação: A paradiplomacia e a atuação internacional de governos subnacionais

Orientador: Professora Doutora Isabel Estrada Carvalhais

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado: Mestrado em Relações Internacionais

Grau de Mestre em Relações Internacionais

Escola de Economia e Gestão

Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho, ___/___/___

Assinatura: _____

(página intencionalmente em branco)

À minha mãe, Marly, por ter me dado a vida e me fazer quem eu sou. Ao Rio, pelos seus 450 anos, e por ser a cidade onde encontrei o amor da minha vida.

(página intencionalmente em branco)

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de tudo e de todos e promotor de todos os acontecimentos, por permitir mais essa conquista.

À Larissa Almada, esposa, amiga e alma gêmea. Todo o meu amor e carinho. Ao seu lado, todas as difíceis trilhas tornam-se boas aventuras.

À minha mãe, Marly Ribeiro de Souza Aprigio, exemplo de perseverança, coragem e determinação e que sempre me incentiva a ir mais além.

À professora doutora Isabel Estrada Carvalhais, que desde o início do Mestrado em Relações Internacionais, presencialmente em Portugal e, “tempos” depois, por meios tecnológicos, aceitou o tema, o desafio, incentivou-me e também não desistiu. Pelos ensinamentos e confiança, o meu muito obrigado!

Aos colegas de turma do MRI/UMinho, pelas trocas de experiências e generosidade em saber receber tão bem um colega estrangeiro e em especial ao amigo-irmão Francisco Melo, presente gratuito dessa vida.

À minha família e amigos, que souberam respeitar os momentos de reclusão, para que eu pudesse ver chegar esse momento.

(página intencionalmente em branco)

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a importância dos governos subnacionais na estruturação das cidades como plataforma de defesa de seus interesses locais/regionais, na cena internacional, tendo como foco principal a cidade do Rio de Janeiro. Este trabalho analisa o conceito clássico de soberania, em relação à realidade contemporânea da globalização e apresenta, de forma geral, os principais teóricos e conceitos existentes sobre paradiplomacia. Adicionalmente, sob os conceitos da “*interdependência complexa*” de Keohane & Nye (1989) e da “*nova geografia do poder*” de Sassen (2009), nos quais outros atores possuem relevante participação na cena internacional, este trabalho investigou a distribuição de competências entre o Estado central brasileiro e seus governos subnacionais, analisou se as atividades paradiplomáticas dos governos subnacionais afrontam ou não a soberania do Estado e como se comporta o Estado central brasileiro perante a atuação internacional de seus entes federados. De igual forma, como estudo de caso, este trabalho teve seu foco direcionado para a cidade do Rio de Janeiro, apresentando breve relato histórico do passado do Rio à atualidade, traçando um marco histórico da criação dos órgãos responsáveis pelas atividades paradiplomáticas na cidade e de suas atuações paradiplomáticas contemporâneas mais relevantes, o que demonstrou que, uma vez estruturadas, as ações dos governos subnacionais podem ser uma importante ferramenta para projeção internacional e defesa dos interesses locais.

Palavras-chaves: Interdependência, paradiplomacia, relações internacionais, governos subnacionais, Rio de Janeiro.

(página intencionalmente em branco)

ABSTRACT

This work aims to analyze the importance of subnational governments in the structuring of cities as a platform for pursuing their local/regional interests on the international scene, with the main focus on the city of Rio de Janeiro. This research analyzes the classical concept of sovereignty in relation to the contemporary reality of globalization and presents, in general, the main theoretical existing concepts of paradiplomacy. Additionally, under the concepts of "complex interdependence" by Keohane & Nye (1989) and "new geography of power" by Sassen (2009), in which other actors have relevant participation in the international arena, this work investigated the distribution of powers between Brazil's central government and its subnational governments, considered whether paradiplomatic activities of subnational governments confront or not the sovereignty of the state and how the Brazilian central government behaves towards the international activities of its federal entities. Also, as a case study, this work had its focus directed to the city of Rio de Janeiro, with a brief historical account of the past of Rio to the present, tracing a historical milestone of the creation of bodies responsible for paradiplomatic activities in the city and of its most outstanding contemporary paradiplomatic performances, demonstrating that once structured, the actions of subnational governments can be an important tool for international recognition and representation of local interests.

Keywords: Interdependency, paradiplomacy, international relations, subnational governments, Rio de Janeiro.

(página intencionalmente em branco)

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar la importancia de los gobiernos subnacionales en la estructuración de las ciudades como una plataforma de defensa de sus intereses locales/regionales en la escena internacional. En este trabajo se analiza el concepto clásico de soberanía en relación con la realidad contemporánea de la globalización y presenta, en general, los principales conceptos teóricos y la paradiplomacia existentes. Además, bajo los conceptos de "interdependencia compleja" de Keohane y Nye (1989) y la "nueva geografía del poder" Sassen (2009), en los que otros actores tienen una participación importante en el ámbito internacional, estudio investigó la distribución de competencias entre el Estado brasileño central y sus gobiernos subnacionales, consideró si las actividades paradiplomáticas de los gobiernos subnacionales se enfrentan o no la soberanía del Estado y cómo se comporta el estado central de Brasil ante las actividades internacionales de sus entes federados. También, como un estudio de caso, este trabajo tuvo su foco dirigido a la ciudad de Río de Janeiro, con una breve reseña histórica del pasado de Río hasta la actualidad, trazando un hito histórico de los organismos responsables de las actividades paradiplomáticas en la ciudad y sus sobresalientes actuaciones paradiplomáticas contemporáneas, lo que demuestra que una vez estructuradas, las acciones de los gobiernos subnacionales pueden ser una herramienta importante para el reconocimiento internacional y la protección de los intereses locales.

Palabras clave: Interdependencia, paradiplomacia, relaciones internacionales, gobiernos subnacionales, Rio de Janeiro.

(página intencionalmente em branco)

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	x
RESUMEN	xii
LISTA DE ABREVIATURAS	xvi
LISTA DE QUADROS	xx
LISTA DE FIGURAS	xxii
LISTA DE GRÁFICOS	xxiii
LISTA DE ANEXOS	xxiv
INTRODUÇÃO	1
1.1 Enquadramento do tema e objetivos de estudo	1
1.2 Metodologia e Estrutura	2
AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS ATORES	5
2.1 Estado e soberania: uma abordagem <i>per summa capita</i>	5
2.2 Relações internacionais e novos atores	9
2.3 Os governos subnacionais e a “nova geografia do poder”	17
O FENÔMENO DA PARADIPLOMACIA	25
3.1 Paradiplomacia: uma visão introdutória	25
3.2 O Estado central brasileiro e a paradiplomacia de seus entes subnacionais: uma abordagem jurídico-constitucional	31
A ATUAÇÃO PARADIPLOMÁTICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	47
4.1 Rio: um breve relato do passado à atualidade	47
4.2 Base legal e a estruturação das atividades paradiplomáticas do Rio	51
4.3 A estrutura paradiplomática atual	56
4.4 Principais atuações com impacto internacional do Rio	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
REFERÊNCIAS	91
ANEXOS	102

(página intencionalmente em branco)

LISTA DE ABREVIATURAS

AFEPA – Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

AMCHAM – Câmara de Comércio Americana

AI – Assessoria Internacional

ARF – Assessoria de Relações Federativas

ART – Articulação de Redes Territoriais e Temáticas de Cooperação com o Desenvolvimento Humano

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

C40 – *Cities Climate Group*

CAF – Comitê de Articulação Federativa

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

CD – Câmara dos Deputados

CDSP - *Clingendael Diplomatic Studies Programme*

CET-Rio – Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro

CF – Constituição Federal

CGI – *Clinton Global Initiative*

CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos

CGR – Consulado-Geral da Rússia

CME – Congresso Mundial de Empreendedorismo

CNM – Confederação Nacional dos Municípios

COB – Comitê Olímpico Brasileiro

COI – Comitê Olímpico Internacional

CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais

DSN – Decreto sem número

EMN – Empresa Multinacional

ESMARN – Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte

FAO – Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

FIFA – Federação Internacional de Futebol

FNDUI – Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado

FONARI – Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais

FUNAG – Fundação Alexandre de Gusmão

GCB – Gerência de Cooperação Bilateral

GCM – Gerência de Relações Multilaterais

GME – Gerência de Missões e Eventos

GPG – Gerência de Planejamento e Gestão

GRI – Gerência de Relações Institucionais

GE – *General Electric*

GTI – Grupos de Trabalho Interfederativos

IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil

IBC – *International Broadcast Center*

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICCA – *International Congress and Convention Association*

ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

JMJ – Jornada Mundial da Juventude

JMM – Jogos Mundiais Militares

MAM – Museu de Arte Moderna

MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MRE – Ministérios das Relações Exteriores

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OI – Organização Internacional

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PNDUI – Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGC – Programa Pacto Global de Cidades

RCE – Redução Certificada de Emissão

Rio+20 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

RFC – *Rio Film Commission*

RioTur – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro

SAF – Subchefia de Assuntos Federativos

SAP – Subchefia de Assuntos Parlamentares

SMTR – Secretaria Municipal de Transportes

SRI – Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

UCCI – Associação Mundial das Grandes Metrôpoles, União das Cidades Capitais Ibero-americanas

UCCLA – União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa

UF – Unidade da Federação

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UN-HABITAT – Programa das Nações Unidas para a Habitação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Criança

WEF – *World Economic Forum*

(página intencionalmente em branco)

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012. 20
- Quadro 2:** Cidades brasileiras com estrutura para cooperação internacional descentralizada. 42
- Quadro 3:** Capitais brasileiras com estrutura de Relações Internacionais, em janeiro de 2015... 44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma do Ministério das Relações Exteriores (MRE).....	39
Figura 2: Decreto Municipal No. 5752, de 8 de abril de 1986.....	53
Figura 3: Decreto Municipal No. 6917, de 2 de setembro de 1987.	54
Figura 4: Logomarca dos Jogos Mundiais Militares.....	61
Figura 5: Fórum Econômico Mundial da América Latina.	62
Figura 6: Logomarca da Rio+20.....	64
Figura 7: Logomarca da JMJ 2013.	65
Figura 8: Participantes da JMJ de diversas nacionalidades.	65
Figura 9: Encontro entre o coordenador da CRI, ministro Laudemar Aguiar, o presidente do Comitê Rio450, Marcelo Calero e o cônsul-geral da Rússia no Rio, Andrey Budaev.	66
Figura 10: Logomarca da Copa das Confederações FIFA 2013.	69
Figura 11: Logomarca da Copa do Mundo da FIFA 2014.	70
Figura 12: Bill Clinton e Eduardo Paes em encontro em Nova York.	71
Figura 13: Placa informativa com menção à atuação da Prefeitura do Rio, no retorno do <i>Rock in Rio</i>	72
Figura 14: <i>Rock in Rio</i> em números: participantes.	73
Figura 15: <i>Rock in Rio</i> em números: países e mídia.....	73
Figura 16: <i>Rock in Rio</i> em números: redes sociais.....	73
Figura 17: <i>Rock in Rio</i> em números: impacto global.	74
Figura 18: <i>Rock in Rio</i> 2015.....	74
Figura 19: Logomarcas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.....	77
Figura 20: Dados sobre os Jogos Rio 2016.	77
Figura 21: Prefeito do Rio, Eduardo Paes, desembarca, em 2012, com a bandeira dos Jogos Olímpicos de 2016, após confirmação como cidade-sede dos Jogos.....	77
Figura 22: <i>Réveillon</i> 2015 em Copacabana - Rio de Janeiro.	78
Figura 23: Acrobatas da comissão de frente da Escola de Samba Vila Isabel, em desfile na Sapucaí (2015).	79
Figura 24: Praia Ipanema tomada pelos foliões, durante desfile dos Blocos de Rua (2015).	80
Figura 25: Logomarca oficial Rio450.	83
Figura 26: Logomarca do Consulado-Geral britânico no Rio.....	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Porcentagem dos Municípios Brasileiros com Área para Cooperação Internacional, com base em dados do IBGE (IBGE 2014).	43
Gráfico 2: Base Estatística Geral de Vistos de Trabalho Concedidos pelo MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Atualização até 30 de setembro de 2014.	50

LISTA DE ANEXOS

Anexo I: Constituição da Bélgica.....	105
Anexo II: Relatório da I Reunião da Cooperação Internacional Descentralizada do Brasil.....	106
Anexo III: Artigo - Diplomacia de megacidades para enfrentar as mudanças climáticas.	111
Anexo IV: Notícia - Prefeitos anunciam hoje metas para enfrentar mudanças no clima.	113
Anexo V: Notícia - Paes anuncia, ao lado do Secretário-Geral da ONU, o Pacto Global dos Prefeitos.	115
Anexo VI: Notícia - Lançamento do Plano de Relações Internacionais do Governo do Estado de São Paulo – Discurso do Ministro de Estado, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota – São Paulo, 2 de abril de 2012.	117
Anexo VII: Notícia - Durão Barroso visita as obras do Porto Maravilha.	120
Anexo VIII: Legislação - Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 475/2005.	121
Anexo IX: Parecer - Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 475/2005.	122
Anexo X: Artigo: Honrarias e laços da grife Rio.....	124

Capítulo I

INTRODUÇÃO

“For the first time in history, global politics is both multipolar and multi-civilizational.”

(Samuel P. Huntington)

1.1 Enquadramento do tema e objetivos de estudo

A partir da década de 1970, assistimos às alterações nas relações internacionais, onde o “jogo de soma zero” começa a ser questionado. Conceitos conhecidos, como o de “*balança de poder*”, começam a ser reexaminados, pois passam a ser insuficientes em um mundo complexo. É, na mesma época, que surge o conceito de “*interdependência complexa*” trazido por Keohane & Nye (1989), ao se referirem à reciprocidade entre os Estados ou entre atores de diferentes Estados, sendo esses atores, peças importantes nas relações internacionais.

Nesse contexto, também observamos a necessidade dos seres humanos de dependerem de outros. Sob o ponto de vista político, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro depende de Brasília, como centro do poder político do Brasil, para ter regulamentação e proteção. Por sua vez, Brasília depende do Rio de Janeiro, em razão de seu parque industrial, sua produção de petróleo, sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) com cerca de R\$221 bilhões, ocupando o segundo lugar no *ranking* com 5,03% de participação no PIB nacional, com base nos dados referentes ao ano de 2012 e consoante pesquisa divulgada em dezembro de 2014, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2014).

Assistimos de igual forma à incapacidade do Estado (nomeadamente aqueles onde reside um sistema federado, como no caso do Brasil) de atender as demandas de todas as suas unidades subnacionais, fazendo com que os governos subnacionais (cidades e estados/províncias), portanto, busquem assumir as rédeas no processo de internacionalização de seus interesses e de suas necessidades, com o propósito de promover o desenvolvimento local.

Assim, em razão dos interesses locais e da diversidade de atores envolvidos e interconectados, na arena internacional, mormente em um ambiente globalizado, onde, muitas das vezes, parece-nos não haver mais fronteiras, a paradiplomacia vem ganhando forma e força no

processo de inserção internacional de um governo subnacional, como será demonstrado ao longo deste estudo.

Tendo como problema de estudo o questionamento sobre qual o papel dos governos subnacionais (neste trabalho, o foco serão as cidades) na redefinição da soberania tradicional do Estado, e, conseqüentemente, na identidade e nas dinâmicas das relações internacionais, este trabalho revela-se importante em virtude da ainda pouca investigação acadêmica sobre o assunto (no Brasil e em Portugal), não obstante os temas internacionais terem adquirido grande relevância para a gestão de governos subnacionais.

Objetiva-se, assim, analisar a importância dos governos subnacionais na estruturação das cidades (este trabalho tem seu foco nas capitais brasileiras, com estudo de caso na cidade do Rio de Janeiro) como plataforma de defesa de seus interesses locais/regionais, na cena internacional.

Os objetivos específicos deste trabalho buscam:

- (i) analisar o conceito clássico de soberania, frente à realidade contemporânea da globalização;
- (ii) apresentar uma visão geral dos principais teóricos e conceitos existentes sobre paradiplomacia;
- (iii) compreender a distribuição de competências entre o Estado central (Brasil - Governo Federal) e seus governos subnacionais (municípios brasileiros);
- (iv) apresentar a estrutura paradiplomática (formal) existente na cidade do Rio de Janeiro;
- (v) identificar as ações paradiplomáticas recentes, e mais relevantes, da cidade do Rio de Janeiro, Brasil.

1.2 Metodologia e Estrutura

Nesta dissertação, houve predomínio pelas fontes do tipo secundário, que forneceram base teórica e aprofundamento em conceitos relativos ao fenômeno da paradiplomacia. Destacamos por exemplo os estudos feitos por Cornago (1999), e Keating (1999), além dos trabalhos de estudiosos brasileiros, tais como Vigevani (2006) e Ribeiro (2009), que foram imperativos para melhor compreender esse importante fenômeno e que serviram como referências para esta pesquisa. Contudo, as fontes primárias também tiveram significativa importância para o desenvolvimento deste trabalho, mormente a coleta de dados primários em *websites* institucionais, destacando-se o Portal Federativo, vinculado à Presidência da República Federativa do Brasil, o da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, o da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), dentre outros.

Já quanto ao tratamento dos dados coletados, o nosso enfoque é predominantemente qualitativo, optando por uma abordagem interpretativa dos dados provindos quer das fontes secundárias, quer das fontes primárias.

Acreditamos que a nossa opção pela abordagem qualitativa é aquela que melhor se presta à concretização dos seis objetivos anteriormente enunciados. No entanto, não descuidamos a importância da exploração de dados quantitativos em nosso trabalho, pelo que a sua identidade metodológica se completa verdadeiramente por meio de uma abordagem triangular. Essa abordagem triangular fica, aliás, demonstrada também no recurso a diferentes técnicas de investigação tais como a análise documental a que já aludimos, e o estudo de caso (ou *case study*) que surgirá no capítulo quarto.

O trabalho – escrito conforme as normas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa –, encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro deles apresenta um enquadramento teórico do tema, a sua importância, os objetivos que se buscou atingir e a metodologia utilizada.

O segundo capítulo destaca os conceitos clássicos de Estado e soberania, fazendo uma abordagem contemporânea, tendo em vista o contexto da globalização e do surgimento de novos atores, apresentando, assim, os conceitos das teorias Realista e Liberal. Procedeu-se, ainda, a uma breve abordagem do conceito da “*nova geografia do poder*” (Sassen 2009), no qual as cidades tornaram-se os “*pontos de comando*” importantes da nova organização da economia mundial. Por fim, apresenta-se uma fotografia da posição ocupada pelos 15 maiores municípios brasileiros em relação à participação individual no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

O terceiro capítulo traz uma visão introdutória acerca da paradiplomacia, seus conceitos mais relevantes, bem como uma tentativa do autor de apresentar uma visão mais específica acerca da atuação dos prefeitos, nesse cenário, denominado de *diplomacia prefeitoral*. Adicionalmente, essa seção apresenta alguns dos aspectos jurídicos e constitucionais da paradiplomacia no Brasil, os limites de atuação dos governos subnacionais e a distribuição de competências entre estes e o Estado central, no que diz respeito à atuação na arena internacional. Destaca-se, ainda, na construção desse capítulo, a relação existente entre o Estado central (Governo Federal) e os governos subnacionais, bem como os eventuais interesses conflitantes na atuação internacional desses entes subnacionais, em relação ao Estado central. O capítulo também enfoca a busca por projeção internacional dos governos subnacionais para analisar se esta se trata de uma ação (proativo desejo político) ou, simplesmente, uma reação a eventuais “negligências” político-administrativas do Estado central em relação às suas unidades federadas; a postura do Estado central brasileiro frente à atuação internacional de seus entes federados, bem como um “raio-X” da

estrutura diplomática encontrada em todos os mais de 5.500 municípios brasileiros, especialmente nas capitais brasileiras, este último, com dados de janeiro de 2015.

O quarto e último capítulo ocupa-se do estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro para apresentar um breve relato histórico da atuação internacional desse ator. Apresenta-se um breve relato do passado do Rio à atualidade, traçando um marco histórico da criação dos órgãos responsáveis pelas atividades paradiplomáticas, no âmbito da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, sua estrutura formal/oficial existente nos tempos atuais, seus principais eixos de atuação, além de demonstrar as ações internacionais mais relevantes e contemporâneas da cidade do Rio de Janeiro, evidenciando algumas já consideradas “de praxe”, bem como as de maior projeção. Os períodos mais recentes nos parecem ser mais representativos da consistência da atividade paradiplomática da cidade do Rio de Janeiro. Por essa razão, o corte temporal escolhido para realização do levantamento e análise compreendeu o período entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2015, primeiro mandato de quatro anos da gestão do prefeito Eduardo Paes e os dois primeiros anos do seu segundo mandato. Esse corte permitiu uma visão contemporânea das ações internacionais, além de se analisar a consistência dessas ações, durante uma única gestão político-administrativa.

Capítulo II

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SEUS ATORES

“Agora está ocorrendo um fato que não tem nada a ver com o velho Estado nacional: os governadores vão para o exterior, fazem acordos, trazem dinheiro. Isso, no passado, era impensável (...).”

(Fernando Henrique Cardoso)

2.1 Estado e soberania: uma abordagem *per summa capita*

A Paz de Vestefália, que encerrou a Guerra dos Trinta Anos, estabeleceu o princípio da soberania nacional, no qual o Estado-nação passou a ser o único ator principal do sistema internacional clássico, figurando, portanto, no topo da estrutura da ordem mundial. A primordial importância da Paz de Vestefália, no contexto histórico-político, deve-se ao fato de ter instituído três princípios fundamentais para a consolidação do Estado moderno centralizado, ou seja, (i) a liberdade religiosa dos Estados; (ii) a soberania dos Estados no interior de seus territórios e; (iii) a igualdade entre os Estados no plano internacional. Nas palavras de Bedin (2001), o mais relevante acerca da Paz de Vestefália:

(...) não seriam as suas consequências imediatas e locais, ou mesmo as consequências concretas das suas disposições, de seus tratados, mas sim o ‘reconhecimento oficial da ideia de uma sociedade internacional integrada por Estados iguais e soberanos’, todos identicamente livres para estabelecer suas estratégias de ação e de integração definidas a partir dos interesses nacionais e das estratégias de ocupação de espaços políticos. (Bedin 2001, 163)

A conceituação do tema soberania sempre causou – e ainda causa –, divergências e o tema tem sido bastante estudado ao longo da história. As divergências estão ligadas ao fato de que a noção de soberania se altera conforme a evolução e modificação dos Estados. O conceito de soberania surge na França quando Jean Bodin confere à palavra *souveraineté* a qualidade de poder absoluto.

Em um momento de intensas disputas religiosas entre católicos e protestantes e, ao mesmo tempo, de (re)afirmação da monarquia absolutista como regime de governo, surge a obra *Les Six Livres de la République*, em 1576, apresentando, pela primeira vez, a definição

sistematizada de soberania, como sendo “*el poder absoluto y perpetuo de una República*” (Bodin 1997, 47).

O poder soberano é a condição essencial para a existência de uma República, consoante Bodin (1997), cuja preocupação, à época, consistia em apontar instrumentos que pudessem impedir as guerras religiosas, os conflitos, a desordem, por meio do fortalecimento do poder do Estado, na pessoa do monarca.

Ressalte-se, pois, o contexto de crise existente à época, quando se buscava afirmação do poder político centralizado na França. Ainda segundo Bodin (1997), o poder soberano é reflexo do poder divino e não pode ser partilhado com ninguém; povo, clero ou nobreza. O poder é absoluto, pois somente ao soberano cabe o monopólio de instituir e extinguir leis; perpétuo, em razão da vitalidade do poder do monarca, que se estende aos sucessores depois de sua morte.

Ao conferir ao termo soberania a qualidade de poder absoluto e, por conseguinte, este ao poder soberano, Bodin (1997) sobrepõe o poder do monarca a qualquer outro existente, colocando o monarca acima das leis precedentes e não se submetendo às suas próprias leis. “*El principal atributo de la república - el derecho de soberanía -, sólo se da y conserva en la monarquía. En una república sólo uno puede ser soberano; si son dos, tres, o muchos, ninguno es soberano, ya que nadie por sí solo puede dar ni recibir ley de su igual.*” (Bodin 1997, 289)

Dessa forma, Bodin (1997) explicita sua real preferência em relação ao que julgava ser a melhor forma de governo para o exercício do poder soberano: a monarquia.

Contudo, como nos ensina Kenneth Waltz (2002):

Dizer que os estados são soberanos não é dizer que eles podem fazer o que quiserem, que eles são livres da influência de outros, que eles são capazes de conseguir aquilo que querem. Os estados soberanos podem ser muito pressionados por todos à sua volta, impelidos a agir de formas que prefeririam evitar, e incapazes de fazer quase tudo como gostariam. A soberania dos estados nunca implicou seu isolamento dos efeitos das ações de outros estados. Ser soberano e ser dependente não são condições contraditórias. (Waltz 2002, 135)

O conceito de soberania nasce, portanto, em um momento histórico com muitas especificidades políticas, econômicas e sociais, no qual foram fundadas as características da soberania, particulares de cada circunstância histórica. O surgimento do Estado-nação, pois, dá-se como forma de solução para as instabilidades decorrentes de conflitos religiosos, tendo na Paz de Vestefália, o momento culminante do processo de centralização do poder soberano na figura do Estado-nação. Ressalte-se a pertinente observação feita por Pessoa (2007):

A preocupação em torno do conceito de soberania, contudo, coincide com o desenvolvimento do Estado, cuja configuração atual começou a se delinear no século XII, a partir da expansão urbana e comercial. Com efeito, não há como se pensar em soberania desvinculada da formação político-jurídica do Estado nacional moderno,

surgido na Europa há pouco mais de 4 séculos e adotada em todo o planeta no século XX. A estrutura do Estado soberano foi se moldando ao longo de lutas seculares. (Pessoa 2007, 13)

Nesse contexto, portanto, Jean Bodin (1997) exerceu significativa importância na estruturação das bases do Estado moderno, não somente por ter sido responsável pela formulação sistematizada do conceito de soberania como poder absoluto e perpétuo de uma república, mas, também, porque sua obra *Les Six Livres de la République* consegue fundamentar a autoridade do “rei imperador de seu reino” (Gala 1997 in Bodin 1997, XIII).

O jurista brasileiro Celso Lafer (1994) afirma que:

O objetivo estratégico do conceito de soberania foi o de consolidar a territorialidade do Estado moderno. Este foi o resultado histórico da centralização administrativa monárquica, do protecionismo econômico, dos exércitos permanentes e regulares e do cisma religioso na Europa. Em síntese, para esta visão, só a habilidade e a capacidade de governar limitariam efetivamente o poder do soberano no seu território. (Lafer 1994, 137)

Com o final da Guerra Fria, muito se alterou. A política internacional deixou de se centrar única e exclusivamente em aspectos de poder – *high politics* –, que definiam o jogo de forças e as grandes estratégias de segurança internacional. Ao contrário, abre-se espaço a um maior pragmatismo em termos de agenda. Uma agenda que se distingue pela mudança contínua, uma característica que decorre da própria natureza do meio internacional, englobando temas econômicos, sociais, ambientais, etc. – *low politics*.

Krasner (1999) apresenta quatro maneiras distintas de se entender o termo soberania:

The term sovereignty has been used in four different ways - international legal sovereignty, Westphalian sovereignty, domestic sovereignty, and interdependence sovereignty. International legal sovereignty refers to the practices associated with mutual recognition, usually between territorial entities that have formal juridical independence. Westphalian sovereignty refers to political organization based on the exclusion of external actors from authority structures within a given territory. Domestic sovereignty refers to the formal organization of political authority within the state and the ability of public authorities to exercise effective control within the borders of their own polity. Finally, interdependence sovereignty refers to the ability of public authorities to regulate the flow of information, ideas, goods, people, pollutants, or capital across the borders of their state. (Krasner 1999, 4-5)

Fácil depreender, com base nos conceitos apresentados acima, e sem a mínima pretensão de apresentar o pensamento de todos os autores clássicos sobre o tema em tela, a inclinação realista por trás dos conceitos de soberania – *power politics*.

Celso Lafer (1994), porém, destaca outros dois modelos clássicos, referindo-se à “*convivência internacional*”, ao abordar a soberania. O autor explica a visão de que Hugo Grócio:

(...) realça que a sociedade internacional tem um potencial de sociabilidade e de solidariedade, não sendo assim um anárquico estado de natureza. Por esse motivo a

política internacional não é um jogo de soma zero, o que é um dado ensejador da criação de instituições jurídicas e de um direito internacional que pode ser provado racionalmente, *a priori*, e comprovado na prática, *a posteriori*. (Lafer 1994, 138-39)

Ainda segundo Celso Lafer (1994, 139), “*existem desdobramentos contemporâneos da visão Grociana*”, e a justificativa seria a “*ideia da interdependência e do funcionalismo que limitam o alcance da soberania por força da construtiva reciprocidade de interesses comuns*.” Lafer estende o foco de sua análise para Emmanuel Kant, afirmando que este “*procura transcender o subjetivismo das soberanias e dos seus interesses, introduzindo a razão abrangente do ponto de vista da humanidade e do indivíduo como fim e não meio, tendo como horizonte a paz perpétua*”. O desdobramento também contemporâneo da visão de Kant “*são os assim chamados ‘temas globais’*”. (Lafer 1994, 139)

À luz de um contexto contemporâneo, não há como não compreender que as relações entre os Estados são caracterizadas pelo encontro de fenômenos transnacionais que não se restringem à escala militar. Pelo contrário, os interesses comuns desses Estados são inúmeros.

A interdependência reduz a capacidade dos governos de controlarem e, conseqüentemente, responderem aos eventos de seu interesse, posto que, muitas vezes, estes resultam de políticas de outros Estados, consoante a lógica da “*interdependência complexa*” de Keohane & Nye (1989), que ajuda a melhor compreender a atualidade dessas relações.

O fenômeno da globalização, ocorrido nas últimas décadas, tem produzido significativas mudanças em diversas esferas como a economia, política, religião, tecnologia. Hodiernamente, o conceito clássico de soberania de Bodin (1997) parece não mais se sustentar, em razão do novo contexto social e político em que vivemos.

O entendimento do conceito clássico de soberania já sofreu mudanças para se adaptar às necessidades contemporâneas, mas isso não significa o fim do Estado-nação ou, tampouco, o fim da soberania deste. Isso significa, contudo, que o velho Estado-nação não é mais capaz de, isoladamente, responder a todas as demandas. Tampouco se pode olvidar que o Direito Internacional é, por si só, uma forma de limitação do poder dos inúmeros atores internacionais.

Com efeito, Silva (2007)¹ advoga que:

Nesse sentido, o conceito de soberania deve ceder espaço a uma visão progressista e atualizada de sua incidência em prol da própria viabilidade de ação dos Estados em um cenário ampliado das relações sociais em que a interferência estatal pode vir a ser significativamente limitado pela crença cega em dogmas inúteis e ilógicos. **A soberania é atributo de um Estado no seu aspecto internacional e, portanto, deve ser utilizada de forma estratégica e racional em benefício de uma nação.** Sendo os processos de integração regional um ambiente no qual a soberania pode ser manipulada visando o desenvolvimento e o progresso dos seus governados. (Silva 2007, 622-23, grifo nosso)

¹ Henry Lure de Paiva Silva, Professor da Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN.

Por fim, não seria demais recordar que a soberania, como conceito e prática, é um processo que tem se desenvolvido ao longo do tempo e que deve responder as demandas da atualidade.

2.2 Relações internacionais e novos atores

O exame das relações internacionais passou a ter reconhecida importância no início do século XX, quando houve maior intensificação das relações entre os povos. Se por um lado, há os que afirmam que, nessas relações, apenas o Estado-nação desempenha o papel principal, sem coadjuvantes, por outro, há aqueles que afirmam que o Estado-nação não é um ator unitário.

Logo, faz-se necessária a apresentação dos pontos centrais de duas das principais teorias das relações internacionais: o Realismo e o Liberalismo (ou Pluralismo).

O pensamento do Realismo, que se tornou central como corpo de teoria das relações internacionais no contexto da Guerra Fria, no curso dos anos de 1960 e de 1970, tem sua inspiração nas concepções de Thomas Hobbes sobre o “estado de natureza”, que percebe os Estados em uma situação de guerra permanente, o que não significa conflito armado, na qual perseguem seus interesses. Essa teoria opta, portanto, por uma abordagem mais conservadora da Política Internacional. O poder na Teoria Realista pauta-se, sobretudo, no equilíbrio das forças, ou seja, no mecanismo de autoajuda “*(baseado no interesse próprio) é um sistema no qual aqueles que não se ajudam a si mesmos, ou os que o fazem menos eficazmente do que os outros, não conseguirão prosperar, expor-se-ão ao perigo, sofrerão*” (Waltz 2012, 165).

Além do “estado de natureza”, há outras premissas básicas para se compreender o paradigma realista: (i) o Estado como sendo o cerne das relações internacionais, dessa forma, sendo um ator unitário; (ii) consideram a existência de um sistema anárquico. O chamado equilíbrio de poder, portanto, pauta-se pela falta de uma autoridade suprema com poder coercitivo no âmbito internacional, configurando-se, pois, uma anarquia internacional; e (iii) a crença de que a sobrevivência é o desejo maior de um Estado, ou seja, um cenário anárquico sugere um ambiente demasiadamente competitivo, onde prevalece a desconfiança, dado que este é um jogo de soma zero, já que a segurança de um Estado depende da insegurança de outro.

Nas palavras de Melo (2010), ao tratar da redistribuição do poder no sistema internacional:

Sendo a capacidade de um Estado calculada em relação à de um outro, a eventualidade de uma distribuição de poder ou de uma mudança no ranking de potências, levará, concomitantemente, à mudança dos receios e/ou motivações dos intervenientes. Assim, os actores emergentes têm a motivação de poder chegar a uma posição ainda mais favorável, ao passo que aqueles que gozam já de uma posição hegemónica receiam por

ela e tentam mantê-la, algo que vaticina um sistema assente numa paz precária e na luta constante por mais poder. (Melo 2010)

Trata-se, portanto, de uma corrente mais pessimista quanto à natureza humana e em relação ao mundo. Nas palavras do embaixador brasileiro Sérgio França Danese, ao se referir aos atores tradicionais e novos atores das relações internacionais:

Esse quadro, em que o Estado é ator absoluto por força da sua própria definição política e jurídica, é o cenário em que se vai desenvolvendo o processo de surgimento dos “novos atores”. A primazia do Estado como valor institucional; o princípio do voluntarismo dos Estados e o princípio da igualdade soberana no plano jurídico — são noções que por longo tempo norteiam as relações internacionais, corroboram os desequilíbrios existentes e têm como consequência um direito internacional de base territorial e jurisdicional, que teoricamente limita o poder dos Estados nos planos político e jurídico, mas que na verdade justifica o *status quo* e as relações de poder. Em sua lenta evolução, entretanto, as relações internacionais veem novos atores não-estatais surgirem no cenário internacional, atuando paralelamente aos Estados, ou como instrumento da ação destes últimos, ou ainda como concorrentes na ação dos mesmos Estados, mas sempre ocupando um espaço na vida internacional. (Danese 1987, 123-4)

Contudo, com o declínio do papel hegemônico da então União Soviética, e do mundo comunista, em linhas gerais conceitos conhecidos como o de “*balança de poder*” começam a ser reexaminados, pois passam a ser insuficientes em um mundo complexo. É na mesma época que surge o conceito de “*Interdependência Complexa*” trazido por Keohane & Nye (1989), ao se referirem à reciprocidade entre os Estados ou entre atores de diferentes Estados, sendo esses atores peças importantes nas relações internacionais.

O Liberalismo surge, pois, em oposição aos preceitos realistas, defendendo que o caráter anárquico do Sistema Internacional, bem como a importância da segurança nacional - “*un slogan que empleaban los líderes políticos norteamericanos con el fin de lograr apoyo para sus políticas*” (Keohane & Nye 1989, 19) - figuram em um segundo plano. Para a corrente liberal, a ideia de uma enredada interdependência do Sistema Internacional leva-a a afirmar que o uso militar da força possui menos utilidade nas resoluções dos conflitos. No vocabulário liberal não há espaço para expressão “*balança de poder*”, dado que não concebem a existência de atores unitários na cena internacional.

Adicionalmente, o Liberalismo percebe o Estado como ator principal no sistema internacional, porém não unitário e que os interesses dos Estados são múltiplos e mutáveis. Essa corrente ressalta a possibilidade de cooperação e, sobretudo, permite explicar as relações internacionais a partir de características internas dos Estados. Assim, o Liberalismo centra a explicação do fenômeno das relações internacionais nas variações e preferências dos Estados (Moravcsik 1997, 513). No vocabulário dos liberais, as primeiras palavras são democracia, instituições internacionais e ganhos absolutos.

Em outra obra, o professor da *Princeton University*, Andrew Moravcsik, resume bem:

All liberal theories place state-society relations at the center of world politics. They rest on the fundamental premise that state behavior reflects the relationship between it and the domestic and transnational society in which it is embedded. This basic claim underlies theories about the influence of economic interdependence, varying conceptions of collective goods provision, or domestic representation. This basic insight can be restated more precisely in terms of three “hard core” assumptions, which specify, respectively, the nature of societal actors, the nature of the state, and the nature of the international system.⁴ These three assumptions distinguish Liberal IR theory from its realist, institutionalist, and most epistemic or constructivist alternatives. (Moravcsik 2001, 4)

Moravcsik (2001, 5) acrescenta que o Liberalismo “*takes on a ‘bottom-up’ view of politics, whereby the demands of individuals and societal groups are treated as analytically prior to state behavior. Socially differentiated individuals define material and ideational interests, which they advance through political exchange and collective action.*”

Assim, o Liberalismo se contrapõe ao conceito de “balança de poder”, por entender, de forma geral, que a cooperação gera maior segurança para todos os atores. Além da importância da cooperação e de que os Estados não são atores unitários, há outras premissas básicas para se compreender o paradigma liberal, dentre elas: (i) atores não estatais, tais como organizações não governamentais (ONGs), empresas, sociedade civil, organismos internacionais (OIs) são importantes na cena internacional e (ii) preocupações com segurança não deveriam figurar como item prioritário da agenda internacional, uma vez que esta possui diversos outros temas que merecem atenção, como meio ambiente, por exemplo.

As visões liberais, portanto, surgem com o objetivo de dar uma resposta ao modelo realista de pensar as relações internacionais. Embora mantendo a evidência do Estado, dão enfoque a novos meios de colaboração, onde figuram novos atores.

Originalmente, no Direito Internacional Público, apenas os Estados soberanos eram considerados pessoas jurídicas de direito público externo. Conforme aduz Jorge Miranda (2008) “*já na ordem internacional é o Estado, ou o Estado soberano, que beneficia de uma capacidade genérica, podendo ser titular de todos os direitos que essa ordem venha a prever, e todos os demais sujeitos se encontram submetidos a uma regra de especialidade ou de limitação.*” (Miranda 2008, 190)

Ademais, Miranda (2008) sustenta que:

No campo dos Direitos estatais, é o indivíduo, em todos eles hoje (até por força do art. 6º. da Declaração Universal enquanto princípio de *jus cogens*) sempre sujeito de direito, sempre pessoa. E, embora se encontrem pessoas colectivas de variadíssimos tipos, elas assentam na sua extensão analógica. Noutros ordenamentos, o quadro mostra-se muito diferente. No Direito Internacional sobrelevam o Estado e algumas, poucas, categorias de entes de natureza mais ou menos próxima ou afastada. E, ao passo que em cada

sistema jurídico interno se encontram milhares e milhões de pessoas singulares e colectivas, em Direito Internacional as actividades jurídicas básicas decorrem entre um número relativamente pequeno de sujeitos. Isto marca, de forma muito impressionante, a sua estrutura. (Miranda 2008, 188, grifo do autor)

As relações internacionais são como um grande palco onde atores são necessários. Atores, que deriva da palavra latina *actore*, significa “*aquele que tem papel ativo em algum acontecimento*” (Ferreira 2010). Nas palavras de Maltez (2002, 160), atores são “*os indivíduos ou os grupos que participam numa acção internacional e que têm objetivos, ou interesses comuns, no tocante à realização dessa acção.*”

Com efeito, Danese (1987) afirma que:

A condição de ator internacional consignada ao Estado soberano na análise contemporânea das relações internacionais parte de uma verificação histórica. Desde a consolidação do Estado nacional até princípios do século XX, o conceito de “Estado” era a base para definir a internacionalidade ou não de um ente político ou jurídico.

Durante muito tempo, o Estado foi visto como uma espécie de cornucópia, de onde deveriam surgir todas as soluções para os problemas e anseios das sociedades (Sato 2000). Contudo, a realidade foi se modificando e a percepção de que o Estado era (como ainda o é) incapaz de prover todas as soluções necessárias termina por se refletir no pensamento neoliberal.

Embora o Estado continue a ser o ator mais importante nas relações internacionais, exercendo o papel de garantidor da ordem nos planos interno e externo; já não é mais o único. Novos atores surgem na cena internacional. A Liga das Nações, por exemplo, foi um importante marco para o impulso das OIs, uma nova modalidade de sujeito de direitos e obrigações internacionais, a partir de 1945, no encerramento da Segunda Guerra Mundial.

A análise de Sato (2000), acerca da composição de temas da agenda internacional e dos atores envolvidos, retrata objetivamente a participação de novos atores:

Neste fim de século, a complexa agenda internacional não se diferencia muito daquela que predominava na última década da Guerra Fria em termos de sua composição. Na verdade, a maioria das questões hoje consideradas de destacada importância já integrava essa agenda, como são os casos da proteção dos direitos humanos e do meio ambiente. Há, no entanto, na atual agenda internacional, diferenças substanciais quanto à forma como essas questões são percebidas e encaminhadas. Uma componente importante dessas percepções em mudança refere-se aos papéis atribuídos aos atores envolvidos. Há consenso a respeito do papel cada vez mais ativo de atores não estatais (notadamente as organizações não governamentais — ONGs e as empresas transnacionais) e há também uma crescente sensibilização acerca da necessidade de que novas instâncias transnacionais sejam criadas ou antigas instituições sejam redirecionadas a fim de tratarem, de modo mais eficaz, questões que afligem vários países ou mesmo a totalidade do planeta. (Sato 2000)

Os governos subnacionais, nesse contexto, mormente as cidades, passaram também a ganhar protagonismo na definição e implementação de alguns temas da agenda internacional, seja

no enfrentamento de problemas urbanos como mobilidade, segurança, saúde, ou na construção de alternativas para temas outros, como o meio ambiente, por vezes assumindo compromissos mais significativos que o próprio Estado central.

Essa busca por inserção internacional e participação, cada vez mais (pro)ativa, na elaboração da agenda internacional, tem o propósito não apenas de promoção de mudanças para se conseguir competitividade na cena global e, como consequência, atrair investimentos, mas, nomeadamente, de assegurar condições mínimas de bem-estar aos cidadãos, em matérias nas quais o Estado já se demonstra ineficaz e/ou incapaz.

Não se deve confundir, contudo, essa busca por autonomia com busca por independência. Os governos locais ainda precisam, e muito, do Governo central, como ensina o destacado jurista e um dos constitucionalistas mais respeitos do Brasil, Bonavides (2000):

Dotados de autonomia, poder que lhes consente organização própria, organização portanto de Estado, uma vez que o poder de que são titulares é da mesma natureza, da mesma espécie e da mesma substância daquele de que se compõe o poder do Estado federal, os Estados-membros não possuem todavia aquele traço de superioridade, aquele grau máximo que faz privilegiado o poder do Estado federal, que o qualifica, pela razão mesma de ser um poder soberano. O monopólio da personalidade internacional por parte do Estado federal — porquanto somente ele, segundo Kunz, comparece perante o fórum do Direito das Gentes, tornando mediata e de segundo plano a ação internacional dos Estados federados, de presença externa sempre acobertada ou afiançada pelo poder soberano da organização federal — induziu a Kelsen, Kunz e alguns internacionalistas da chamada Escola de Viena a tomarem o Estado federal como dotado da mesma natureza ou estrutura do Estado unitário, havendo entre ambos tão-somente diferença de grau e não de fundamento. Verifica-se, todavia, que o direito e os fatos na ordem internacional estão por vezes a refutar o rigor daquele monopólio. Assim ocorre no caso da participação de unidades federadas em órgãos internacionais, providas tais unidades de personalidade jurídica. (Bonavides, 2000)

Outrossim, há que se destacar o crescente e igualmente importante papel desempenhado por alguns atores não estatais, como as empresas multinacionais (EMNs). Consoante afirma Gilberto Safarti (2007), *“as EMNs não só são dotadas da capacidade de construção de uma política externa como têm a necessidade da construção de estratégias de política externa.”* (Safarti 2007, 18). A esse respeito, o autor acrescenta *“dessa forma, em primeiro lugar, devemos analisar por que as EMNs hoje são dotadas de capacidade de construção de política externa. Fundamentalmente, isso ocorre porque o papel dessas empresas nas relações internacionais mundificou-se.”* (Safarti 2007, 18).

O estudo da atuação das empresas no âmbito internacional, ainda incipiente, quando comparado a outras temáticas, também já chama a atenção dos teóricos das relações internacionais. Como explicam Stopford & Strange (1998), as EMNs surgiram em meados do século XIX:

(...) led by pioneers such as the American firm, Colt, which established a revolver factory in Britain in 1852, **these firms began to change the old order of trade and finance** as the primary weapons of international business. They added International production of goods and services and began to manage their overseas assets as part of an integrated unit rather than as passive investments in portfolio (Stopford & Strange 1998, 13, grifo nosso).

De forma análoga e concomitante, evidencia-se cada vez mais no ordenamento jurídico brasileiro, o envolvimento de órgãos integrantes da Administração Pública e de governos subnacionais com temas internacionais, mormente no que tange a cooperação internacional.

Conforme apresentado anteriormente, o surgimento da globalização e o fim da Guerra Fria redefiniram o cenário mundial. Nesse contexto, as relações internacionais passam a ser vistas sob uma ótica de interdependência. Conforme Keohane & Nye (1989, 22) "*Interdependencia, en su definición más simple, significa dependencia mutua. En política mundial, interdependencia se refiere a situaciones caracterizadas por efectos recíprocos entre países o entre actores en diferentes países*".

Em decorrência do próprio avanço tecnológico, que aproximou – e aproxima – Estados e atores não estatais em aspectos econômicos e políticos, proporcionando uma maior cooperação, sobretudo para dar solução aos problemas da agenda global, o termo ganha força. Esses atores, OIs, sindicatos, ONGs, etc., geram redes, tratando e transacionando temas diversos.

Também em razão dessa multiplicidade de temas, agendas e atores envolvidos no cenário internacional, o termo "*interdependência complexa*" surge como oposição e construção de "*un otro tipo ideal*" (Keohane & Nye 1989, 39). Como sustentação, Keohane e Nye (1989) elaboram dois modelos teóricos. No primeiro, abordando o Realismo, tem-se que os Estados são "*unidades coherentes y actores dominantes*", ii) "*la fuerza es u instrumento utilizable y eficaz en la política*" e que iii) existe uma "*jerarquía de problemas em la política mundial que es encabezada por las cuestiones de seguridad militar: la alta política*" (Keohane & Nye 1989, 40). O segundo modelo, o conceito da "*interdependência complexa*" assume que i) outros atores, que não Estados, atuam na cena internacional; ii) inexistência de uma hierarquização de problemas na política internacional e iii) menor papel da força militar.

A propósito, o diplomata brasileiro Paulo Roberto Almeida (2009), ressalta:

A despeito do argumento de "última instância" – que é a capacidade militar – permanecer o fundamento essencial de toda afirmação nacional, hoje em dia é o poder econômico, e não mais o poder militar em sua expressão pura, que converte ganhos táticos no terreno da diplomacia em claras vitórias no terreno da política internacional. Ou seja, a diplomacia precisa ter uma sólida base nas condições elementares do país, de seu poder econômico, para poder se exercer de modo claro e direto. Trata-se, presumivelmente, de uma diplomacia que converte uma dada condição econômica em ganhos efetivos no plano internacional. (Almeida 2009, 5)

Almeida (2009) vai mais além. O diplomata acredita que, nem sempre as iniciativas, ou esforços diplomáticos, podem ser atingidos por meios tradicionais.

A consecução de um determinado objetivo externo nem sempre pode ser alcançada pelos meios tradicionais de informação e ação diplomática – normalmente dependentes da capacitação individual ou relacional de um diplomata individualmente tomado – mas pode ser realçada com exercícios e trabalhos de maior refinamento analítico, por meio da mobilização de competências específicas. **Da mesma forma, a concretização desse objetivo não necessariamente precisa ser realizada pelos meios diplomáticos usuais, normalmente limitados aos contatos entre chancelarias e mediante a atuação nos meios institucionais disponíveis (multilaterais ou regionais).** Daí a utilidade de se dispor de meios suficientemente flexíveis para a implementação de objetivos que podem fugir ao escopo da diplomacia tradicional, como aliás parecem ser os cenários negociadores bastante complexos da economia globalizada. (Almeida 2009, 7, grifo nosso)

Nesse contexto de rearranjo político, os governos subnacionais – que também passaram a figurar na lista de novos atores das/nas relações internacionais – ganham força e buscam não apenas reconhecimento de sua relevância no cenário internacional, mas, sobretudo, influenciar as decisões do Estado central para que a agenda da política externa também atenda os anseios locais. Quando esses anseios não são correspondidos, os governos subnacionais não se constroem em buscar, na esfera internacional, respostas mais rápidas e eficazes para suas demandas locais.

Exemplifica e corrobora a assertiva anterior, recente parceria assinada entre governos locais e a União Europeia, denominada “Acordo Político de Aliança Estratégica”. Os governos subnacionais foram representados por associações de governos locais, dentre elas a rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), da qual faz parte a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que detém a atual vice-presidência (CNM 2015).

Destaque-se, de igual forma, a importância desses novos atores nas dinâmicas transnacionais. Como visto anteriormente, a Liga das Nações foi um importante marco para o impulso das OIs que, segundo Stepanek (2014, 15) a criação *“of some of these new actors was based on the political will of states, which agreed to sacrifice some of their sovereignty and delegate it to the international entities, designed to deal with common issues.”*

Não se pode olvidar, entretanto, que o surgimento de novos atores não se deu tão-somente em razão do desejo ou das bênçãos dos Estados. Os atores não estatais, tais como ONGs, empresas multi e transnacionais e sociedade civil, para citar apenas alguns, têm exercido crescente protagonismo, força e prestígio nos últimos anos. Tome-se como exemplo a questão da governança ambiental global.

Hodiernamente há uma miríade de atores não estatais que convergem, em seus discursos e ações, para a importância da atuação, quer no âmbito local ou transnacional, com vistas à redução de emissões de gases de efeito estufa e enfrentamento dos riscos climáticos.

A assertiva acima elucida algumas das premissas da corrente Liberal e também reforça o conceito de interdependência, já abordado neste trabalho. Nesse sentido, Tony Blair² advoga que:

Individuals become part of mass movements for change and action. Political leaders find that the time quotient between foreign and domestic affairs alters dramatically. **Business gets involved in politics, not as partisans of a political party, but as important actors in global debate.** Above all, nations find that they need to confront and deal with challenges that simply do not admit of resolution without powerful alliances of other nations. And every nation, even the most powerful, is obliged to find such alliances or find their own interests buffeted and diminished. That is why we call it interdependence. It is the ultimate joining together of self-interest and community interest. (...) And, of course, there is climate change. Assume even a possibility of its threat being real. It would be madness not to act to prevent its realisation – just as a precaution. Its challenge is the supreme expression of interdependence. America and China, even if they had no other reason for a relationship and they have many, would need one simply for this alone. (Blair 2007, 4, grifo nosso)

Blair (2007) transcorre, em seu discurso, sobre a relevante atuação de atores não estatais em temas transnacionais, com enfoque para questões climáticas. Resta evidente a valorização da participação desses atores e que o Estado-nação não é mais o ator único e principal na cena internacional, mas reconhece a importância do Estado nesse contexto.

Não é demais destacar o raciocínio lógico e objetivo de Blair (2007, 5-6), ao acrescentar que:

Interdependence is an accepted fact. It is giving rise to a great yearning for a sense of global purpose, underpinned by global values, to overcome challenges, global in nature. (...) In this regard, there is often an easy and lazy critique that puts this down to an absence of political will. In my experience there is, usually, not a problem of political will. By and large it's there. It is translating that will into action that is the problem. Why? Because it requires focus, time, energy and commitment and though individual leaders and nations can provide those qualities intermittently, sustaining them over time, with all the other pressures is just practically impossible. (...) **However, this is not just about Governmental institutions. Into the void between identifying an issue's importance and securing the means of acting on it, has increasingly stepped the non-governmental and non-state actors.** The resource of the Gates Foundation is being put to the eradication of Malaria – a preventable disease which kills one million a year. The Grameen Bank, founded by Mohammed Yunus has pioneered micro-credit projects which now have over 80 million recipients, the majority of them women. It is a partnership between Governments, private markets, NGOs and faith groups that is providing immunisation that will save five million children's lives and those of a further five million adults. **The agenda on climate change is increasingly being set by coalitions of business,** most recently the group of US companies calling for tougher action but also setting out practical ways of doing it. (Blair 2007, 5-6)

Nesse sentido, ainda, Keohanne & Nye (1971, 331) definem as relações transnacionais como sendo “*contacts, coalitions, and interactions across state boundaries that are not controlled by the central foreign policy organs of governments*”. Referindo-se à emergência de uma ordem transnacional e popularizando o termo nos anos 1970, os autores, à época, também definiram

² Em discurso de encerramento do Fórum Econômico Mundial de Davos, em 27 de Janeiro de 2007.

política mundial como sendo “*all political interactions between significant actors in a world system in which a significant actor is any somewhat autonomous individual or organization that controls substantial resources and participates in political relationships with other actors across state lines.*”

De se notar, porém, que as discussões acerca do tema “relações transnacionais” e “atores transnacionais” alargaram-se para além da visão meramente política, abarcando temas outros, como economia, movimentos sociais, ativismo, etc.

Khagram, Riker & Sikkink (2002, 4), ao abordarem os movimentos sociais, as redes e as normas transnacionais afirmam “*we join other scholars and policymakers who now assert that international nongovernmental organizations and transnational social movements are emerging as a powerful new force in international politics and are transforming global norms and practices.*”

Por fim, Talberg & Jönsson (2010, 5), em abordagem acerca da participação de atores transnacionais, reforçam a importância destes na influência transnacional na política mundial. Ademais, destacam que “*whereas fewer than 1,000 international NGOs existed in 1956, their number had climbed to 14,000 in 1985, and 21,000 in 2003.*” Ressalte-se, por fim, a participação na ONU, das ONGs. Em rápida busca no *website* da NGO Branch (2015), da ONU, pode-se encontrar um total de 4.164 ONGs com *status* consultivo, até a presente data, uma prova de que os próprios Estados (membros que formam o sistema das Nações Unidas) passam a aceitar e a valorizar a participação desses novos atores.

2.3 Os governos subnacionais e a “nova geografia do poder”

A importância dos governos subnacionais (estados, províncias e municípios) no cenário internacional tem sido foco de estudos nas últimas décadas. Um dos fatores que impulsionou essa ascensão dos governos subnacionais foi, decerto, o fenômeno da globalização.

A globalização também tem sido estudada e discutida sob diversas perspectivas, uma delas, a econômica. Para Robert Gilpin, essa globalização seria “*a crescente vinculação das economias nacionais através do comércio, dos fluxos financeiros e do investimento direto estrangeiro (IDE) por parte das empresas multinacionais*” (Gilpin 2004, 397).

Como bem ressaltam Lachapelle & Paquin (2005, 77) “*The advent of sub-governmental states within the dominion of international relations is linked, in part, to the nation-state crisis and to the process of economic globalization.*”

Para ambos, o reaparelhamento internacional ao nível econômico “*has led to a new international division of labour: competition between sovereign powers for the acquisition of new territories has been replaced with competition between sub-government states and large*

metropolitan areas for the acquisition of shares in world market." (Lachapelle & Paquin 2005, 78).

No mesmo sentido, Graciela Zubelzú (2008), em artigo publicado em relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Argentina (PNUD – Argentina), afirma que:

El concepto de Estado Hueco planteado por Susan Strange enfatiza el rol del Mercado y considera que la autoridad de los gobiernos de todos los Estados – grandes y pequeños – débiles y poderosos –, ha sido debilitada como resultado del cambio tecnológico y financiero y la acelerada integración de las economías nacionales en una sola economía global del Mercado. Ello ha conducido a que los Estados ya no compitan entre sí por el control del territorio y sobre los recursos generadores de riqueza que a él se vinculan, sino que los Estados compiten cada vez más por porciones del Mercado en la economía mundial. En consecuencia, los Estados están obligados a buscar aliados comerciales en vez de aliados militares. (Zubelzú 2008, 23)

Para a autora, essa característica também se estende aos governos subnacionais, os quais, de igual forma, "*competirán por porciones de mercado*" (Zubelzú 2008, 23).

Nesse contexto, Saskia Sassen, para além de analisar a globalização sob a perspectiva econômica, também o faz a partir das novas geografias: social, urbana e humana. Segundo Sassen (2010), existe uma multiplicidade de globalizações, dentre elas a tecnológica, a corporativa e a financeira. Sassen acrescenta, ainda, que "*outras globalizações também estão em curso, como a da sociedade civil, da defesa dos direitos humanos, das lutas pela preservação do meio ambiente, e essas nos humanizam de maneira mais profunda.*" (Sassen 2010)

É nesse contexto que os governos subnacionais ganham força e, cada vez, mais espaço. Sassen (1999, 1) justifica esse cenário como uma "*nova geografia do poder*". Conforme explica a autora, "*states today confront a new geography of power.*" Adicionalmente, essa "*nova geografia do poder*" não significa, contudo, o declínio ou a perda de poder do Estado, mas, tão somente, implica "*a more transformative process of the state than the notion of a simple loss of power suggests. We are seeing a repositioning of the state in a broader field of power and a reconfiguring of the work of states.*" (Sassen 1999, 1-2).

Os estudos de Sassen têm enfoque, de igual forma, na emergência do impacto global de empresas transnacionais, em razão da globalização. Ainda assim, esses estudos são claros e substanciais em apresentar as cidades como unidades importantes e crescentes no cenário internacional. Sassen (2005) afirma que:

With the partial unbundling or at least weakening of the national as a spatial unit due to privatization and deregulation and the associated strengthening of globalization, come conditions for the ascendance of other spatial units or scales. Among these are the sub-national, notably cities and regions (...). (Sassen 2005, 27)

Com a globalização dos mercados, da economia, e a expansão das empresas multinacionais, as cidades tornaram-se, assim, os “pontos de comando” importantes da nova organização da economia mundial.

Os governos subnacionais passaram, em muitos casos, a exercer um papel principal – e não de mero coadjuvante –, quer por inabilidade do Estado central em tratar os interesses locais – ou preferências, como define Frieden (1999) –, quer porque a globalização se dá, de fato, nas cidades, como afirma Sassen (1997):

Large cities in the highly developed world are the terrain where a multiplicity of globalization processes assume concrete, localized forms. A focus on cities allows us to capture, further, not only the upper but also the lower circuits of globalization. These localized forms are, in good part, what globalization is about. (Sassen 1997)

Eduardo Paes (citado por Envolverde 2013), prefeito da cidade do Rio de Janeiro, assim afirma:

No mundo de hoje, cada vez mais as cidades assumem um protagonismo maior. A Rio+20, que envolveu chefes de Estado, não chegou a nenhum avanço concreto. A reunião do C-40, realizada no mesmo período (também no Rio), foi diferente, uma vez que estabeleceu metas. Um exemplo é o compromisso firme de reduzir a emissão de carbono até 2030, com tarefas para cada cidade. Isso é possível porque **as cidades têm uma capacidade muito grande de decisões, pois os prefeitos vivem o dia a dia das pessoas. É o que chamo de diplomacia das cidades.** Tanto que a própria ONU nos convidou para fazer parte oficialmente da COP em Paris [Conferência sobre Mudanças Climáticas que será realizada em 2015]. (Paes 2013, citado por Envolverde 2013)

Parag Khanna (2010) afirma, em artigo publicado pela revista *Foreign Policy*, que:

The 21st century will not be dominated by America or China, Brazil or India, but by the city. In an age that appears increasingly unmanageable, cities rather than states are becoming the islands of governance on which the future world order will be built. This new world is not – and will not be – one global village, so much as a network of different ones. (Khanna 2010, 122)

Khanna (2010) advoga que não apenas a tecnologia, mas o crescimento populacional acelerou o surgimento do que ele denomina de “*new urbanized era*”. Uma era onde “*the supply chains and capital flows linking global cities today have similarly denationalized international relations.*” (Khanna 2010, 126).

Nesse sentido, importante destacar o papel político-econômico das chamadas “*cidades globais*” (Saskia 2005, 27). Ressalte-se, que a cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, participa com cerca de R\$221 bilhões, ocupando o segundo lugar no *ranking* com 5,03% de participação no PIB nacional, com base nos dados referentes ao ano de 2012 e consoante pesquisa divulgada em dezembro de 2014, pelo IBGE (2014).

À guisa de exemplo desse “poder local”, em termos econômicos, o Quadro 1 apresenta os 15 maiores municípios brasileiros, em relação ao PIB nacional.

Quadro 1: Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2012.

Posição ocupada pelos 15 maiores municípios	Municípios e respectivas Unidades da Federação	É capital?	Possui estrutura de RI?	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
					Relativa	Acumulada
1º	São Paulo/SP	✓	✓	499 375 401	11,37	11,37
2º	Rio de Janeiro/RJ	✓	✓	220 924 561	5,03	16,40
3º	Brasília/DF	✓	✓	171 235 534	3,90	20,30
4º	Curitiba/PR	✓	✓	59 151 308	1,35	21,65
5º	Belo Horizonte/MG	✓	✓	58 374 103	1,33	22,97
6º	Manaus/AM	✓	✓	49 824 579	1,13	24,11
7º	Porto Alegre/RS	✓	✓	48 002 209	1,09	25,20
8º	Campos dos Goytacazes/RJ	✗	✓	45 129 215	1,03	26,23
9º	Guarulhos/SP	✗	✓	44 670 723	1,02	27,25
10º	Fortaleza/CE	✓	✓	43 402 190	0,99	28,23
11º	Campinas/SP	✗	✓	42 766 024	0,97	29,21
12º	Salvador/BA	✓	✓	39 866 168	0,91	30,12
13º	Osasco/SP	✗	✓	39 198 919	0,89	31,01
14º	Santos/SP	✗	✓	37 722 531	0,86	31,87
15º	Recife/PE	✓	✓	36 821 898	0,84	32,71

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do IBGE (IBGE 2014).

Em uma rápida leitura, pode-se depreender que em 2012 o PIB das cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba, Belo Horizonte e Manaus correspondiam a, aproximadamente, 25% de toda a geração de renda do Brasil. Essas capitais, juntas, concentravam mais de 13% da população.

Considerando a renda dos 15 municípios elencados abaixo, tem-se mais de 32% do PIB nacional. Esse exemplo brasileiro concorre para a aceitação do conceito de “*nova geografia do poder*”.

Importante ressaltar que dos 15 municípios constantes do Quadro 1, todos possuem alguma forma de estrutura formal paradiplomática e dez deles são capitais. Os demais municípios, no total de cinco, embora não sejam capitais, possuem, igualmente, estruturas paradiplomáticas formais.

Um exemplo prático da importância dos governos subnacionais é o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para articulação de agentes de políticas nos territórios. A iniciativa “Articulação de Redes Territoriais e Temáticas de Cooperação com o Desenvolvimento Humano”,

ou simplesmente ART, prevê, dentre outros aspectos, o acompanhamento técnicos dos governos locais para o desempenho de novas responsabilidades advindas do processo de descentralização política. A iniciativa foi criada em 2004, como parte de uma estratégia de suporte aos governos locais, no alcance dos Objetivos do Milênio e do desenvolvimento sustentável.

Launched in 2004, the UNDP ART Initiative aims at advancing SHD at the local level in its economic, social and environmental dimensions. To do so, the Initiative implements an overarching territorial development approach that integrates innovative Decentralized, South-South and Triangular cooperation modalities. All initiatives are carried out under a territorial perspective that is aligned to national development strategies and local priorities, therefore promoting linkages between the local, national and international levels. ART contributes to empowering the territories to achieve their goals by promoting dialogue and sustainable partnerships between them, implementing multilevel governance and development strategies and achieving cooperation effectiveness at the local level. In partner countries – and at their request – ART Framework Programmes (FPs) provide the instruments that allow implementing development actions in response to the organized and prioritized demands of the territories, therefore facilitating the articulation of development partners in support of existing local development processes. (ART 2013, 13)

Resta certo que os governos subnacionais desempenham papel importante na busca de solução dos problemas locais, seja por meio de acordos de cooperação internacional, em diversos temas como educação, saúde, cultura, ciência e tecnologia, seja por meio de projeção de suas vantagens competitivas para atração de investimentos diretos estrangeiros (IDE) e turismo, ou até mesmo na busca de solução para problemas ambientais locais ainda que com impacto de igual forma global.

Outrossim, Sassen (2009) bem destaca a atuação de governos subnacionais na busca por solução de problemas ambientais, mesmo antes de Estados centrais assinarem tratados em nível internacional, e exemplifica a atuação das cidades de Tóquio e Los Angeles. O exposto pela autora é outra comprovação fática do inequívoco e vital papel dos governos subnacionais, no âmbito das relações internacionais.

Many cities have *had* to develop capabilities to handle these challenges long before national states signed international treaties or passed national laws. The air quality emergency in cities such as Tokyo and Los Angeles back in the 1980s is one instance: these cities could not wait until an agreement such as the Kyoto Protocol was ratified, nor could they wait until national governments passed mandatory laws for car fuel efficiency and low emissions. With or without a treaty or law, they had to address air quality urgently. And they did. (Sassen 2009, 7)

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de seu Programa Pacto Global, busca incentivar empresas a unirem suas estratégias e operações aos dez princípios, aceitos universalmente, em áreas como direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. O Pacto Global é, portanto, uma iniciativa da ONU, a ser aceita voluntariamente por empresas, para promoção local do desenvolvimento e boa cidadania corporativa.

À luz do Pacto Global, e seguindo o mesmo espírito, a ONU lançou o Programa Pacto Global de Cidades (PPGC), em inglês *Global Compact Cities Programme*, uma componente urbana do programa inicialmente direcionado às empresas. “*O Pacto Global das Nações Unidas reconhece que as cidades, em particular, têm o potencial de dar grandes passos na criação de sociedades sustentáveis – onde as questões econômicas, ecológicas, políticas e culturais estão integradas e avançadas.*” (PPGC 2014).

A participação de governos subnacionais nessa iniciativa global tem seu início em 2001, com o compromisso formal das cidades de Melbourne (Austrália), seguida de Nuremberg (Alemanha) e Bath e Northeast Somerset (Reino Unido), mas o PPGC foi somente estabelecido em 2003, com a criação de um Secretariado Internacional, localizado em Melbourne.

Em julho de 2014, a iniciativa contava com 87 cidades e regiões participantes em todo o globo, com maior destaque para as cidades da América Latina (PPGC 2014).

Ao se analisar a literatura sobre o tema, percebe-se, ainda, a existência de diversas outras ações, em parceria com o sistema das Nações Unidas, a exemplo do PNUD, do Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), para citar apenas algumas, que colocam os governos subnacionais em evidência na cena internacional. A respeito, pode-se encontrar em Cornago (2010):

These forms of recognition have always a low institutional profile, invariably submitting to the ultimate consent of the affected member states. Even so, they **constitute an important development in multilateralism that has opened the door for what has been called multilevel governance**, ‘trespassing’ both at the international level as well as within the domestic domain (Bache and Flinders, 2004). More relevant is perhaps the way in which institutions such as the World Bank or the IMF have entered recently in direct contact with constituent units in countries such as Argentina, Brazil, or India. (Cornago 2010, 101, grifo nosso)

Os governos subnacionais têm buscado diversificar sempre mais a sua atuação. Nesse sentido, destacam-se:

- i) Projeto Mega-Cities – projeto iniciado em 1987 para combinar teoria e prática na busca de abordagens bem sucedidas para a melhoria da gestão urbana e as condições de vida diária nas maiores cidades do mundo;
- ii) *Cities Alliance* – uma parceria global para a redução da pobreza urbana e para a promoção do papel das cidades no desenvolvimento sustentável.
- iii) *Eurocities* – uma rede que atualmente reúne os governos locais de mais de 130 das maiores cidades da Europa e 40 cidades parceiras, que totalizam 130 milhões de cidadãos em 35 países.

- iv) Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) – uma rede que representa e defende os interesses dos governos locais, independentemente do tamanho das comunidades que servem;
- v) Rede de Mercocidades (com atuação voltada ao MERCOSUL) – rede de cooperação horizontal, atualmente integrada por 286 cidades da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, que promove a inserção dessas cidades no processo de integração regional do MERCOSUL;
- vi) ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade – uma associação de governos locais que assumiram um compromisso com o desenvolvimento sustentável e conta, hoje, com mais de 1.100 governos e associações;
- vii) *C40 Cities* – uma rede de megacidades que buscam tomar ações para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e enfrentar os riscos climáticos e impactos locais e globais;
- viii) Missões comerciais e empresariais;
- ix) O clássico irmanamento entre cidades (*twin cities*, *sister cities*, cidades geminadas) – uma forma de contrato legal e social entre as cidades, vilas, municípios, províncias, regiões e estados, em áreas geográfica e politicamente distintas, com o propósito de promoção dos laços culturais e comerciais.

Com efeito, esse cenário de (pro)atividade dos governos subnacionais demonstra que se o Estado central negligenciar o importante papel na arena internacional desses atores, agirá como o dono da bola que, incapaz de emprestá-la, compartilhá-la, sai com ela em baixo dos braços para ninguém mais usá-la e, assim, ninguém jogará.

Felizmente, porém, a realidade aponta para o lado contrário. Se não por parte dos Estados centrais (ou de uma parcela destes), em maior ou menor propensão, certamente que por parte das organizações internacionais (OIs) e dos atores transnacionais de que os governos subnacionais são parte.

Por um lado as OIs incentivam os governos subnacionais, por meio de seus programas e parcerias e, por outro, os governos subnacionais, cada vez mais, passam a atuar na cena internacional.

(página intencionalmente em branco)

Capítulo III

O FENÔMENO DA PARADIPLOMACIA

"Perdem-se as repúblicas porque os seus olhos veem o que não é, e não veem o que é."

(Padre Antônio Vieira)

3.1 Paradiplomacia: uma visão introdutória

À guisa de uma reflexão introdutória acerca do tema, faz-se mister uma breve abordagem acerca da diplomacia. A diplomacia tradicional compreende os instrumentos pelos quais os Estados constituem ou mantêm relações recíprocas. É por meio da diplomacia, ou *soft power*, que os Estados interagem política e juridicamente uns com os outros, utilizando-se de seus representantes oficiais (Aprigio 2010a).

O diplomata holandês Rogier van der Pluijm (2007) resume bem:

It is often asserted that modern diplomacy, characterized by the establishment of permanent missions that are resident in the capital of a foreign country, finds its origin in the Peace of Westphalia. However, the foundations of diplomacy as such were established long before 1648, in times when states as they are known now did not yet exist and cities pioneered as foreign policy entities. Diplomacy thus existed before the existence of states. In ancient Greece, for example, city-states like Athens and Macedonia were regularly sending and receiving embassies of an ad hoc character and appointed ambassadors to engage in negotiations on behalf of the city-at-large. Later, Renaissance times, powerful Italian city-states like Venice and Milan were the first to establish permanent diplomatic missions abroad and to create an organized system of diplomacy (Nicolson, 2001: 6-23). (Pluijm 2007, 5)

A fim de ilustrar que, de fato, a diplomacia é exercida em diversos campos e por diversos protagonistas, Ferrel (1985, citado por Cornago 2013, 14-15) apresenta a seguinte definição de diplomacia:

Diplomacy, in simple terms, is the art of handling affairs, whether personal or political, without fighting. **Most people practice diplomacy daily without even realizing it.** At school, taking turns is a diplomatic solution to the problem of who goes first. At home, parents and children use diplomacy when they negotiate such things as use of the family car. **Whether between people or two nations, diplomacy works in the same way.** Differences of opinion are discussed and negotiated . . . Just as people are different because of the way in which they have been raised, so too are countries different . . . Diplomacy, therefore, requires a willingness to learn about other cultures and ways of life. (Ferrel 1985, citado por Cornago 2013, 14-15)

Como já explorado, o crescente questionamento acerca do “novo” papel do Estado, frente às mudanças trazidas pelo advento (ou crescimento) da globalização, fez surgir novos atores nas relações internacionais. Nesse contexto de mudanças – ou de adaptações –, com intensas conexões econômicas e comerciais, a atuação dos governos subnacionais na esfera internacional ganha corpo, cada vez mais.

Esse envolvimento dos governos subnacionais se dá em termos de *low politics*, isto é, em áreas como cultura, ciência e tecnologia, educação, bem como com a busca da defesa de quaisquer outros interesses locais.

Diferentemente do que tem demonstrado a grande maioria de artigos e estudos sobre o tema, o termo paradiplomacia, enquanto conceito, não surgiu na década de 1980 “*A paradiplomacia tomou ímpeto nos anos 1980 em Estados federais desenvolvidos, como o Canadá, os Estados Unidos, a Alemanha e a Austrália, ou em Estados unitários com um grau razoável de descentralização política e administrativa*” (Nunes 2005, 8).

Estudos mais recentes levados a cabo por Alexander S. Kuznetsov (2015), afirmam que o termo surgiu, inicialmente, em 1961, “*the first attempt to incorporate the term ‘paradiplomacy’ in the social science literature was done by Rohan Butler in 1961, when he published in the collective monograph Studies in Diplomatic History and Historiography the chapter under the title ‘Paradiplomacy’.*” (Kuznetsov 2015, 26; Cornago 2010, 93).

Kuznetsov (2015, 26) destaca a definição de paradiplomacia apresentada por Rohan Butler, à época, “*the highest level of personal and parallel diplomacy, complementing or competing with the regular foreign policy of the minister concerned, is thus a recurrent temptation to the chief of the executive, be he a premier or president, dictator or monarch.*” Todavia, essa definição não foi aceita pela comunidade acadêmica, pois implicava em retratar o conceito já existente de “*secret diplomacy*”.

Embora a publicação de Kuznetsov (2015) confronte os estudos que destacam que o termo teria surgido dos teóricos Ivo Duchacek e Panayotis Soldatos, de fato, foram Duchacek e Soldatos que instituíram um novo conceito nas relações internacionais, para definir e justificar a atuação internacional de outros atores, que não os Estados centrais.

Com o artigo *The International Dimension of Subnational Self-Government*, Duchacek (1984) consegue cunhar o termo paradiplomacia e foi o primeiro teórico a, de fato, propor uma tipologia do envolvimento de governos regionais nas relações internacionais, diferentemente do conceito apresentado por Rohan Butler.

Com efeito, e conforme afirma Barreto (2005, 1), “a literatura existente sobre o tema tem explorado estudos de casos sobre experiências mais ou menos consolidadas, principalmente na América do norte e na Europa”.

Naki Aguirre Zabala (2000, citado por Ribeiro 2009, 33) destaca que o neologismo paradiplomacia surgiu de forma “*inocente e empírica*”. Essa referência se dá pelo fato de o termo paradiplomacia ter sido, inicialmente, introduzido apenas no *abstract* do mencionado artigo de Duchacek (1984).

Ao longo do seu artigo, Duchacek (1984) utiliza-se da expressão “*microdiplomacia*” para definir a ação internacional de governos não centrais e somente após a adoção por Soldatos, o termo se galvaniza.

De uma forma geral, a literatura apresenta a paradiplomacia como sendo o envolvimento de regiões e outros atores nas relações internacionais. Faz-se necessária, contudo, a apresentação de alguns conceitos clássicos, para melhor compreensão desse importante fenômeno.

Cornago (1999, 40) entende a paradiplomacia como “*non-central governments' involvement in international relations through the establishment of permanent or ad hoc contacts with foreign public or private entities, with the aim to promote socioeconomic or cultural issues, as well as any other foreign dimension of their constitutional competences.*” Essa, alias, é a definição mais aceita no meio acadêmico, até o presente.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Melissen (2005)³, apresenta-nos um conceito de diplomacia pós-moderna, de modo que ratifica a importância de se estudar - de forma mais aprofundada - o tema proposto neste trabalho, quando afirma que a diplomacia é “*defined as the mechanism of representation, communication and negotiation, through which **states and other international actors** conduct their business*” (Melissen 2005, 5, grifo nosso).

Keating (1999) apresenta, talvez, a principal diferença entre a diplomacia convencional estatal e paradiplomacia. Para ele:

Paradiplomacy is not the same as conventional state diplomacy, which is about pursuing a defined state interest in the international arena. It is more functionally specific and targeted, often opportunistic and experimental. [...] Paradiplomacy is also characterized by a high degree of involvement of civil society and the private sector. (Keating 1999, 11)

Ressalte-se, ainda, a visão do canadense André Lecours (2008). Para o autor, a paradiplomacia possui três camadas. A primeira corresponde a assuntos econômicos (*economic issues*), cujo objetivo principal da atuação internacional, nesse contexto, seria a atração de

³ Diretor do CDSP - *Clingendael Diplomatic Studies Programme* do *Netherlands Institute of International Relations*.

investimentos e empresas estrangeiras. Nesse aspecto, a visão de Lecours (2008) converge com a visão de Lachapelle & Paquin (2005) e Zubelzú (2008), apresentadas anteriormente.

A segunda camada envolve a cooperação (*cooperation*) entre os atores envolvidos, com o propósito maior de ganho em áreas como cultura, educação, tecnologia, etc. Nesse contexto, Lecours (2008, 3) entende a paradiplomacia como “(...) *multidimensional insofar as it is not simply focused in economic gain*” e a terceira e última camada diz respeito às considerações políticas (*political considerations*).

Assim, para Lecours (2008), atividades paradiplomáticas com essa camada “*tend to feature prominently the international expression of an identity distinct from the one projected by the central state as is the case for Quebec, Flanders, Catalonia, and the Basque Country.*” (Lecours 2008, 3). Essa última camada converge para o que Duchacek (1986) denomina de “*protodiplomacia*”, ou seja, atividades externas de governos não centrais com interesses separatistas. Portanto, um desejo de avançar na consecução de um Estado próprio, como nos exemplos acima, que não se pode confundir com a ideia e conceito de paradiplomacia.

Os governos subnacionais têm utilizado ferramentas (atividades paradiplomáticas) com o objetivo de maior integração regional, projeção internacional, atração de investimentos e resolução de problemas locais, quer na dimensão regional (estado e províncias), quer na dimensão local (cidades e municípios). Com efeito, Almeida (2009, 7) destaca que “*inovação e competição entre ideias e propostas sempre são desejáveis, aliás, em qualquer domínio ou atividade.*”

Segundo advoga Brigagão (2005), a história da paradiplomacia no Brasil é marcada por dois momentos: (i) durante o Império, pelas questões migratórias e (ii) na República Velha, com a obtenção de financiamentos e investimentos diretos pelos Estados, quando governadores e prefeitos brasileiros passaram a ter interesse pelo exercício de uma atuação internacional.

No âmbito europeu, por exemplo, tem-se a própria ratificação, em 1992, do Tratado de Maastricht, também conhecido como Tratado da União Europeia, proporcionado uma maior expressividade dos governos locais, como agentes do processo de integração (Europa 1992).

Nesse sentido, ainda, Cornago (2010), ao apresentar uma visão geral de algumas práticas paradiplomáticas existentes ao redor do mundo, realça que:

Through the frequent sending and hosting of international missions, the maintenance of permanent delegations abroad, extension of international agreements on the most diverse issues, or the promotion of innovative forms of multilateral cooperation schemes, subnational governments have been able to create a dense global paradiplomatic network that perforates the contours of the formal diplomatic system of sovereign states. (...) And, more interestingly, paradiplomacy is also increasingly important in countries as diverse as Argentina, Brazil, Bolivia, Chile, China, Ethiopia, India, Indonesia, Japan, Mexico, Peru, Nigeria, Russia, or South Africa, among many other cases beyond the Western world. (Cornago 2010, 94-5)

O MERCOSUL também é exemplo evidente desse fomento – direto ou indireto –, da atuação internacional dos governos subnacionais. Desde a sua criação, estados e municípios brasileiros têm manifestado grande interesse em participar ativamente do processo de integração, como é o caso da criação da Rede de Mercocidades, em 1995. Importante ressaltar as palavras de Mancuso (2009):

Durante a metade dos anos 1990, o MERCOSUL sofreu um processo de estancamento, provocado pelas políticas econômicas dos governos neoliberais, então predominantes na região. Com a crise cambial brasileira no final da década passada e o colapso da economia argentina pouco tempo depois, o MERCOSUL passou por uma séria crise e chegou a viver um impasse. **Nesse período, foi a rede Mercocidades que manteve levantada a bandeira da integração dos povos e dos territórios do Cone Sul.** (Mancuso 2009, 127, grifo nosso)

Ainda que existam diversas definições para o fenômeno da paradiplomacia, há também diversos outros termos utilizados para expressar o mesmo sentido.

Como visto, Duchacek (1984) inicialmente utilizou o termo “*microdiplomacia*”. Hocking (2004), por sua vez, opta por usar termos como “*diplomacia de múltiplas vias*”, “*diplomacia catalítica*”, “*diplomacia de múltiplas camadas*” (Hocking 2004, citado por Ribeiro 2008, 161). O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por exemplo, demonstra preferência pelo termo “*diplomacia federativa*”, utilizado pela primeira vez em discurso oficial do então chanceler Luiz Felipe Lampreia (1995), durante encontro no Congresso Nacional.

Nesse diapasão, também é possível tentar contribuir para o alargamento das visões acerca da atuação dos entes subnacionais na cena internacional. Assim, com base no exposto até o presente, bem como na identificação da atuação desses entes, ou melhor, dos atores juridicamente responsáveis pela definição das estratégias de atuação desses entes, portanto, os chefes dos poderes executivos locais, apresenta-se o conceito de **diplomacia prefeitoral**, isto é, a atuação pessoal dos prefeitos na cena internacional, de forma estruturada, acerca de temas globais com impacto local, ou vice e versa, com vistas à projeção externa dos seus municípios, defesa de seus interesses locais e prestígio internacional.

Neste trabalho, no entanto, adota-se o termo paradiplomacia, mais frequentemente utilizado na literatura existente.

A paradiplomacia é, portanto, um fenômeno que envolve a relação entre diferentes níveis: local, regional e global, reconhecido oficialmente, com base em textos constitucionais, por alguns países, como é o caso da Alemanha, Argentina, Áustria, Suíça, dentre outros, bem como por diversos organismos internacionais.

Cada país confere às suas unidades maior ou menor graus de autonomia, com base em seus sistemas políticos. Tomando-se a Argentina como exemplo na América do Sul, tem-se que sua

Constituição traz previsão para celebração de convênios e tratados internacionais, por parte das províncias, desde a reforma constitucional ocorrida em 1994, em seus artigos 124 e 125.

Artículo 124o.- Las provincias podrán crear regiones para el desarrollo económico y social y establecer órganos con facultades para el cumplimiento de sus fines y podrán también celebrar convenios internacionales en tanto no sean incompatibles con la política exterior de la Nación y no afecten las facultades delegadas al Gobierno federal o el crédito público de la Nación; con conocimiento del Congreso Nacional. La ciudad de Buenos Aires tendrá el régimen que se establezca a tal efecto.

Corresponde a las provincias el dominio originario de los recursos naturales existentes en su territorio.

Artículo 125o.- Las provincias pueden celebrar tratados parciales para fines de administración de justicia, de intereses económicos y trabajos de utilidad común, con conocimiento del Congreso Federal; y promover su industria, la inmigración, la construcción de ferrocarriles y canales navegables, la colonización de tierras de propiedad provincial, la introducción y establecimiento de nuevas industrias, la importación de capitales extranjeros y la exploración de sus ríos, por leyes protectoras de estos fines, y con sus recursos propios.

Las provincias y la ciudad de Buenos Aires pueden conservar organismos de seguridad social para los empleados públicos y los profesionales; y promover el progreso económico, el desarrollo humano, la generación de empleo, la educación, la ciencia, el conocimiento y la cultura. (Argentina 1994)

Em verdade, há diversos acordos assinados entre as províncias argentinas e a Rússia, desde 1992, tendo sido a província de Misiones, no norte da Argentina, a primeira, ao negociar a troca de cinco mil toneladas de chá por máquinas ferroviárias (Aprigio 2010b).

Note-se, ainda, o exemplo europeu. A Constituição Belga consagra um sistema federal que concede amplas facultades às entidades federadas para atuar no campo das relações internacionais. De igual forma, há previsão constitucional para celebração de convênios e tratados internacionais, inserida durante a reforma constitucional de 1993 e alterada durante a sexta reforma institucional em 2014, por meio dos artigos 167 a 169. A Flanders é, contudo, o caso mais notável em termos de paradiplomacia, em razão de sua autonomia, podendo concluir tratados, disfrutar de representação diplomática no exterior, participar diretamente em delegações para acordos multilaterais, dentre outros, tal como explicita o título IV, artigos 167 a 169 da sua constituição, conforme Anexo I.

Nesse diapasão, as palavras de Almeida (2009), que convergem com o desejo dos governos subnacionais brasileiros por uma maior atuação internacional, chegam para se somarem às vozes dos já diversos novos atores das relações internacionais.

O mais importante numa diplomacia tida por ágil é a sua capacidade de perceber as novas condições existentes no cenário internacional, visualizar desenvolvimentos futuros com base em novos atores intervenientes e formular novas formas de ação adequadas ao futuro previsível, formas não necessariamente respeitadoras do passado conhecido. Este quarto elemento é o que poderia ser chamado de human factor, **algo contingente e imponderável, que não necessariamente emerge naturalmente das condições existentes do serviço diplomático “normal”, mas que depende de estadistas inteligentes, de formuladores dotados dessa “abertura de**

espírito” e de servidores diplomáticos inovadores. (Almeida 2009, 7, grifo nosso)

De forma a exemplificar essa crescente atuação de governos subnacionais, tem-se a atuação da Prefeitura do Rio de Janeiro na atração do Centro de Pesquisas da *General Electric* (GE), para a cidade. Um investimento de R\$ 30 milhões feito pela Prefeitura, em uma área na Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O prefeito Eduardo Paes (2015) é enfático em seus planos para a cidade:

Quero 500 Ph.Ds. aqui. O que a empresa produzir pode ser em outro lugar, mas o *'mind'* tem que ser aqui. Temos a nova economia, a indústria sem chaminé, de entretenimento, de esportes, a realização de grandes eventos e a cultura, vocação da cidade. Para de brigar com São Paulo por indústrias e com Brasília, achando que vai ser capital política. (Valor 2015, 16)

3.2 O Estado central brasileiro e a paradiplomacia de seus entes subnacionais: uma abordagem jurídico-constitucional

A Constituição Federal do Brasil (CF), também conhecida como Carta Maior ou Constituição Cidadã, promulgada em 1988, adotou como forma de Estado, o sistema federalista. A Constituição de 1988 definiu, assim, a estrutura íntima da Federação, promovendo, desse modo, a partilha de competências entre o todo (a União) e as partes (os governos subnacionais: estados, municípios e o Distrito Federal), todos ocupando juridicamente o mesmo plano hierárquico.

A adoção pelo sistema federal está relacionada ao princípio da autonomia e da participação política, o que pressupõe, portanto, a consagração de certas regras constitucionais. Essas regras buscam não apenas a configuração desse sistema, mas, sobretudo, a sua manutenção e indissolubilidade.

Com efeito, Moraes (2006) destaca que:

O princípio da indissolubilidade em nosso Estado Federal foi consagrado em nossas constituições republicanas desde 1891 (artigo 1º) e tem duas finalidades básicas: a unidade nacional e a necessidade descentralizadora. O artigo 1º da Constituição Federal afirma que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal; sendo completado pelo artigo 18, que prevê que a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos e possuidores da tripla capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e autoadministração. (Moraes 2006, 256-7)

Para além do Brasil, alguns exemplos de Estados federais são a Alemanha, Argentina, Austrália, Canadá, Malásia, México, Suíça e os Estados Unidos da América. Note-se, porém, que dentre todos os Estados federais, o Brasil é o único em que os municípios são reconhecidos na CF como membro da Federação.

Os governos subnacionais brasileiros passaram, nos últimos anos, a protagonizar um papel cada vez mais (pro)ativo na cena internacional, quer seja como fomentador de uma nova agenda de política externa, quer seja como implementadores de suas próprias políticas e defensores de seus próprios interesses locais, a chamada paradiplomacia.

Destaque-se, ainda, que uma importante parcela dos indicadores de crescimento no Brasil foi produzida em decorrência da ação direta dos governos subnacionais, nomeadamente os municípios, após o advento da CF de 1988 já que, com a descentralização das políticas sociais para a esfera dos municípios, houve também a descentralização do debate político acerca das responsabilidades do Estado, frente aos anseios e necessidades das partes da Federação (estados e municípios), o que gerou, como consequência, uma maior aproximação da agenda política dos municípios com a agenda política nacional.

Essa pulverização, que diz respeito à forma de organização do aparelho político-administrativo do Estado, também significa a existência de formas descentralizadas de exercício de poder, além de espaços políticos múltiplos, onde as diferentes decisões são formuladas.

Segundo Marzulo & Marx (2013):

La crisis del Estado-nación puso de manifestó que, a pesar de los límites legales, en la práctica los actores locales tienen un impacto en las relaciones internacionales y son capaces de ejercer una influencia considerable sobre el conjunto del sistema. Con la globalización, además, los gobiernos locales adquirieron una cierta ventaja frente a los gobiernos nacionales. Su mayor proximidad con respecto a la población y el hecho de operar en una escala más reducida les dieron mayor flexibilidad y adaptabilidad en un mundo cada vez más dinámico y cambiante. Dentro de este contexto, las ciudades se abrieron, se relacionaron y actuaron en red buscando la cooperación y la solidaridad para enfrentar los desafíos de la época. (Marzulo & Marx 2013, 49)

O mesmo texto legal tratou de definir, outrossim, e como cláusula pétrea – ou seja, um preceito que não pode ser alterado por propostas originárias de emendas constitucionais –, a impossibilidade de alteração da forma federalista, conforme aduz o art. 60, §4, inciso I:

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

(...)

§ 4º - Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a forma federativa de Estado;

II - o voto direto, secreto, universal e periódico;

III - a separação dos Poderes;

(...) (Brasil 1988, grifo nosso)

As diferenças, contudo, entre um ente e outro, relacionam-se com as distintas competências que lhe são atribuídas pela CF.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (Brasil 1988)

Evidencia-se, portanto, o caráter centrífugo do federalismo brasileiro, inovador ao estabelecer três níveis de poder. A assertiva converge para o pensamento de Bonavides (2005):

Não conhecemos uma única forma de união federativa contemporânea onde o princípio da autonomia municipal tenha alcançado grau de caracterização política e jurídica tão alto e expressivo quanto aquele que consta da definição constitucional do novo modelo implantado no País com a Carta de 1988, a qual impõe aos aplicadores de princípios e regras constitucionais uma visão hermenêutica muito mais larga tocante à defesa e sustentação daquela garantia. (Bonavides 2005, 347)

Bonavides (2005, 347) avança um pouco mais em seu pensamento. Segundo o autor, *“nunca esteve o município numa organização federativa tão perto de configurar aquela realidade de poder – o chamado *pouvoir municipal* – almejado por numerosa parcela de publicistas liberais dos séculos XVIII e XIX, quanto na Constituição de 1988.”*

Complementarmente, na mesma obra, o autor destaca o fato de terem sido os franceses que:

Sabiamente distinguiram duas espécies de funções, **direitos e competências dos municípios**, fazendo nascer o célebre e vetusto **princípio da autonomia municipal**: aquelas funções que os municípios exercem em caráter próprio, e se referem a interesses exclusivamente comunitários; e as demais, que lhe são delegadas pelo interesse geral, fixadas por lei, e exercidas, como disse Carré de Malberg, na qualidade de mandatário do Estado. (Bonavides 2005, 349, grifo nosso)

No entendimento do professor José Luiz Quadros de Magalhães (2004):

A visão de nosso federalismo como federalismo centrífugo explica a nossa federação extremamente centralizada, que, para aperfeiçoar-se, deve buscar constantemente a descentralização. Somos um Estado Federal que surgiu a partir de um Estado Unitário, o que explica a tradição centralizadora e autoritária que devemos procurar abandonar para construir uma federação moderna e um Estado Democrático de Direito. (Magalhães 2004, 91)

A CF, no entanto, não tratou de institucionalizar, por definitivo e explicitamente, a paradiplomacia no ordenamento jurídico brasileiro. O texto constitucional, no que diz respeito às relações internacionais, determina que estas são atribuição exclusiva da União:

Art. 21. Compete à União:

- I - manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.
- II - declarar a guerra e celebrar a paz;
- III - assegurar a defesa nacional;
- IV - permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.

(...) (Brasil 1988)

Ressalte-se, pois, que a CF de 1998 descreve, com clareza, as competências de cada ente federado, a destacar o art. 30, a seguir:

Art. 30. Compete aos Municípios:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual. (Brasil 1988)

Considerando, portanto, o paradoxo apontado por Magalhães (2004) – centralização *versus* a necessidade premente de descentralização –, e ao analisar o histórico e postura do Estado central brasileiro, percebe-se uma tradição centralizadora de recursos no âmbito do Governo central, prevista na própria CF, o que faz com que os governos subnacionais busquem alternativas para os seus problemas locais.

Não há, contudo, no texto constitucional dedicado às competências dos municípios, previsão explícita para que esses governos subnacionais possam atuar na arena internacional. Curiosamente, porém, o mesmo texto legal tampouco os impede expressamente, a não ser nos limites trazidos pela própria Constituição, situação bem definida e elaborada, em parecer, pelo então deputado federal Ney Lopes, quando da relatoria da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 475/2005:

Nada há no texto constitucional que impeça Estados, Distrito Federal e Municípios de celebrar atos internacionais (com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, contratos, acordos ou convênios, etc.). **A liberdade de celebrar atos é decorrente da autonomia declarada no artigo 18 da Constituição da República** e explicitada em outros artigos, como o 30. Sua liberdade é ampla e submissível a apenas dois limites: a) em casos onde o legislador constituinte deliberou restringi-la (vide artigo 52, inciso V); b) o próprio conjunto de competências atribuídas aos entes estatais pela Constituição da República. Assim, parcela componente da autonomia estatal não pode ser diminuída ou extinta, sob pena de avançar sobre a própria natureza jurídica dos entes estatais. De resto, certamente não caberia aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios celebrar, por exemplo, atos internacionais cujo tema seja nacionalidade ou moeda. **Vemos, portanto, que a esses entes estatais é possível celebrar atos internacionais, sim, mas, naturalmente, dentro da esfera da respectiva competência.** É possível celebrar tais atos com

quaisquer pessoas estrangeiras, sejam elas dotadas ou não de personalidade jurídica de direito internacional. Estado, Distrito Federal e Municípios podem celebrar quaisquer atos com cidadãos, organizações oficiais ou não-governamentais ou quaisquer entes de natureza estatal (o País, a Província, o Departamento, o Condado, etc.). **Para a prática de tais atos, os entes estatais não precisam de “autorização” da União, como sugerido na proposta.** Autorizar, neste caso, é exercer poder sobre a vontade de outrem, e a Constituição da República não abriga muitos casos do exercício desse poder (um deles é a autorização do Senado para operações externas financeiras, já indicada). Assim, a sugestão de “autorização” viola a autonomia reconhecida aos entes estatais. (Brasil 2005, 2-3, grifo nosso)

A simbólica PEC 475/2005, também chamada de “PEC da Paradiplomacia”, de autoria do então deputado federal e diplomata André Costa, tramitou na Câmara dos Deputados (CD) entre 2005 e 2008, tendo sido apresentada ao Plenário em 03 de novembro de 2005.

Em 16 de novembro do mesmo ano, seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), em regime de tramitação especial. Na CCJC, a relatoria da PEC 475/2005 ficou sob a responsabilidade do deputado federal Ney Lopes, que se manifestou, em seu parecer, pela inadmissibilidade da proposta, em 18 de abril de 2006, ao entender que a PEC 475/2005 promoveria a “*subversão da ordem federativa ao restringir a autonomia estatal prevista no artigo 18 da Constituição da República*” (Brasil 2005, 4). A proposta foi, portanto, arquivada em 31 de janeiro de 2007.

É imperativo destacar que o parecer do relator foi contrário à pretensão da PEC 475/2005, única e simplesmente, por entender que a pretensão conceitual, *per se*, trazida pela proposta, já encontrava (e ainda encontra) amparo no próprio texto legal da CF.

Como exposto anteriormente, o legislador adverte que “*nada há no texto constitucional que impeça Estados, Distrito Federal e Municípios de celebrar atos internacionais*” (Brasil 2005, 2). No entanto, importante destacar o entendimento do legislador. Para o relator, acatar a proposta significaria romper com o próprio princípio da autonomia dos entes federativos, tendo em vista o exposto no art. 23 da CF, que define as competências comuns da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;
- II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;
- III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;
- IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;
- V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;
- VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;
- VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;
X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;
XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;
XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
Parágrafo único. Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (Brasil 1988)

Tendo em conta esse parecer, há que destacar, porém, que embora o art. 21 da CF elenque como competência da União “*manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais*” (Brasil 1988), em um mundo globalizado e cada vez mais interdependente, as relações internacionais, sob a perspectiva *de facto* e não *de jure* e observadas não como teoria mas como fenômeno prático, não são exclusividade dos Estados centrais.

O que a União (Brasil – Estado central) recebeu da Carta Maior, como atribuição constitucional, foi a prerrogativa da definição e execução da Política Externa, esta compreendida como as relações oficiais com os demais Estados estrangeiros e OIs.

As restrições existentes no ordenamento jurídico confinam-se, apenas, à celebração de tratados. Assim, entende-se, largamente, não haver impedimentos para a atuação internacional dos governos subnacionais brasileiros, desde que respeitados os limites de suas competências constitucionais.

Uma análise legislativa, utilizando a base de dados da Biblioteca Virtual do Congresso Nacional, permite corroborar a assertiva anterior. Em outra matéria tramitada na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, na Câmara dos Deputados, quando da apreciação do Projeto de Decreto Legislativo No. 1742/2009, que “*aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre a Cooperação Descentralizada, assinado em Roma, em 17 de outubro de 2007.*”, o relator, deputado federal Tadeu Filippelli, na oportunidade, assim se manifestou:

O Protocolo Adicional em exame pretende, precipuamente, regulamentar a iniciativa de cooperação internacional protagonizada pelos entes federativos brasileiros. Os entes da Federação somente atuarão por meio da celebração de convênios com subunidades políticas ou administrativas estrangeiras, eis que não detêm personalidade jurídica de direito internacional público. Esses atos deverão ser previamente submetidos ao conhecimento das autoridades nacionais competentes (do lado brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores) com o objetivo de assegurar que são compatíveis com a política externa do País (art. 2, 2, do Protocolo). **Parece-nos, portanto, que o Protocolo não afronta a competência exclusiva atribuída à União para manter relações com Estados estrangeiros**, por força do disposto no art. 21, I, da Constituição Federal. **Entre os princípios que regem as relações internacionais do Brasil figura o da cooperação entre os povos** para o progresso da humanidade. O texto do Protocolo está em consonância com tal princípio constitucional e **inova pelo seu caráter descentralizado**. Segue, quanto aos demais aspectos, os

moldes de atos internacionais que vêm sendo firmados pelo Estado brasileiro. (Brasil 2007b, 2-3)

Ademais, a mesma Constituição que enfeixa as relações exteriores nas competências da União, também contempla exceção expressa, em seu artigo 52, que enseja a atuação internacional dos governos subnacionais, ao predizer que:

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; (Brasil 1988)

Nesse diapasão, parece importante destacar que os governos subnacionais, portanto, desenvolvem a prática – não contestada pelo Estado central –, de atrair investimentos diretos estrangeiros, negociar e captar recursos oriundos do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outros.

Fato é que entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, observando uma crescente demanda relativa aos temas internacionais, mormente em razão do processo de globalização, o Governo central preocupa-se em coordenar e monitorar, de alguma forma, as atividades desenvolvidas pelos governos subnacionais.

Para tanto, inicia os processos, mesmo que de forma acanhada, de aceitação e reconhecimento da atuação internacional dos governos subnacionais, que ocorreu por meio do Decreto No. 2.246/97 e que criou a Assessoria de Relações Federativas (ARF), no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ligada ao Gabinete do Ministro, com o objetivo de sistematizar os contatos e o relacionamento entre MRE/Itamaraty.

Para além da criação da ARF, também foram criados os Escritórios de Representação Regional do MRE, com o intuito de capilarizar a presença do Itamaraty. Entretanto, antes mesmo da criação da ARF, Lampreia (1995), a respeito das relações federativas, em discurso na Câmara dos Deputados, assim afirmou:

É também diretriz do Presidente Fernando Henrique que a essa vertente da diplomacia pública, da diplomacia de interação, se some outra vertente igualmente fundamental em função do nosso sistema político, que é a diplomacia federativa. Os Estados e mesmo os municípios têm crescentemente uma agenda internacional que se soma à agenda externa da União, responsável em primeira instância pelas relações exteriores do país. Essa nova e dinâmica dimensão da nossa diplomacia requer um esforço permanente de diálogo, de troca de informação e de consultas entre o Executivo federal e as Regiões, Estados e Municípios, de forma que haja maior coordenação e a maior harmonia possível nos diversos níveis do relacionamento internacional do Brasil. (Lampreia 1995, 115, sic)

No entanto, conforme descreve Saraiva (2004):

A então Assessoria de Relações Federativas não chegou a possuir *status* elevado no processo decisório do Itamaraty, até sua fusão mais recente com os assuntos parlamentares em outra assessoria criada mais recentemente: a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares. (Saraiva 2004, 133)

Em um avanço temporal para um cenário mais recente de análise, constata-se, nos primeiros meses do governo Luiz Inácio Lula da Silva, a criação da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), por meio da Lei. No. 10.683/2003.

A SRI é o órgão da Presidência da República responsável por atuar na coordenação política do Governo, na condução do relacionamento do Governo com o Congresso Nacional e os Partidos Políticos e na interlocução com estados, Distrito Federal e municípios.

O texto legal também cuidou de promover a transferência da Secretaria de Assuntos Federativos e da Secretaria de Assuntos Parlamentares, ambas vinculadas, à época, à Secretária-Geral da Presidência da República, e que passaram a pertencer aos quadros da Casa Civil da Presidência da República, sob a nova denominação Subchefia de Assuntos Federativos (SAF) e Subchefia de Assuntos Parlamentares (SAP) (Brasil 2003).

A SAF possui, dentre as diversas atribuições, pautar no Governo Federal as questões federativas e assessorar o ministro e a presidente nas relações com governadores e prefeitos, além de possuir diversos eixos de atuação, destacando-se a cooperação internacional federativa, apoiando as iniciativas dos municípios e estados.

No que concerne às competências da SAP, dentre outros pontos, tem-se o assessoramento do ministro nos assuntos legislativos, a promoção do encaminhamento das mensagens presidenciais ao Congresso Nacional e exame dos assuntos atinentes às relações de membros do Poder Legislativo com o Governo (Brasil 2003).

O Governo Lula também avançou no tema, por meio do Decreto No. 5979/2006, que aprovou a Estrutura Regimental do MRE (Brasil 2006), consoante organograma apresentado na Figura 1, e criou a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), órgão de assistência direta e imediata ao ministro das Relações Exteriores, com as seguintes competências, elencadas na Portaria No. 212/2008, do então chanceler Celso Amorim:

Seção IV

Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA)

Art. 15. Compete à Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA):

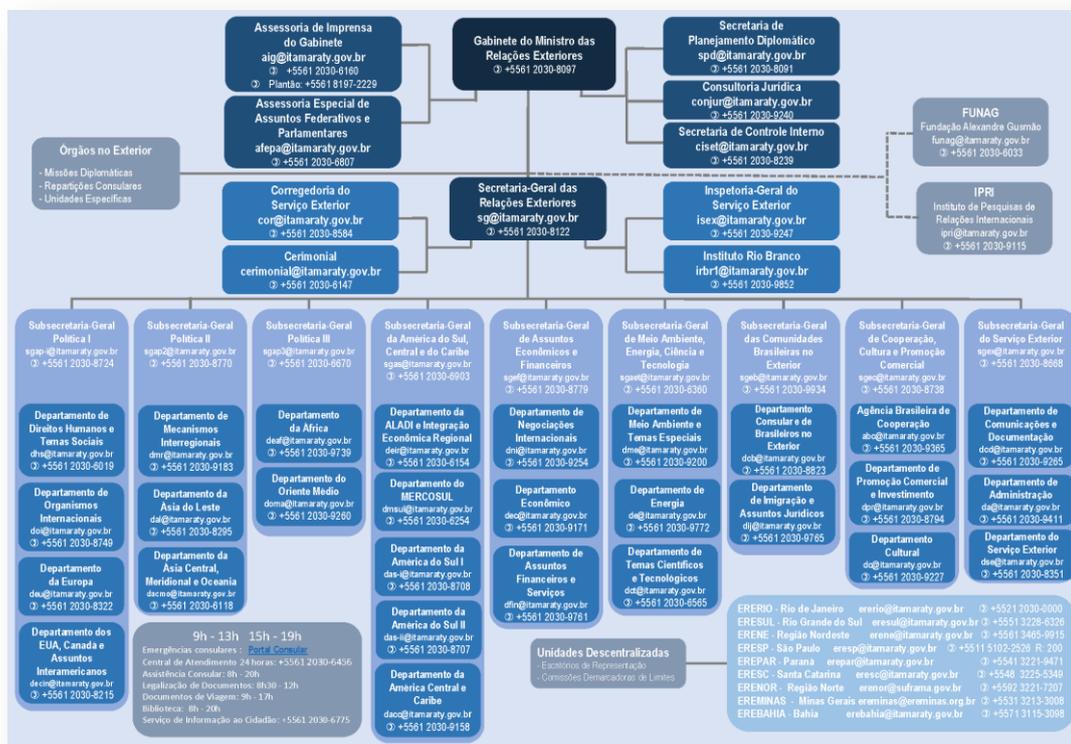
I - promover a articulação entre o Ministério e o Congresso Nacional e providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados;

II - promover a articulação entre o Ministério e os Governos estaduais e municipais, e as Assembleias estaduais e municipais, com o objetivo de

assessorá-los em suas iniciativas externas e providenciar o atendimento às consultas formuladas; e

III - realizar outras atividades determinadas pelo Ministro de Estado. (MRE 2008, 16)

Figura 1: Organograma do Ministério das Relações Exteriores (MRE).



Fonte: <http://www.mre.gov.br>.

Em 2007, o Decreto No. 6181 instituiu, oficialmente, o Comitê de Articulação Federativa (CAF), que havia sido criado em 2003, por um protocolo de cooperação federativa.

Art. 1º. Fica instituído o Comitê de Articulação Federativa - CAF, no âmbito da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, com a finalidade de promover a articulação na formulação de estratégias e implementação de ações coordenadas e cooperativas entre as esferas federal e municipal de governo, para atendimento das demandas da sociedade e aprimoramento das relações federativas.

Parágrafo único. As deliberações do CAF serão tomadas por consenso e publicadas na forma de resolução subscrita por seu Presidente.

Art. 2º. Cabe ao CAF:

- I - contribuir para a formulação de políticas públicas federativas a serem implementadas pelos órgãos e entidades da administração pública federal;
- II - sugerir projetos e ações que visem ao aperfeiçoamento das relações Intergovernamentais e promovam o fortalecimento da Federação;
- III - sugerir procedimentos que promovam a integração das ações, no âmbito da administração pública federal, voltadas ao fortalecimento da capacidade financeira, técnica e gerencial dos governos municipais;
- IV - atuar como instância de articulação e mobilização dos entes públicos e da sociedade, para o aperfeiçoamento da integração e do relacionamento entre os entes federativos; e
- V - realizar estudos e estabelecer estratégias que fundamentem propostas legislativas e administrativas tendentes a maximizar o diálogo, a cooperação e a solidariedade entre os entes federativos. (Brasil 2007a)

O CAF é a instância criada pela Presidência da República para dialogar com os municípios brasileiros e é presidido pelo ministro-chefe da SRI, com a participação de 18 representantes de entidades nacionais de municípios. Em sua estrutura, para além do Pleno, instância máxima de deliberação, composto pelos membros titulares e com reuniões bimestrais, e da Secretaria Técnica, responsável por deliberar acerca de questões técnicas e administrativas, existem os Grupos de Trabalho Interfederativos (GTI). Os GTIs têm a função de estudar e elaborar propostas acerca de temas específicos, que demandem aprofundamento (Brasil 2015a).

Aliás, no Portal Federativo criado pela Presidência da República (2015a), encontra-se o “*Relatório da I Reunião da Cooperação Internacional Descentralizada do Brasil*”, realizada em Brasília, em julho de 2013, conforme Anexo II.

Atualmente, as representações do MRE permanecem ativas em oito estados brasileiros, abrangendo diferentes regiões do país: Amazonas (Norte), Pernambuco (Nordeste), Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (Sudeste) e Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Sul), todos chefiados por embaixadores, ministros ou conselheiros de carreira.

Durante o lançamento do Plano de Relações Internacionais do Governo do Estado de São Paulo, em 2 de abril de 2012, portanto, já durante o governo da atual Presidente Dilma Rousseff, o então chanceler Antonio de Aguiar Patriota afirmou:

Em vários aspectos de suas relações exteriores, o Brasil se beneficiará de maior atenção dos entes federativos à esfera internacional e da articulação deles com o Governo Federal. O Itamaraty há muito reconheceu a nova realidade da diplomacia federativa e tem trabalhado intensamente, em coordenação com Estados e Municípios, para explorar com eles sinergias na promoção dos interesses do Brasil. (Patriota 2012)

Assim, “*a high politics, encaminhada pela diplomacia estatal clássica do Itamaraty, **aceita e acata, mas também reage e convive de forma cooperativa**, com a diversidade da low politics, espaço natural dos entes subnacionais.*” (Saraiva 2004, 139, grifo nosso).

Nesse sentido, o novo paradigma da valorização dos entes subnacionais coincide com a emergência do paradigma do Estado logístico no Brasil. O Estado logístico, ao procurar expor a vontade de fortalecer o núcleo nacional da ação externa do Brasil, passa a operar diretamente na transferência à sociedade da responsabilidade empreendedora, ajudando-a a atuar no ambiente externo. A busca por um melhor modo de equilibrar os benefícios da interdependência por meio de uma inserção madura no mundo globalizado é o elemento aglutinador das posições e opções. (Saraiva 2004, 139)

Não obstante, a política externa que é – ou deveria ser – atribuição do Itamaraty, desde o início do Governo Dilma Rousseff, tem perdido não apenas relevância política e peso no orçamento federal. Além disso, o MRE tem sofrido certo enfraquecimento no que diz respeito ao planejamento e implementação da política externa brasileira. Exemplifica essa assertiva, matéria publicada no jornal Estadão (2014):

O Itamaraty voltou a atrasar o repasse de recursos para os postos diplomáticos e as verbas para pagamento de moradia dos servidores lotados no exterior. Os recursos referentes a setembro, que deveriam ter sido pagos no início de outubro, ainda não foram depositados, e há sinais de que a de outubro também atrasará. (Estadão 2014)

Em janeiro de 2015, o Projeto de Lei da Câmara (PLC), recentemente aprovado no Senado Federal, sob o nº 5/2014, instituiu o “*Estatuto da Metrópole*”. O principal desafio do Estatuto é articular os entes federativos – União, estados e municípios –, e sociedade civil organizada em torno do planejamento de ações comuns nessas áreas. O PLC foi sancionado pela Presidente Dilma Rousseff em 12 de janeiro de 2015, gerando a Lei No. 13.089/2015 (Brasil 2015b).

O Estatuto fixa diretrizes para a execução da Política Nacional de Planejamento Regional Urbano e institui o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas. A Lei trouxe, ainda, dez instrumentos para a gestão compartilhada e inclui não apenas a elaboração de Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PNDI), passando por consórcios públicos, convênios de cooperação, parceria público-privada e a possibilidade de compensação por serviços ambientais. A Lei também criava o Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado (FNDUI), com a finalidade de captar recursos e financiar ações nas regiões metropolitanas.

Essa poderia ter sido mais uma forma de institucionalizar a captação de recursos por meio dos governos locais. Todavia, o FNDUI foi um dos pontos rejeitados por meio de veto presidencial⁴. O FNDUI seria formado com recursos não apenas da União, mas também de organismos de cooperação nacionais e internacionais.

Ao longo dos últimos anos, muitos governos subnacionais têm criado estruturas específicas para o tratamento dos assuntos internacionais, quer no âmbito regional (estados), quer no âmbito local (municípios) e negar esse movimento, mesmo que ora acelerado, ora retardado, parece bastante simplista, já que o mesmo dá sinais de que não deixará de ser retilíneo e crescente.

⁴ CAPÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

Art. 9º Sem prejuízo da lista apresentada no art. 4º da Lei no 10.257, de 10 de julho 2001, no desenvolvimento urbano integrado de regiões metropolitanas e de aglomerações urbanas serão utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos:

I – plano de desenvolvimento urbano integrado;

II – planos setoriais interfederativos;

III – fundos públicos;

IV – operações urbanas consorciadas interfederativas;

V – zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001;

VI – consórcios públicos, observada a Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005;

VII – convênios de cooperação;

VIII – contratos de gestão;

IX – compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana, conforme o inciso VII do caput do art. 7º desta Lei;

X – parcerias público-privadas interfederativas.

(...)

Seção II

Do Fundo Nacional de Desenvolvimento Urbano Integrado

Art. 17. (VETADO).

Art. 18. (VETADO). (Brasil 2015b)

Nesse sentido, Pluijm (2007, 6), ao abordar o tema análogo “*City Diplomacy*”, afirma: “*city diplomacy is a professional, pragmatic and upcoming diplomatic activity on the international political stage, which is changing and will continue to change current diplomatic processes.*”

O Brasil possui, atualmente, 5.570 municípios. Porém, pesquisa do IBGE (2014), divulgada em dezembro de 2014, com base nos dados referentes ao ano de 2012, quando o Brasil possuía 5.565 municípios, apresenta pela primeira vez um retrato geral dos municípios com área específica para a cooperação internacional descentralizada.

O Quadro 2, a seguir, demonstra os resultados obtidos no estudo.

Quadro 2: Cidades brasileiras com estrutura para cooperação internacional descentralizada.

Grandes Regiões e Classes de Tamanho da População dos Municípios	Municípios									
	Total	Com Área Específica para Cooperação Internacional Descentralizada								
		Total	Caracterização							
			Sec. com Orçamento Próprio	Sec. sem orçamento	Coordenação / Assessoria	Assessoria Internacional	Assessor não Específico	Pessoa que Acumula o Tema com Outras Atividades	Outros	Não Possui
Brasil	5.565	113	20	5	22	9	3	40	14	5.452
Região Norte	449	8	-	-	2	1	-	-	5	441
Região Nordeste	1.794	16	4	2	3	-	-	6	2	1.778
Região Sudeste	1.668	43	8	2	8	6	2	16	1	1.625
Região Sul	1.188	40	8	1	7	2	1	16	5	1.148
Região Centro-Oeste	466	6	-	1	2	-	-	2	1	460

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do IBGE (IBGE 2014).

Os resultados apresentam uma predominância de estruturas paradiplomáticas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, com 43 e 40 municípios, respectivamente, dotados de estruturas paradiplomáticas específicas. A região Nordeste surge na terceira posição, com 16 municípios, acompanhada da região Norte, com oito municípios e da região Centro-Oeste, com seis.

Contudo, em um universo de 5.565 municípios brasileiros pesquisados, os resultados demonstram que apenas 2% desse total possuem estrutura paradiplomática formal. Um número, decerto, ainda homeopático frente ao potencial brasileiro.

Gráfico 1: Porcentagem dos Municípios Brasileiros com Área para Cooperação Internacional, com base em dados do IBGE (IBGE 2014).



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do IBGE (IBGE 2014).

Outro ponto de destaque é o fato de que dos 113 municípios identificados com estruturas paradiplomáticas diversas, nota-se que em 40 deles a responsabilidade pelas atividades de relacionamento internacional está nas mãos de pessoas que “*acumulam o tema com outras atividades*” (IBGE 2014).

Anteriormente à pesquisa do IBGE (2014), Clóvis Brigagão (2005), em estudo realizado sobre o tema, identificou algumas estruturas paradiplomáticas formais no âmbito dos governos subnacionais brasileiros. À época, concluiu-se que dos 26 estados brasileiros (excluindo-se o Distrito Federal), dez capitais contavam com algum tipo de estrutura paradiplomática: Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Palmas, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

Em uma visão mais atual, mormente em razão do lapso temporal existente entre o trabalho de Brigagão (2005) e este que ora se apresenta, tornou-se relevante identificar o quadro atual, com foco específico nos governos locais (municípios brasileiros) e não nos governos estaduais. Assim, considerando apenas as capitais brasileiras, buscou-se identificar a estrutura paradiplomática existente nessas cidades, tendo como base temporal o mês de janeiro de 2015.

Como resultado, identificou-se que das 27 capitais brasileiras, incluindo o Distrito Federal (mesmo não possuindo Prefeitura, já que o Governo Distrital responde pela administração geral), 13 apresentam alguma estrutura formal paradiplomática, para tratar das relações internacionais municipais, quer seja por meio de assessoria, coordenadoria ou secretaria municipal.

Independentemente do seu *status*, todas pertencem à Administração Direta dos seus respectivos municípios. Em números percentuais, tem-se a expressiva marca de 48,19% das capitais com setores específicos para tratar as questões internacionais. Todavia, não se pode olvidar que, em números gerais, considerado todos os 5.565 municípios brasileiros existentes à época, como já demonstrado, depreende-se que apenas 2% deles possuem algum tipo de estrutura

formal. O Quadro 3, a seguir, apresenta o “raio-X” das capitais brasileiras, com base em janeiro de 2015.

Quadro 3: Capitais brasileiras com estrutura de Relações Internacionais, em janeiro de 2015.

Unidade da Federação	Capital	Estrutura de RI?	Tipo da Estrutura
Acre	Rio Branco	✓	Coordenadoria Municipal de Relações Internacionais.
Alagoas	Maceió	✗	-
Amapá	Macapá	✗	Embora tenha sido criada, no âmbito da Câmara Municipal de Macapá, a Comissão de Relações Internacionais, em 2013.
Amazonas	Manaus	✓	Atua na área internacional, por meio da Secretaria Municipal de Assuntos Federativos (SEMAF).
Bahia	Salvador	✓	Assessoria de Relações Internacionais e Conselho Municipal de Relações Internacionais.
Ceará	Fortaleza	✓	Coordenadoria Especial de Relações Internacionais e Federativas.
Distrito Federal	Brasília	✓	Secretaria de Estado de Assuntos Internacionais no âmbito do Governo do Distrito Federal, que dirige a Capital Federal.
Espírito Santo	Vitória	✓	Assessoria de Relações Internacionais.
Goiás	Goiânia	✗	-
Maranhão	São Luiz	✓	Assessoria de Relações Internacionais.
Mato Grosso	Cuiabá	✗	-
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	✓	Atua na área internacional por meio da Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais.
Minas Gerais	Belo Horizonte	✓	Secretaria Municipal Adjunta de Relações Internacionais.
Pará	Belém	✗	-
Paraíba	João Pessoa	✗	-
Paraná	Curitiba	✓	Assessoria de Relações Internacionais.
Pernambuco	Recife	✓	Coordenadoria de Relações Internacionais.
Piauí	Teresina	✗	-
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	✓	Coordenadoria de Relações Internacionais.
Rio Grande do Norte	Natal	✗	-
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	✓	Coordenadoria de Relações Internacionais.
Rondônia	Porto Velho	✗	-
Roraima	Boa Vista	✗	-
Santa Catarina	Florianópolis	✓	Secretaria Executiva de Assuntos Internacionais.
São Paulo	São Paulo	✓	Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas.
Sergipe	Aracaju	✗	-
Tocantins	Palmas	✗	-

Fonte: Elaboração do autor, com base em *websites* das Prefeituras das capitais brasileiras.

Procedendo-se à uma análise cruzada das informações constantes do Quadro 3, acima, com as informações constates do Quadro 1 (Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação – 2012), percebe-se que todas as capitais brasileiras que possuem estrutura paradiplomática, curiosamente, constam da lista das 15 maiores cidades com participação no PIB brasileiro.

Como se pode depreender dos dados obtidos, tanto do IBGE (2014), como da pesquisa nas capitais brasileiras, ainda há um grande terreno a ser percorrido pelos governos subnacionais

brasileiros, muitos dos quais, com gestores que sequer compreendem a importância da atuação internacional, de um planejamento estratégico, e do impacto positivo que essa atuação pode proporcionar em nível local. Há, ainda, certo amadorismo prático com o qual alguns governos subnacionais tratam o tema. Aliás, nesse sentido, Castelo Branco (2009) afirma:

Nada obstante, uma das maiores barreiras ao desenvolvimento paradiplomático em nosso país segue sendo a falta de conhecimento das oportunidades existentes e a falta de experiência específica dos governantes locais e do corpo técnico responsável pela formação e execução dos projetos. (Castelo Branco 2009, 89)

Qualquer que seja o *status* que se dê à estrutura paradiplomática, faz-se imperativo que exista um planejamento estratégico com objetivos concretos de onde se deseja chegar e o que se deseja alcançar com as atividades paradiplomáticas. Ademais, ressalte-se que os interesses políticos, o próprio jogo do/pelo poder e o “peso” político dos governadores e dos prefeitos, portanto os chefes dos Poderes Executivos em níveis regional e local, respectivamente, determinarão as iniciativas internacionais que serão levadas a cabo, ou não. Dessa forma, o eventual interesse de atuação na cena internacional é, em sua larga maioria, também fruto direto dos interesses políticos dos governantes, dado que são eles, de fato e de direito, os *decision-makers*.

Embora o Governo central possua uma estrutura criada para, em tese, promover e/ou suportar a atuação internacional de seus entes federados, na prática, essas ações ainda caminham a passos muito lentos.

Adicionalmente, e como ensina Bonavides (1985, citado por Pereira 2009) “*o mal do federalismo cooperativo é a sua unidimensionalidade de fato, o unilateralismo da decisão. Esse federalismo só tem uma cabeça: a União. Há sido, na prática, um federalismo de subordinação (contradizendo a lógica do sistema) e não de coordenação*”.

Há, entretanto, pequenos destaques para um ou outro governo local, como é o caso das cidades de Belo Horizonte, que em 2001 viu surgir a Gerência de Relações Internacionais, vinculada à Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Coordenação Geral; Salvador, com a criação, em 2005, do cargo de Secretário Extraordinário de Relações Internacionais; São Paulo, com sua Secretaria Municipal de Relações Internacionais, criada em 2001, para além de ser o coração financeiro da América do Sul; e Rio de Janeiro, esta última que será foco de estudo de caso no Capítulo IV.

(página intencionalmente em branco)

Capítulo IV

A ATUAÇÃO PARADIPLOMÁTICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

“Necessitas non habet legem.”

(Santo Agostinho)

4.1 Rio: um breve relato do passado à atualidade

A cidade do Rio de Janeiro, que servirá como foco deste estudo de caso, a partir deste ponto, será referida simplesmente como Rio, não apenas por ser este o capítulo específico sobre a cidade (governo subnacional local/municipal), mas, sobretudo, para se evitar eventuais confusões com Rio de Janeiro – estado –, que possui outras competências constitucionais, como governo subnacional regional/estadual, e estrutura político-administrativa distinta.

Antes de percorrer os caminhos estruturais e históricos da atuação paradiplomática do Rio, contudo, resta importante mesmo que *en passant* apresentar algumas informações político-econômicas desse ente subnacional.

No *website* do IBGE (2015), pode-se encontrar uma elucidativa visão do início do Rio de Janeiro-cidade:

A cidade é mencionada oficialmente pela primeira vez quando a segunda expedição exploratória portuguesa, comandada por Gaspar Lemos, chegou em Janeiro de 1502, à baía, que o navegador supôs, compreensivelmente, ser a foz de um rio, por conseguinte, dando o nome à região do Rio de Janeiro. Porém só em 1530 a corte portuguesa mandou uma expedição para colonizar a área, em vez de continuar usando-a simplesmente como uma parada em suas aventuras marítimas. Os franceses, por outro lado, tinham estado no Rio de Janeiro e arredores desde o começo do século e estavam dispostos a lutar pelo domínio da região. Em 1560, depois de uma série de escaramuças, os portugueses expulsaram os franceses. O começo da cidade como tal foi no Morro de São Januário, mais tarde conhecido como Morro do Castelo, e depois na Praça Quinze até hoje centro vital do Rio. **Fundada em 1565, por Estácio de Sá, à época como cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a cidade viu crescer sua zona portuária e comercial, muito em razão, também, da posição geoestratégica.** (IBGE 2015, grifo nosso)

Disputada durante sete anos por portugueses e franceses, a cidade foi fundada em momento conturbado da história, em decorrência da guerra entre os dois países. É somente em março de 1808, contudo, que a Família Real portuguesa desembarca, de fato, no Rio. Uma publicação especial do jornal O Dia, edição de outubro de 2014, apresenta uma visão geral

histórica dos acontecimentos importantes ocorridos na cidade. Em O Dia (2014, 6) é possível entender aspectos importantes que coadjuvarão, de certa forma, para a compreensão da vocação do Rio para as atividades internacionais. “*No dia 10, a rainha pisou no Rio de Janeiro. Foi a primeira vez que uma monarca europeia desembarcou na América*” (O Dia 2014, 6). Em outro excerto, aprende-se que “*(...) eles [a Corte] chegaram para ficar, transformando a cidade em muitos aspectos. Mais de dez mil portugueses vieram juntos*”.

Houve também mudanças no campo político, “*a cidade, que já era sede da colônia desde o século XVII, ficou ainda mais no centro das atenções e das decisões **por se tornar a sede do Reino Unido de Portugal e Algarves***” (O Dia 2014, 7, grifo nosso). A mudança da Corte para o Rio contribuiu, de igual forma, para que a cidade:

(...) voltasse a ser um dos principais pontos das rotas dos viajantes. No início do século XVII, foi proibida a permanência de estrangeiros na colônia. Com a chegada da realeza, D. João suspendeu essa lei e, antes mesmo de desembarcar no Rio, quando passou por Salvador, decretou a abertura dos portos às nações amigas de Portugal. Além do aumento da circulação de mercadorias, essas medidas possibilitaram que mais relatos de estrangeiros fossem feitos sobre o Brasil. O olhar dos viajantes estava atento a diversos aspectos da formação da cidade (...). (O Dia 2014, 8-9)

Com efeito, o diplomata Aguiar Neto⁵, acrescenta:

Após a Independência do Brasil, já em 1834, uma emenda à Constituição do Império fez do Rio um Município Neutro, autônomo em relação à Província do Rio. Já a Constituição de 1891, a primeira após a Proclamação da República, concedeu à cidade o status de distrito federal. Em 1960, o Rio de Janeiro deixou de ser a capital do Brasil com a inauguração de Brasília, mas manteve sua autonomia com a criação do Estado da Guanabara. Essa condição foi transformada em 1975, quando, por meio de Lei Complementar, o Governo Geisel fundiu os estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, tornando a cidade do Rio a capital do novo Estado do Rio. (Aguiar Neto 2013)

O Rio tem sua história marcada pela centralidade nacional, tendo exercido o papel de capital do Brasil entre os anos de 1763 e 1960, passando pelas épocas do Brasil Colônia, Império e República.

Entretanto, o processo de mudança da capital brasileira para Brasília, iniciado em 1960, “*não veio acompanhado por uma proposta de reinserção estratégica da cidade no cenário nacional. Sem os investimentos federais destinados à capital da República, o Rio de Janeiro ficou à deriva, e não conseguiu encontrar uma vocação que restabelecesse seu prestígio nacional*” (Rio 2012b, 19).

De igual forma, por anos “*o município perdeu sua capacidade de pensar grande, não se organizou em torno de um projeto de desenvolvimento de longo prazo e assistiu a muitos de seus talentos deixarem a cidade em busca de oportunidades em outras partes do país*” (Rio 2012b, 13).

⁵ Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, ministro de segunda classe e atual coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio.

Todavia, nos dias atuais, e embora tenha deixado de ser sede do poder político, o Rio ainda exporta tendências, possui um estilo de vida único, para além de manter sua pujança econômica. Não apenas a cidade do Rio de Janeiro participa com cerca de R\$221 bilhões, ocupando o segundo lugar no *ranking* com 5,03% de participação no PIB nacional (IBGE 2014), como também recebeu classificação de grau de investimento de algumas agências de *rating* internacional, como a Moody's e Fitch (Rio 2015).

A Cidade Maravilhosa, como é carinhosamente conhecido o Rio, que sempre apresentou uma postura vanguardista em relação à cena internacional, mantém a tradição nos dias atuais. Ademais, com os seus quase 6.5 milhões de habitantes, segundo estimativas do IBGE (2015), o Rio possui muito mais interesses a defender do que nunca.

Banhada pelo Atlântico, no Sudeste do Brasil, a cidade – uma vez chamada de São Sebastião do Rio de Janeiro –, completou muito recentemente 450 anos, sem perder a sua vocação de se reinventar.

Não obstante a imprevisão constitucional, para atuação internacional, *de facto* e *de juris*, de seus governos subnacionais, os municípios têm criado, como visto, estruturas paradiplomáticas próprias e têm sido apoiados, grosso modo, pelo próprio Estado central, e o Rio não seguiu caminho divergente.

A vocação contemporânea do Rio para lidar com temas internacionais, participando de e/ou promovendo eventos das mais variadas vertentes, coloca-o em posição de destaque.

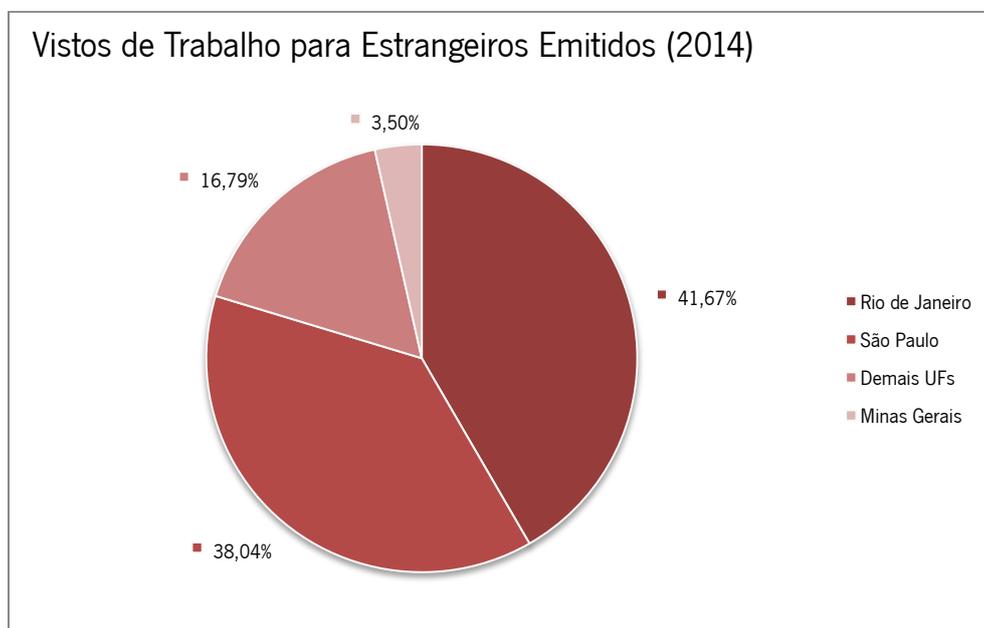
Afinal, não se pode olvidar que o Rio possui bairros e atrações turísticas que são mais conhecidos internacionalmente que muitos países, a exemplo do bairro de Copacabana, do Cristo Redentor, do Pão de Açúcar, do Carnaval mais famoso do Brasil, com seus luxuosos desfiles de escolas de samba. Em tempos de um Rio globalizado, até suas Favelas são cosmopolitas e recebem atenção internacional, com turistas estrangeiros visitando e se hospedando nos albergues e pousadas situados nas favelas mais emblemáticas do Rio: Rocinha, Vidigal, Cantagalo, etc.

O Rio é considerado uma cidade global. Por essa razão, tem o poder de atração de investimentos, com forte correlação entre inovação e qualidade de vida. Com mais de 90 km de praias e 30% de áreas verdes, incluindo a maior floresta urbana do mundo – a Floresta da Tijuca –, o Rio possui meta de redução nos gases do efeito estufa e reflorestamento de 24 milhões de árvores até 2020 (Rio 2015).

Ressalte-se que a cidade também ocupa a primeira posição no *ranking* de estrangeiros residentes no Brasil. Dos vistos de trabalho para estrangeiros, concedidos no Brasil em 2014 (atualização até 30 de setembro), 41,67% foram para o Rio (MTE 2014, 7-11).

O Gráfico 2, a seguir, apresenta o percentual por Unidade da Federação (UF), com destaque para Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sendo as demais UFs agrupadas.

Gráfico 2: Base Estatística Geral de Vistos de Trabalho Concedidos pelo MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Atualização até 30 de setembro de 2014.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base em dados do MTE (MTE 2014, 7-11).

Diferentemente de outras cidades brasileiras, o Rio primou por um arcabouço formal para estruturar a sua atuação e interlocução internacionais, atividades que têm se intensificado nos últimos anos, sobretudo nas últimas duas gestões administrativas, sob os auspícios do prefeito Eduardo Paes. Dado que o período analisado, neste estudo, reflete a gestão de Paes, 2009-2012 e reeleito para o seu segundo mandato no período de 2013-2016.

O prefeito Eduardo Paes (Rio 2014a) foi eleito vereador em 1996, aos 27 anos, com a maior votação do Brasil naquele ano e exerceu o mandato de deputado federal por duas vezes, em 1998, tendo sido o mais votado do estado do Rio de Janeiro e, em 2000. Quando da realização dos Jogos Pan-Americanos, em 2007, exercia o cargo de secretário estadual de Turismo, Esporte e Lazer.

Como prefeito, Eduardo Paes foi um dos líderes da campanha que fez do Rio de Janeiro a cidade escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, os primeiros na América do Sul. Hoje, em parceria com os governos estadual e federal, trabalha intensamente para que os Jogos Olímpicos e a Copa de 2014 – evento que contou com protagonismo do Rio – deixem um importante legado para a cidade e melhore a qualidade de vida de todos os cariocas (Rio 2014a).

Nesse sentido, tem-se como pacífico o reconhecimento do Rio como ator internacional.

Good management practices implemented in the Paes administration has earned Rio de Janeiro international recognition. The city, having earned **investment grade rating from respected rating agencies**, was identified as one of the best cities that **responded to the international financial crisis and was the first in the world to enter into a credit transaction directly with the World Bank for economic and social development.** As mayor, Eduardo Paes was one of the leaders of the campaign that won Rio de Janeiro the right to **host the 2016 Summer Olympics and Paralympics**, the first Games to be held in South America. Today, in partnership with the State and Federal Governments, he is working hard to ensure that **major international events** leave an important sustainable legacy for the city and improve the quality of life for all Cariocas (residents of Rio). All that effort was recognized by C40 cities and in 2013, Mayor Paes was elected unanimously as the C40 Climate Leadership Chair following the successful tenure of Mayor Bloomberg of New York City. Eduardo Paes received the Innovator Award Cycle Mayor 2009/2010. The initiative, sponsored by the Competitive Brazil Movement (MBC), Microsoft Brazil, Brazil and Symnetics Intel recognizes the application of good management practices in the municipal public service. **The city of Rio recently won the World Smart City Award in 2013 at the Smart City Expo World Congress in Barcelona.** (C40 Cities 2014, grifo nosso)

Segundo explica Paes (2014, citado por AMCHAM 2014, 16), em entrevista para a revista *Brazilian Business*, da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro (AMCHAM):

É uma grande responsabilidade liderar a organização que reúne as maiores cidades do mundo para tratar das mudanças climáticas e seus impactos. Ainda mais sendo o primeiro prefeito do Hemisfério Sul a ter essa oportunidade. As 63 megacidades que hoje integram o C40 representam, globalmente, 600 milhões de pessoas, 5% de emissões de gases do efeito estufa e 21% do PIB do planeta. Essas cidades já desenvolvem mais de 8 mil ações de combate, mitigação e adaptação aos efeitos do aquecimento global – e farão muito mais daqui para a frente. De 2011 para 2013, dobrou o número de projetos e políticas públicas nesse sentido. Para o Rio, essa escolha mostra a importância que a cidade ganhou nos últimos anos. Significa também uma demonstração de confiança no compromisso do Rio de trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável. (Paes 2014, citado por AMCHAM 2014, 16)

4.2 Base legal e a estruturação das atividades paradiplomáticas do Rio

A Constituição Estadual do Rio de Janeiro (1989), em sua versão mais atual e em seu Título IX, dispõe sobre a organização política dos municípios, como segue:

TÍTULO IX
- DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL
CAPÍTULO I
- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (arts. 343 a 354)
Art. 343. Os Municípios são unidades territoriais que integram a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotados de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República, por esta Constituição e pela respectiva Lei Orgânica.
Art. 344. São Poderes do Município:
I - o Poder Legislativo, representado pela Câmara Municipal, composta de Vereadores;
II - o Poder Executivo, representado pelo Prefeito. (Rio de Janeiro 1989)

Do mesmo modo, a Lei Orgânica do Rio (Rio 2010) elenca as competências do município em seu Capítulo II⁶. Nele, há previsão para a atuação internacional do Rio no que diz respeito à capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local, irmanação com cidades estrangeiras, convênios e empréstimos internacionais, etc.

Fundamental, contudo, para se compreender a gênese da estrutura paradiplomática do Rio, direcionar o foco para um período um pouco anterior.

Em 1986, o então prefeito Roberto Saturnino Braga, por meio do Decreto No. 5752 de 8 de abril, alterou a estrutura do Gabinete do Prefeito, criando a primeira Assessoria Internacional (AI) da cidade, que passava, naquele ato, a incorporar as competências do Cerimonial (Rio 1986, 1).

A Figura 2, a seguir, apresenta fac-símile do documento que pode ser considerado um marco histórico na atividade paradiplomática do Rio.

⁶ Capítulo II - Da Competência do Município

Art. 30 - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

IV - dispor sobre:

(...)

l) irmanação com cidades do Brasil e de outros países, a destes últimos com a audiência prévia dos órgãos competentes da União;

(...)

VII - instituir, conforme a lei dispuser, guardas municipais especializadas, que não façam uso de armas, integrantes da Administração Pública Direta, destinadas a:

(...)

e) oferecer apoio ao turista nacional e estrangeiro;

(...)

Art. 36 - O Município não firmará convênios, acordos, ajustes ou quaisquer outros instrumentos jurídicos nem manterá vínculos comerciais, culturais, esportivos, científicos e políticos com países que adotem política oficial de discriminação racial.

Art. 37 - O Município poderá, mediante aprovação da Câmara Municipal, participar da formação de consórcios intermunicipais para o atendimento de problemas comuns, inclusive visando à contratação de empréstimos e financiamentos junto a organismos e entidades nacionais e internacionais.

(...)

Art. 119 - Antes do término de seu mandato e logo após a divulgação, pelo Tribunal Regional Eleitoral, dos resultados das eleições municipais, o Prefeito entregará a seu sucessor relatório da situação administrativo-financeira do Município, e garantirá a este o acesso a qualquer informação que lhe for solicitada.

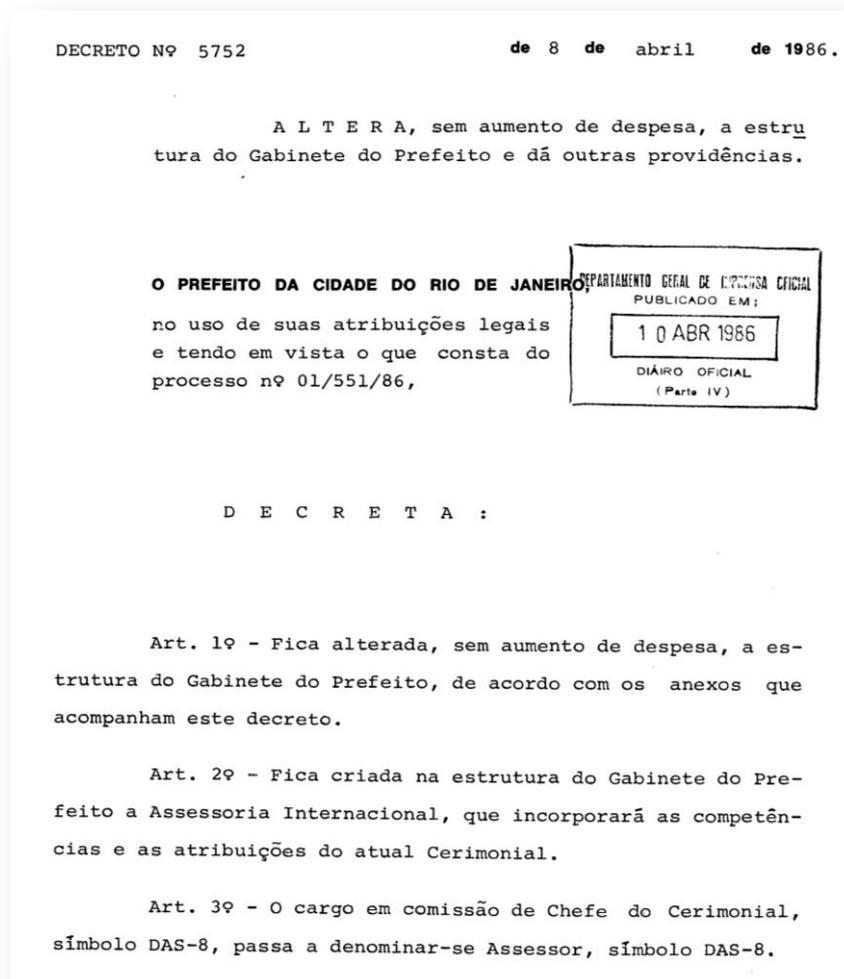
(...)

IV - informação circunstanciada com relação ao estágio de negociações em curso para obtenção de financiamento em órgãos da União ou do Estado e instituições nacionais e internacionais;

(...)

Art. 290 - O Poder Público contribuirá para promover as condições adequadas ao desenvolvimento na Cidade das funções de centro de comércio e finanças nacional e internacional. (Rio 2010)

Figura 2: Decreto Municipal No. 5752, de 8 de abril de 1986..

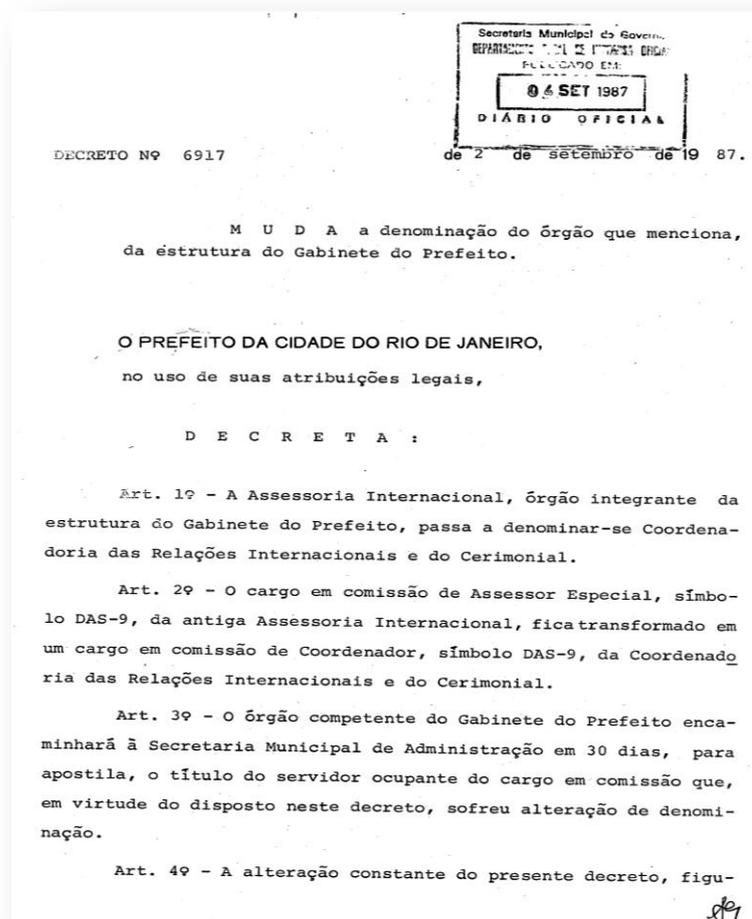


Fonte: <http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>.

Pouco mais de um ano, contudo, essa mesma Assessoria Internacional foi extinta, como consequência da publicação do Decreto No. 6917, de 2 de setembro de 1987, que criou a Coordenadoria das Relações Internacionais e do Cerimonial, ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito (Rio 1987, 1).

O Rio passava a figurar, então, como a primeira cidade brasileira a possuir uma estrutura formal e exclusivamente destinada a tratar do tema e teve como primeiro coordenador, o embaixador Claudio Garcia de Souza. A nomeação de diplomatas de carreira para o cargo de chefiar a Coordenadoria das Relações Internacionais e do Cerimonial se tornaria, a partir de então, uma tradição (Rio 2015).

Figura 3: Decreto Municipal No. 6917, de 2 de setembro de 1987.



Fonte: <http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>.

Em 2009, a gestão Eduardo Paes, que assumia o governo local para o seu primeiro mandato de quatro anos, lançou o Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012. Imperativo destacar que esse foi o primeiro a ser elaborado pela gestão pública local, e objetivou a “*construção de uma visão de futuro para a cidade*” (Rio 2009, 11). Com relação ao primeiro Plano Estratégico, Paes (2015, citado por Valor 2015, 17) afirma que o documento “*foi fundamental ao construir a visão de onde quer chegar: tornar a cidade o melhor lugar para viver, trabalhar e visitar no Cone Sul*”.

Tem-se, a seguir, a transcrição da Carta do Prefeito, em razão da natureza singular do documento pensado e publicado à época.

O Rio de Janeiro tem demonstrado através de sua história uma incrível capacidade de se reinventar. Foi assim com a chegada da família real, com a ida da capital pra Brasília, e com as inúmeras reformas urbanas que modificaram a topografia da nossa cidade. O Aterro do Flamengo, a duplicação da Avenida Atlântica, o Túnel Rebouças, as Linhas Amarela e Vermelha são demonstrações exemplares da capacidade de autocrítica e de reengenharia da cidade. O Rio é responsável pela criação das marcas brasileiras mais conhecidas no mundo: Maracanã, Copacabana, Ipanema, Corcovado, Pão de Açúcar, Samba, Bossa Nova. **Sem mencionar a marca Rio, abrigada no imaginário de pessoas no mundo inteiro, e que fala por si só.** Ninguém discute

a relevância cultural, econômica e histórica do Rio de Janeiro. Mas nós, que vivemos e fazemos esta cidade, precisamos questionar o presente e a realidade que nos cerca para novamente alimentar os sonhos de um futuro promissor. A expectativa de ser a capital da Copa 2014 e a conquista dos Jogos Olímpicos de 2016 estabelecem um momento oportuno para transformar esses sonhos em ideias, projetos, realizações. A Prefeitura, através do seu Plano Estratégico, propõe um caminho para alcançarmos esse objetivo. E convida a refletir o que somos, o que pretendemos e – mais importante – como podemos juntos, poder público e cidadãos, redesenhar nosso futuro. Não se trata de apresentar à sociedade apenas um documento. Queremos construir juntos os fundamentos de uma nova realidade no Rio de Janeiro. A Prefeitura não pretende apenas orientar e tomar decisões sobre políticas públicas, quer também recuperar seu papel de pensar a cidade, influenciando investimentos e inspirando empresas e pessoas a pensar como agente de mudança. O Rio tem muitas qualidades e enormes desafios. Neste momento, temos diante de nós o dever de enfrentá-los de forma planejada. E a convicção de que podemos vencê-los. É hora de recuperar a maravilhosa ideia de cidade que queremos e podemos ser: o **Rio mais integrado e competitivo**. (Rio 2009, 7, grifo nosso)

Dentre outras coisas, o Plano apresentava os objetivos centrais e os princípios de atuação do governo, para a cidade do Rio.

Objetivos centrais do governo

- Melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados no município.
- Proteger e recuperar o espaço público e os ativos naturais da nossa cidade.
- Garantir maior igualdade de oportunidades para os jovens e as crianças cariocas.
- Estabelecer as condições necessárias para o crescimento econômico sustentável.
- Promover o desenvolvimento de setores estratégicos para a economia carioca.
- Tornar o Rio uma cidade mais integrada do ponto de vista urbanístico e cultural.
- Reduzir os atuais níveis de pobreza e indigência da cidade.
- Posicionar o Rio como importante centro político e cultural no cenário internacional.

Princípios de atuação do governo

- Colocar o cotidiano das pessoas como tema prioritário de governo.
- Assegurar uma gestão profissional de toda máquina municipal.
- Estabelecer uma perfeita integração entre as políticas públicas municipais, estaduais e federais.
- Garantir que os serviços públicos prestados pela Prefeitura tenham o mesmo padrão de qualidade em todas as regiões da cidade.
- Potencializar a capacidade de investimento da Prefeitura através de parcerias com o setor privado e outras esferas de governo.

Em 2012, após ser reeleito para o segundo mandato de quatro anos, Eduardo Paes lançou a segunda versão do Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016 “Pós 2016: o Rio mais Integrado e Competitivo”, documento composto de 56 metas e 58 iniciativas. Adicionalmente, o documento elenca os novos objetivos centrais do governo (Rio 2012a, 16):

- Evoluir na acessibilidade e na qualidade da prestação dos serviços públicos municipais.
- Transformar a cidade, dotando-a de equipamentos urbanos mais adequados às demandas e ao crescimento da população.
- Valorizar e garantir o uso sustentável do meio ambiente, da paisagem e do patrimônio natural, cultural e histórico no processo de desenvolvimento da cidade.
- Garantir maior igualdade de oportunidades para os jovens e crianças cariocas.
- Contribuir para a formação de um ambiente de negócios altamente competitivo e para o crescimento econômico sustentável.
- Promover o desenvolvimento de setores estratégicos para a economia carioca.
- Tornar o Rio uma cidade mais integrada do ponto de vista urbanístico e cultural.
- Reduzir os indicadores de pobreza na cidade.
- Posicionar o Rio como importante centro político e cultural no cenário internacional.

Para se elaborar esse segundo Plano, a Prefeitura adotou postura participativa, por meio de pesquisas de opinião e reuniões com representantes da sociedade civil. Para além de todas as demais prioridades socioeconômicas da cidade, o novo Plano deixou mais explícita a importância do meio ambiente, além de reforçar aspectos competitivos e de promoção internacional do Rio.

4.3 A estrutura paradiplomática atual

Para suportar a sua atuação na cena internacional, o Rio possui, formalmente, uma Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI).

A Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) da Cidade do Rio de Janeiro é o órgão municipal responsável por assessorar o prefeito na elaboração e execução de políticas públicas municipais relativas à cooperação internacional. Localizada no Palácio da Cidade, em Botafogo, a coordenadoria está vinculada ao Gabinete do Prefeito. A CRI age como facilitadora de projetos de cunho internacional entre a Prefeitura do Rio e as secretarias municipais, órgãos estaduais e federais, identificando oportunidades e acompanhando projetos internacionais de cooperação nas mais diversas áreas, como desenvolvimento urbano sustentável, resiliência, conhecimento e inovação, inclusão social e acessibilidade. É a principal interlocutora da prefeitura com repartições consulares e missões diplomáticas, entre outras entidades internacionais de cunho regional e multilateral, bem como com as redes internacionais de cidades. A CRI é ainda responsável por organizar ou apoiar a vinda de missões de autoridades internacionais em visitas ao Rio de Janeiro. (Rio 2015)

Destarte, a CRI possui uma estrutura, contudo, mais próxima da realidade hodierna, subdividindo-se em cinco áreas que agem em interface constante. A estruturação dessas cinco áreas buscou adequar a CRI aos novos desafios do mundo presente.

- Gerência de Cooperação Bilateral;
- Gerência de Cooperação Multilateral;
- Gerência de Relações Institucionais;
- Gerência de Missões e Eventos;
- Gerência de Planejamento e Gestão.

Gerência de Cooperação Bilateral (GCB)

À GCB compete o relacionamento com todas as representações consulares com sede no Rio e com todas as representações diplomáticas no Brasil, sediadas em Brasília. Adicionalmente, a CRI mantém constante interlocução com as cidades e regiões com as quais o Rio possui relações diretas e/ou desenvolve projetos de cooperação, dentre outras ações.

A administração de acordos de geminação e acordos de cooperação com outras cidades, além da prospecção de projetos e ações de governos locais em outros países, que possam ser de interesse do governo local, e que tenham o potencial de gerar benefícios efetivos para a população carioca, também é função da GCB que, em termos de *headcount*, possui três servidores, sendo um assessor-chefe e dois assessores.

Gerência de Cooperação Multilateral (GCM)

A GCM ocupa-se de formular o conteúdo e acompanhar a agenda política do Rio nas redes de articulação de governos locais, como (e não se limitando a) *Cities Climate Group (C40)*, Governos Locais pela Sustentabilidade (ICLEI), União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa (UCCLA), Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), Associação Mundial das Grandes Metrôpoles, União das Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI), etc.

Nesse contexto, importante destacar que a principal rede com a qual a GCM se relaciona é o C40, uma entidade criada em 2005 e que congrega as megacidades mundiais, como Londres, Tóquio, Pequim e Nova Iorque, com o propósito de diminuir as emissões de carbono, trabalhando conjuntamente com cidades participantes para enfrentar os riscos climáticos e impactos locais e globais. Aliás, o prefeito Eduardo Paes assumiu a presidência do C40 em janeiro de 2014, substituindo o prefeito de Nova Iorque.

Como prefeito do Rio de Janeiro, assumo a presidência do C40, ocupando o cargo após o mandato bem-sucedido do ex-prefeito de Nova Iorque Michael Bloomberg. É a primeira

vez que uma cidade emergente lidera a organização das maiores cidades do mundo. A escolha do Rio de Janeiro aumenta a responsabilidade de liderar políticas voltadas para a mudança climática e para a resiliência em áreas urbanas. Não há tempo a perder para a construção de cidades melhores e mais seguras. (Paes 2014)

A GCM encarrega-se, de igual forma, da formulação de agenda para atuação nas Organizações do Sistema ONU, tais como UN-Habitat, UNESCO, PNUD, UNICEF, dentre outras, para além do apoio estratégico a grandes eventos, seminários e conferências. A GCM promove a divulgação internacional de projetos de sucesso, desenvolvidos no âmbito do governo local, além de fomentar o intercâmbio de experiências, boas práticas e iniciativas compatíveis com as prioridades do governo local.

A GCM possui três servidores, sendo um assessor-chefe (igualmente exercendo o cargo de secretário-adjunto de Relações Internacionais) e dois assessores.

Gerência de Relações Institucionais (GRI)

A GRI coordena a interlocução com todos os órgãos governamentais municipais, estaduais e federais e com as demais prefeituras e secretarias municipais de outras cidades brasileiras. Também é responsável por identificar pontos focais nessas organizações, a fim de criar laços estreitos, para além de mapear prioridades comuns. A participação ativa no Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais – FONARI também é uma das atribuições da Gerência, que também deve se ocupar da recepção e processamento de demandas das secretarias e agências e presta o apoio necessário em acordos e projetos com órgãos internacionais, celebrados pelas demais secretarias municipais.

Os recursos humanos da GRI são compartilhados com a GCB, excetuando-se o assessor-chefe.

Gerência de Missões e Eventos (GME)

À GME compete promover a recepção de missões de autoridades estrangeiras à cidade do Rio de Janeiro, a organização e apoio a eventos de cunho internacional, dos quais a Prefeitura participe, a coordenação e apoio logístico a eventos realizados no Palácio da Cidade, sede oficial da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Ademais, esse órgão também tem o encargo de organizar e acompanhar a agenda do coordenador de Relações Internacionais, cargo atualmente exercido pelo diplomata de carreira, ministro Laudemar Gonçalves de Aguiar Neto, em visitas externas a projetos da Prefeitura e possui dois servidores em sua estrutura.

Gerência de Planejamento e Gestão (GPG)

A GPG é responsável pela construção do plano estratégico, das metas e indicadores de desempenho da Coordenadoria e pelo monitoramento da implementação junto às demais gerências. A GPG também elabora o plano de comunicação da CRI, com a publicação de uma *newsletter* mensal e administra o website institucional.

Outrossim, o órgão possui a função de captar recursos internacionais não reembolsáveis para a execução de projetos de secretarias e outros órgãos do município do Rio, além de elaborar, sempre que necessário, a candidatura de projetos da Prefeitura do Rio de Janeiro a prêmios internacionais. A GPG possui três servidores, sendo um assessor-chefe.

Suporte Administrativo

Por fim, há ainda uma Equipe Administrativa composta de cinco servidores, responsáveis para suportar o trabalho de todas essas gerências.

Para além da CRI, que como demonstrado, possui vasta atuação e responsabilidades diversas, a Prefeitura do Rio possui outros órgãos e desenvolve ações outras que, seja de forma coadjuvante, ou exercendo papel principal, concorrem para o atingimento da bem-sucedida estratégia de atuação internacional do Rio, como ator internacional, bem como hospedeiro de grandes eventos globais. Essas ações serão pormenorizadas no item 4.4 a seguir.

Dados do *Statistics Report 2013* da *International Congress and Convention Association* (ICCA 2014, 11; 26), apresentam o Rio no segundo lugar no *ranking* da América Latina como destino de eventos internacionais e na 26ª posição no *ranking* mundial, o que corrobora a relevância internacional do Rio.

A CRI também é responsável por apoiar a Prefeitura do Rio na captação e realização de grandes eventos. Além de apoiar a agenda e os compromissos internacionais da Prefeitura, perpassando não apenas pela prospecção e desenvolvimentos de projetos de cooperação, técnico, educacional, cultural, empresarial ou tecnológico, à CRI também cabe contribuir para a inserção internacional, de uma forma geral, da cidade do Rio de Janeiro, enquanto ator importante e parceiro global.

4.4 Principais atuações com impacto internacional do Rio

Com a intenção de se analisar as ações mais representativas e consistentes da atividade paradiplomática do Rio, voltou-se o foco para períodos mais recentes. O corte temporal escolhido

para realização do levantamento e análise compreendeu o período entre janeiro de 2009 e fevereiro de 2015, primeiro mandato de quatro anos da gestão do prefeito Eduardo Paes e os dois primeiros anos do seu segundo mandato.

Esse corte permitiu uma visão contemporânea das ações mais relevantes com impacto internacional, além de se analisar a consistência dessas ações, durante uma única gestão desse governo subnacional.

Conquanto a organização e/ou implementação da maioria das ações a seguir descritas não tenha sido de exclusiva responsabilidade da Prefeitura do Rio, para que obtivessem sucesso nestas atividades (e obtenham, no caso específico dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos demais eventos recorrentes e vindouros), pacífico resta, por conseguinte, a necessidade de articulação, coordenação e envolvimento, de forma institucionalizada, dos diversos órgãos, das diversas esferas governamentais, destacando-se, em muitos casos, o papel protagonista do governo subnacional local.

Dentre as atividades mais relevantes, ocorridas no período de análise deste estudo, destacam-se:

- **Jogos Mundiais Militares (2011)**
- **Fórum Econômico Mundial (2011)**
- **Rio+20 (2012)**
- **Jornada Mundial da Juventude (2013)**
- **Relações Institucionais e Internacionais com a Rússia (2013)**
- **Copa das Confederações da FIFA 2013 e Copa do Mundo da FIFA 2014**
- ***Clinton Global Initiative – CGI (2013)***
- ***Rock in Rio***
- **Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016**
- ***Réveillon em Copacabana (anual)***
- **Carnaval e Desfiles das Escolas de Samba (anual)**

Jogos Mundiais Militares (2011)

Considerado o maior evento esportivo militar e o terceiro maior evento do mundo, a quinta edição dos Jogos Mundiais Militares (5ºJMM) aconteceu no Rio de Janeiro entre 16 e 24 de julho de 2011.

Também conhecido como “Jogos da Paz”, reuniu quase seis mil atletas, de cerca de 100 países.

O evento foi fruto do legado deixado pelos Jogos Pan-americanos Rio 2007, fator determinante na escolha da cidade como sede dos 5ºJMM. Durante o julgamento final, ocorrido em maio de 2007, em Burkina Faso, na África Ocidental, a infraestrutura esportiva já estabelecida no Rio, além do apoio demonstrado pelas três esferas de poder (União, estado e município) foram decisivos para a vitória do Rio e do Brasil, conseqüentemente.

Os JMM, realizados a cada quatro anos, são organizados pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM, do acrônimo francês *Conseil International du Sport Militaire*), que congrega mais de 130 países e figura como a terceira maior organização esportiva do mundo, depois apenas da Federação Internacional de Futebol (FIFA, acrônimo francês para *Fédération Internationale de Football Association*) e do Conselho Olímpico Internacional (COI).

A 5ª edição dos JMM foi uma promoção do Ministério da Defesa, tendo como tema central a promoção da paz por meio do esporte e que, por meio do Decreto sem número (DSN) de 9 de junho de 2008, criou o “Comitê Interministerial de Gestão das Ações Governamentais nos V Jogos Mundiais Militares RIO2011 - Os Jogos da Paz” (Brasil 2008).

Com a participação de cerca de seis mil atletas considerados de alto rendimento, oriundos do Brasil e de outros mais de 100 países, esse evento serviu para galvanizar a imagem do Brasil e do Rio como centros capazes de receber eventos esportivos internacionais de grande porte, projetando uma imagem pública positiva internacionalmente.

A Prefeitura atuou de forma cooperativa e coordenada nas ações definidas pelo Comitê Rio2011, para além da estrutura envolvida, que inclui (mas não se limita), destacaram-se o Gabinete do Prefeito e seus demais órgãos diretos, a exemplo da CRI, a Guarda Municipal, a Secretaria Municipal de Transportes da Cidade do Rio de Janeiro (SMTR) e da Companhia de Engenharia de Tráfego do Rio de Janeiro (CET-Rio), a Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

Figura 4: Logomarca dos Jogos Mundiais Militares.



Fonte: <http://www.eb.mil.br>.

Fórum Econômico Mundial (2011)

O Rio sediou, entre 27 e 29 de abril de 2011, a 6ª edição do Fórum Econômico Mundial (WEF, do acrônimo em inglês *World Economic Forum*) sobre a América Latina, cujo tema central foi "Estabelecendo o Alicerce para uma Década Latino-Americana".

Sendo um dos encontros regionais realizados anualmente, o evento no Rio mereceu importante destaque no cenário e mídia internacionais e atraiu cerca de 700 líderes de governos, empresas, academia e sociedade civil de 45 países, segundo dados da organização (WEF 2011).

Figura 5: Fórum Econômico Mundial da América Latina.



Fonte: <http://weforum.org/docs>.

Rio+20 (2012)

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, mundialmente conhecida como Rio+20, realizou-se no período de 13 a 22 de junho de 2012, na cidade do Rio de Janeiro e ficou assim conhecida por ter marcado os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio92).

A conferência objetivou renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso obtido e das lacunas existentes na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o tema, para além de tratar novos temas emergentes.

Nesse contexto, a Rio+20 teve dois enfoques principais:

- A economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza;
- A estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

A Resolução 64/236 da Assembleia-Geral das Nações Unidas determinou a realização da conferência, seu objetivo e seus temas.

Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) demonstram que, durante os nove dias da Rio+20, mais de 45,700 pessoas transitaram pelo local do evento, dentre elas representantes de delegações estrangeiras, no total de 191 Estados-membros da ONU representados, organizações não governamentais, jornalistas, cientistas, etc.

No que concerne à presença de chefes de Estado ou de Governo, a Rio+20 atraiu cerca de 80 deles, para além de “*sete vice-presidentes, nove vice-primeiros-ministros e quatro membros de Casas Reais, além de 487 ministros de Estado*” (FUNAG 2012, 13).

Finalmente, a participação da Prefeitura do Rio foi fundamental em todas as etapas do evento. Como se percebe no texto do “Relatório RIO+20 O Modelo Brasileiro” (FUNAG 2012):

Para integrar as melhores práticas da sustentabilidade à organização logística da Conferência, foi fundamental a coordenação feita pela Casa Civil da Presidência da República para a participação de diversos órgãos brasileiros, além do apoio sempre presente da Prefeitura do Rio e da disposição do Governo do Estado do Rio de Janeiro de somar forças com o Governo Federal. (...) A cooperação irrestrita da Prefeitura do Rio e do Governo do Estado do Rio de Janeiro não apenas facilitou a missão do CNO Rio+20, mas também tornou realidade a visão de a capital fluminense abraçar a Conferência e receber de forma alegre, espontânea e calorosa os visitantes brasileiros e estrangeiros que debateram o futuro que queremos. (FUNAG 2012, 8; 14)

Por fim, o mesmo documento aduz:

No dia 22 de junho de 2012, durante o evento de encerramento dos Diálogos Federativos, promovido pelo Governo Federal para discutir com Estados e Municípios a agenda do desenvolvimento sustentável no Brasil, a Ministra-Chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, reuniu-se com prefeitos e representantes da sociedade civil com o objetivo de construir uma agenda nacional de desenvolvimento sustentável pós-Rio+20. Naquela oportunidade, o Governo do Estado do Rio de Janeiro foi representado por seu Secretário de Fazenda, Renato Vilela, e a Prefeitura do Rio, pelo Vice-Prefeito e Secretário Municipal de Meio Ambiente, Carlos Muniz. Os Governos do Estado do Rio de Janeiro e **a Prefeitura do Rio encerraram a participação nos Diálogos Federativos com a entrega à Ministra Ideli Salvatti de certificado com RCEs de projeto brasileiro registrado no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto.** Esses créditos de carbono doados pelo Governo fluminense e pela Prefeitura do Rio ao Governo Federal visaram a compensação voluntária das emissões de gases de efeito estufa relativas à realização da Rio+20 mediante seu cancelamento no registro do MDL. A doação foi viabilizada pela parceria firmada com a empresa Haztec, proprietária da atividade de mitigação de gases de efeito estufa do projeto Novagerar, que gerou esses créditos de carbono do MDL. (FUNAG 2012, 137)

Figura 6: Logomarca da Rio+20.



Fonte: <http://www.rio20.gov.br>.

Jornada Mundial da Juventude (2013)

Evento religioso idealizado, ainda em 1984, pelo então Papa João Paulo II, celebrada a cada dois ou três anos, congrega milhões de católicos, sobretudo jovens.

O Rio foi anunciado como sede da Jornada Mundial da Juventude (JMJ) em 2011, pelo então Papa Bento XVI, atualmente Papa emérito, quando o pontífice expressou:

Tenho o prazer de anunciar que a sede da próxima Jornada Mundial da Juventude, em 2013, será o Rio de Janeiro. Peçamos ao Senhor já desde este momento que ajude os jovens de todo o mundo que tiverem de se preparar para que possam se reunir novamente com o papa nessa bela cidade brasileira. (Veja 2011)

Com a abdicação do Papa Bento XVI, e tendo o conclave escolhido um novo pontífice, coube ao Papa Francisco comandar o evento no Rio.

Mais uma vez a Prefeitura do Rio, em parceria com os demais órgãos governamentais, necessários em razão da proporção e simbologia do evento e do status de chefe de Estado, exerceu importante papel estratégico na consecução das atividades que suportaram o evento. A geração estimada de mais de 20 mil empregos diretos, em decorrência do evento, o impacto econômico de mais de R\$500 milhões e, nomeadamente, os dividendos oriundos da exposição global da imagem do Rio (Agência Brasil 2013), justificam o envolvimento do governo local.

A participação do ente subnacional não se limitou apenas a questões estratégicas, mas, de igual forma, logísticas e financeiras, como se percebe em matéria da Agência Brasil (2013):

A prefeitura do Rio disse estar trabalhando no planejamento da JMJ há um ano. **Sua missão é garantir comunicação, mobilidade, logística, saúde e o bom funcionamento da cidade durante a permanência do papa Francisco.** Para garantir o êxito do evento, **a administração do município prevê aplicação de cerca de R\$ 26 milhões**, “através de serviços, logística e planejamento, que incluem desde a urbanização das vias de acesso ao Campus Fidei, limpeza e dragagem do Rio Piraquê, construção de passarelas para os peregrinos, entre outras ações”. (Agência Brasil 2013, grifo nosso)

Por fim, destaque-se a mensagem pós-evento, proferida pelo Papa Francisco, em 7 de abril de 2014:

Queridos amigos. Nove meses após a minha inesquecível viagem ao Brasil, onde fui recebido de braços abertos pelo povo carioca, sinto uma alegria especial acolhendo hoje este grupo, guiado pelo cardeal Dom Orani Tempesta, que representa todos os que de alguma forma colaboraram na XXVIII Jornada Mundial da Juventude, tornando possível que o amor de Deus tocasse – literalmente – no coração de milhões de pessoas. Falando de coração, tenho uma confidência a fazer-lhes: Quando cheguei ao Brasil, no meu primeiro discurso oficial, disse que queria ingressar pelo portal do imenso coração dos brasileiros pedindo licença para bater delicadamente à sua porta e passar a semana com o povo brasileiro. Porém, ao término daquela semana, voltando para Roma, cheio de saudades, dei-me conta de que os cariocas são uns “ladrões”! Sim, “ladrões”, pois roubaram o meu coração! Aproveito a presença de vocês aqui hoje para agradecer-lhes por este “roubo”: Muito obrigado por terem me contagiado com o entusiasmo de vocês lá no Rio de Janeiro, e por hoje me ajudarem “matar” as saudades do Brasil. (Francisco 2014a)

Figura 7: Logomarca da JMJ 2013.



Fonte: <http://www.cnbb.org.br>.

Figura 8: Participantes da JMJ de diversas nacionalidades.



Fonte: <http://veja.abril.com.br/tema/imi-rio-2013>.

Relações Institucionais e Internacionais com a Rússia (2013)

Em 2013, a CRI manteve relacionamento estreito com a representação diplomática e consular da Rússia, sediada no Brasil. Conforme se verifica no *website* o do Consulado-Geral da Rússia no Rio de Janeiro (2013), foram diversos os encontros entre a Prefeitura do Rio e autoridades russas, intermediados pelo Consulado-Geral da Rússia no Rio de Janeiro, com destaque para:

- Visita de representantes do Departamento de Ciência, Política Industrial e Atividade Empresarial do Governo de Moscou, onde a delegação participou no trabalho do Congresso Mundial de Empreendedorismo - CME (*Global Entrepreneurship Congress* 2013), além de realizar tratativas com os representantes da Prefeitura do Rio de Janeiro, para a cooperação em áreas de interesse mútuo;
- Recepção consular por ocasião do Dia da Rússia;
- Visita da delegação do governo de Moscou, chefiada pelo Vice-Prefeito da Política Urbanística e Construção, Marat Khusnullin;
- Visita da delegação russa, chefiada por Igor Kazikov, responsável pela Direção Geral para a Participação em Eventos Olímpicos Esportivos do Comitê Olímpico da Rússia, quando foram realizadas negociações com a Gerência do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016;
- Encontro no Palácio da Cidade entre o cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro, o coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio de Janeiro, ministro Laudemar Aguiar e o presidente do Comitê Organizador das Comemorações dos 450 anos do Rio de Janeiro, Marcelo Calero. O encontro serviu para discussão dos resultados da interação entre o Consulado-Geral e a Prefeitura do Rio, bem como para definição de planos futuros da cooperação. (CGR 2013)

Figura 9: Encontro entre o coordenador da CRI, ministro Laudemar Aguiar, o presidente do Comitê Rio450, Marcelo Calero e o cônsul-geral da Rússia no Rio, Andrey Budaev.



Fonte: http://www.consrio.mid.ru/foto_arh_2013.html.

Copa das Confederações da FIFA 2013 e Copa do Mundo da FIFA 2014

Cabe, inicialmente, explicar que a Copa das Confederações serve como preparação para a Copa do Mundo e ocorre, um ano antes, no país-sede do Mundial. Por essa razão, os dois eventos são descritos conjuntamente, já que os esforços políticos, estratégicos e operacionais são integrados.

O torneio da Copa das Confederações da FIFA teve início em 1992, na Arábia Saudita e, desde então, teve seu formato modificado, até 2013, quando ocorreu, pela primeira vez, em um país da América do Sul, com jogos em diversas capitais brasileiras, dentre elas, o Rio, que foi palco da partida final do campeonato, tendo como pano de fundo o estádio do Maracanã.

Ao resumir o seu sentimento sobre a realização da Copa das Confederações da FIFA 2013, Joseph S. Blatter (2013), presidente da FIFA afirmou:

What we witnessed yesterday was something that I have never witnessed. The Maracana has something very exceptional. When I first visited the Maracana in '75, and then years later, there's always something special, that roar. I always said you can compare such a stadium to a church – not a church but a cathedral. And then yesterday to have these feelings of the Maracana you needed the lot. First of all you needed the actors, the teams. The world champions on one side and the aspiring world champions – and five-time world champions – on the other side. Both of them are identified as brilliant football teams – their technique, tactics. And then you needed the fans. The fans were extraordinary in the stadium yesterday. I can still feel [the atmosphere] in the stadium today. When they started to sing the national anthem, even when the official part of it was over, they continued to sing. Ok, perhaps it delayed the match for two minutes, but it was not too important. This was one big part of this success. In the Final, I would say that history was written in Brazil because the new, remodelled Maracana stadium, was given to the national team and they won a big title. Don't speak of it as a rehearsal tournament; it really was a competition of the champions. When we started this competition, there was some uncertainty as to what would happen when we realised about this social unrest, but it was an extraordinary competition. We will have an absolutely outstanding World Cup next year. (Blatter 2013)

No tocante ao maior espetáculo do futebol mundial, a Copa do Mundo da FIFA, dados da Organização (Portal da Copa 2015) relatam que o evento acontece desde 1930, quando foi disputada no Uruguai, pela primeira vez, realizando-se a cada quatro anos. Houve, porém, uma quebra singular na tradição, na década de 1940, em decorrência da Segunda Guerra Mundial, quando a 5ª edição da Copa do Mundo da FIFA foi realizada no Brasil, em 1950.

Sendo o Brasil ainda o país com maior número de títulos mundiais, cinco no total, e depois de décadas sem sediar um Mundial da FIFA, houve uma robusta articulação entre todas as esferas governamentais, para realização desse megaevento.

Após as experiências bem-sucedidas nos grandes eventos ocorridos no Rio, em anos anteriores, como já demonstrado, as ações coordenadas entre União, estado e município concorreram para que, não obstante os protestos cívicos existentes contra a realização da Copa no Brasil, o evento transcorresse com maestria.

O primeiro jogo no Rio aconteceu em 15 de junho, entre Argentina vs. Bósnia-Herzegovina, única estreante do Mundial. O segundo se deu entre Espanha vs. Chile, em 18 de junho, seguido de Bélgica vs. Rússia, em 22 de junho e Equador vs. França, em 25 de junho. Nas Oitavas de Final, o Rio recebeu as seleções da Colômbia vs. Uruguai, em 28 de junho e França vs. Alemanha, em 04 de julho, quando se deu a partida das Quartas de Finais.

A Final da Copa do Mundo da FIFA 2014 aconteceu em 13 de julho, entre Alemanha vs. Argentina, sendo vitorioso o primeiro.

Em um esforço conjunto entre todas as esferas governamentais, a Prefeitura do Rio exerceu, nomeadamente, papel relevante em diversas áreas da organização. Foi em 2013, aliás, que o ministro Laudemar Aguiar assumiu, oficialmente, a Coordenadoria de Relações Internacionais da Prefeitura do Rio, atuando diretamente na organização e preparação desse e de outros grandes eventos.

Outro ponto de destaque na atuação paradiplomática do Rio, diz respeito à atração, durante a Copa do Mundo FIFA 2014, do Centro Internacional de Mídia (IBC, no acrônimo em inglês *International Broadcast Center*), como relata a matéria do jornal Folha de S. Paulo (Folha 2011), demonstrando a diplomacia prefeitoral de Eduardo Paes:

A proposta da cidade foi selecionada pela Fifa na Suíça e aguarda para até amanhã a assinatura dos representantes da entidade. **São Paulo e Brasília também desejam o IBC. São Paulo ofereceu o Anhembi. O Rio ofertou duas áreas: um terreno próximo da região portuária e o Riocentro. Só um deles será aprovado pela Fifa.** O interesse em receber o centro é motivado pelo fato de que os frequentadores do local e os dirigentes ficam na cidade por períodos longos e gastam mais dinheiro do que turistas comuns com hotéis, refeições e transporte. A cidade que vencer a disputa pelo IBC do Mundial-14 também vai abrigar o centro na Copa das Confederações. O evento será em 2013 e testará as instalações do Mundial. "Em 48 horas, o Rio vai receber uma boa notícia que vai demonstrar o seu protagonismo na Copa", disse ontem o prefeito Eduardo Paes (PMDB), durante seminário dos 40 anos do Ibef (Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças), no centro do Rio. A negociação está acontecendo em Zurique, na Suíça. (Folha 2011, grifo nosso)

O Rio sediou dois jogos na Primeira Fase do campeonato, sendo México vs. Itália, em 15 de junho e Espanha vs. Taiti, em 20 de junho. A Final da Copa das Confederações FIFA 2013 aconteceu no Rio, em 30 de junho, entre Brasil vs. Espanha, sendo vitorioso o primeiro.

A Prefeitura do Rio, dentre diversas outras ações, foi responsável pela elaboração e implementação de um esquema especial de trânsito, transporte, ordenamento e atendimento ao turista em toda a cidade, sobretudo na região próxima ao estádio do Maracanã, dos aeroportos, rodoviária e região hoteleira, tendo atuado nesse planejamento, diversos órgãos da Administração, a exemplo da Secretaria Municipal de Transportes, da CET-Rio, do Rio Eventos Especiais, RioTur, Guarda Municipal, Secretaria Especial de Ordem Pública, etc.

Adicionalmente, diversos países montaram, durante a Copa, estruturas próprias no Rio, fazendo com que houvesse não apenas a integração entre os nacionais, mas, nomeadamente, o estabelecimento de contatos comerciais, como foi o caso da Casa da Rússia, localizada no Museu de Arte Moderna (MAM), a Casa do Japão, sediada no Parque da Bola e a Casa da Suíça, sediada na Lagoa Rodrigo de Freitas.

Toda essa movimentação de jogadores, equipes técnicas, imprensa e torcedores coadjuvaram para uma forte exposição da cidade internacionalmente, atraiu investimentos e, juntamente com os turistas e espectadores, circulação financeira.

Nesse sentido, matéria divulgada pelo Portal da Copa (2014), destaca o êxodo turístico com destino ao Rio em razão apenas desse último evento. Segundo a matéria, a Copa foi responsável por direcionar “886 mil turistas e movimentou R\$ 4,4 bilhões”. Adicionalmente, dados da RioTur, Empresa Municipal de Turismo do Rio, destaca “o palco da final do Mundial recebeu 471 mil turistas estrangeiros e 415 mil visitantes nacionais, num total de 886 mil pessoas. O número de visitantes internacionais é 17,75% maior que o inicialmente previsto.” Igualmente, tem-se que, durante todas as partidas da Copa do Mundo no Brasil, foram 4.5 milhões de chamadas telefônicas, 48.5 milhões de fotos enviadas e a interação nas redes sociais ultrapassou os 3 bilhões de mensagens (Portal da Copa 2014). Imagens, sons e vídeos originados no Rio, com alcance global.

Na mesma esteira, Figueira de Mello (2014), presidente da RioTur, reforça:

A quantidade enorme de público demonstra claramente que as pessoas vieram ao Rio de Janeiro curtir o clima de Copa do Mundo. A maioria das pessoas não tinha ingressos. O Rio não foi o coração do Mundial por acaso. Fizemos um esforço muito grande desde o início para sediar o IBC (Centro Internacional de Transmissão) porque sabíamos que era importante que toda a imprensa internacional estivesse aqui. Foi um investimento que deu certo. (Figueira de Mello 2014, citado por Portal da Copa 2014)

Figura 10: Logomarca da Copa das Confederações FIFA 2013.



Fonte: <http://www.fifa.com/confederationscup/>.

Figura 11: Logomarca da Copa do Mundo da FIFA 2014.



Fonte: <http://www.fifa.com/worldcup/>.

Clinton Global Initiative – CGI (2013)

Criada em 2005, a *Clinton Global Initiative* (CGI), uma iniciativa da Fundação Clinton, busca atrair líderes de setores diversos, a fim de criar e implementar soluções inovadoras para os desafios globais contemporâneos mais urgentes.

No Rio, o encontro ocorreu entre os dias 8 e 10 de dezembro de 2013 – o primeiro a ser realizado na América Latina –, onde líderes regionais e globais se reuniram a fim de construir parcerias na busca de soluções para os desafios ambientais e sociais da América Latina.

Mais uma vez, o protagonismo do Rio e a diplomacia prefeitoral, tendo como ator principal o prefeito Eduardo Paes, foram responsáveis pelo acontecimento desse evento. Conforme divulga matéria da Revista *Veja online*, a “*ideia original era de realizar o encontro em São Paulo. A partir da Rio+20, o prefeito Eduardo Paes convenceu Bill Clinton a escolher o Rio como sede da reunião no Brasil*” (Veja 2013a, grifo nosso). A matéria vai mais além e descreve os bastidores do planejamento desse encontro.

A ideia de trazer para o Brasil a CGI se desenha há algum tempo. O objetivo inicial era de realizar o encontro em São Paulo. Mas a parceria de Clinton com o Rio de Janeiro e o interesse pela cidade cresceu a partir de junho do ano passado, durante a Rio+20. Clinton participou de uma videoconferência para anunciar o compromisso do grupo C40, que reúne as maiores metrópoles do planeta, no sentido de reduzir a emissão de poluentes. **Nas conversas durante a conferência da ONU, Paes começou o trabalho de convencimento de que o Rio seria o melhor local para o evento.** Ele colocou a serviço da empreitada, além de seu prestígio pessoal alavancado pela Rio+20, instituições e empresas do estado que têm ligação com os temas da sustentabilidade. (Veja 2013a, grifo nosso)

Dentre os participantes do evento, destacam-se empresários de empresas multinacionais, lideranças empresariais, tais como Mark Parker, presidente da Nike; Jorge Gerdau, presidente do conselho de administração da Gerdau; Alessandro Carlucci, diretor-executivo da Natura; Otávio

Azevedo, CEO da Andrade Gutierrez, além da Presidente Dilma Rousseff e Eduardo Paes, prefeito do Rio, que foi um dos debatedores do evento, durante a Plenária "Cidades latino-americanas: revitalização e transformação econômica".

Destaque-se, ainda, a participação de Susana Villaran de la Puente, prefeita da cidade de Lima, Peru que, juntamente com Eduardo Paes, discutiram a “proeminência das cidades em toda a região” (CGI 2013):

With 80 percent of the population in Latin America living in urban areas, cities continue to play a central role in the region's future. The mayors of two major cities in South America - Rio de Janeiro's Mayor Eduardo Paes and Lima's Mayor Susana Villaran de la Puente - joined other leaders in a discussion about the impact of climate change, economic inequality, and other major challenges on Latin America's cities. (CGI 2013)

Por fim, há que se destacar a visão premente de Paes, no que diz respeito ao papel das cidades no enfrentamento dos desafios atuais e futuros: “*cities are the natural leaders in this process, because they can help gather multiple interests towards a common goal, and they do so by acting pragmatically at a local level*” (Paes 2013).

Figura 12: Bill Clinton e Eduardo Paes em encontro em Nova York.



Fonte: <http://www.veja.abril.com.br>.

Rock in Rio

Seja na cidade de origem, ou levando a marca do Rio para Lisboa, Madri e Las Vegas, o Rock in Rio tem se consagrado como embaixador da cidade e do Brasil.

Eduardo Paes, prefeito do Rio, em depoimento sobre o *Rock in Rio*, afirma:

Em 1985, eu, ainda adolescente, ouvi o Rio cantar: “Que a vida começasse agora, que o mundo fosse nosso outra vez, que a gente não parasse mais de cantar, de sonhar; não parasse mais de se amar, de se dar, de viver”. Era a música do Rock in Rio. Naquele tempo, esta música refletia um sonho, que o Rio agora vê transformado em realidade. Afinal, não há quem duvide que a vida por aqui recomeçou e que o mundo seja nosso outra vez. Temos a Copa do Mundo em 2014, as Olimpíadas em 2016 e uma porção de outros motivos que nos devolvem, todos os dias, a autoestima e o imenso orgulho de ser carioca. Voltamos a andar por todo canto com a cabeça erguida.

Hoje, como prefeito do Rio e com o compromisso de tornar a nossa Cidade Maravilhosa um lugar cada vez melhor, eu me sinto na obrigação de buscar o Rock in Rio onde quer que esteja e trazê-lo de volta para casa, depois de um longo período na Europa. **O Rock in Rio não é só um encontro musical – o maior do mundo. É bem mais do que isso. É um projeto com forte apelo social, que gera empregos, movimenta a economia da cidade, impulsiona o turismo e projeta a imagem do Rio para todos os cantos do planeta.** O terreno onde acontecerá o festival, localizado na Barra da Tijuca, próximo ao Riocentro, não será apenas um novo espaço de eventos. A nova Cidade do Rock já faz parte da preparação do Rio para 2016. Durante os Jogos, abrigará o Parque dos Atletas, com quadras poliesportivas e áreas de lazer. Tenho certeza de que o novo Rock in Rio vai superar todas as suas edições anteriores. A nossa cidade recebe de volta o maior festival de música do mundo – é claro – de braços abertos! (Paes 2010)

A atuação da Prefeitura do Rio não se limita apenas em termos institucionais com a organização do maior evento musical do mundo, como se espera quando da realização de um megaevento, mas também em prol da promoção internacional da cidade, por meio do evento. Assim, depois de algumas edições apenas na Europa, o evento retornou ao Rio em 2010.

O retorno do festival para o Rio se deu de forma inequívoca, haja vista a cessão, pela Prefeitura do Rio, de uma área de 150 mil m², no bairro de Jacarepaguá, com vistas a receber todas as próximas edições brasileiras do festival.

Ao mesmo tempo, o espaço será destinado, durante a realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, aos atletas que estiverem no Brasil.

Figura 13: Placa informativa com menção à atuação da Prefeitura do Rio, no retorno do *Rock in Rio*.



Fonte: <http://rockinrio.com/rio/blog/>.

Do *website* oficial do *Rock in Rio*, pode-se retirar os dividendos incontestes que apenas a edição 2013 trouxe para a cidade.

Como se vê nas figuras a seguir, o evento ter proporcionado uma projeção global da cidade do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, do Brasil, que, tangencialmente, passa a compartilhar iguais dividendos pelos esforços da administração local.

Figura 14: *Rock in Rio* em números: participantes.



Fonte: <http://rockinrio.com/infografico2013/>.

Figura 15: *Rock in Rio* em números: países e mídia.



Fonte: <http://rockinrio.com/infografico2013/>.

Figura 16: *Rock in Rio* em números: redes sociais.



Fonte: <http://rockinrio.com/infografico2013/>.

Figura 17: *Rock in Rio* em números: impacto global.



Fonte: <http://rockinrio.com/infografico2013/>.

Figura 18: *Rock in Rio* 2015.



Fonte: <http://rockinrio.com/infografico2013/>.

Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016

À guisa de esclarecimento inicial acerca da grafia paralímpico:

Em novembro do ano passado [2011], quando foi divulgada a logomarca do evento, o **Comitê Paraolímpico Brasileiro** (CPB), assim chamado desde sua fundação, em 1995, aproveitou para anunciar que estava trocando de nome “**para se alinhar mundialmente aos demais países**”. Para tanto, **deixava um o pelo caminho**, tornando-se oficialmente o **Comitê Paralímpico Brasileiro**. Na mesma data, estipulava um prazo de 18 meses – que vence em maio do ano que vem – para que as entidades a ele filiadas se atualizem ortograficamente. Na prática, isso significa que a palavra “paraolímpico” tem seus dias contados. Normalmente não é tão grande o poder de entidades reguladoras sobre a língua que as pessoas de fato falam. Neste caso, porém, trata-se de um campo ainda em processo de organização e que depende pesadamente da esfera oficial. Isso me leva a prever que a velha grafia “paraolímpico” não terá a menor chance, embora a forma “paralímpico” ainda nem apareça em nossos dicionários ou no Vocabulário Ortográfico da Academia Brasileira de Letras. Estamos diante de uma vitória da globalização sobre o espírito de nossa língua. (Veja 2012)

Esclarecido o imbróglio ortográfico, tem-se o (para)diplomático em mira. Os esforços políticos, institucionais e (para)diplomáticos – já que houve esforços conjuntos do Estado central, da diplomacia oficial, bem como da paradiplomacia ou diplomacia prefetoral –, em prol da campanha do Rio de Janeiro, como sede das Olimpíadas de 2016, e que se iniciaram ainda em 2007, tão logo se encerraram os Jogos Pan-americanos Rio 2007.

Diversos atores, tais como o governo federal, o estado e o município do Rio de Janeiro, além do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e diversos consultores internacionais foram envolvidos em todo o processo.

Os Jogos Olímpicos atualmente são separados entre jogos de verão e de inverno. Os primeiros Jogos Olímpicos se deram em 776 a.C., criados pelos gregos, com o intuito de promover a amizade e integração entre os povos, por meio de competições esportivas.

Para que os Jogos acontecessem no Rio, a cidade elaborou um Dossiê de Candidatura, expondo sua motivação principal:

A candidatura Rio 2016 é motivada pela paixão de associar o poder dos esportes Olímpicos e Paraolímpicos ao espírito festivo dos cariocas, com o objetivo de trazer vantagens sustentáveis para o Brasil e para o mundo inteiro. O Rio organizará Jogos Olímpicos e Paraolímpicos que aproveitarão ao máximo a beleza natural, a diversidade e a energia da cidade, para que a celebração possa ir além das instalações esportivas, chegando às comunidades locais no Brasil e atraindo uma audiência internacional. Para os cariocas, os Jogos transformarão a cidade. Surgirá uma nova infraestrutura urbana, novas iniciativas ambientais, físicas e sociais, além de vantagens e oportunidades para todos. Financiados e inteiramente garantidos pelos três níveis de Governo (Federal, Estadual e Municipal), os Jogos Olímpicos Rio 2016 contribuirão para estimular o crescimento contínuo da economia brasileira e trarão para o Brasil um novo nível de reconhecimento internacional. Jogos maravilhosos e uma transmissão de imagens de tirar o fôlego darão um impulso duradouro ao turismo, reforçando a reputação do país de ser um lugar apaixonante, onde é bom viver, realizar negócios e fazer turismo. Além disso, o Rio oferecerá uma plataforma importante para os Movimentos Olímpico e Paraolímpico, aliando o dinamismo da cidade e a inspiração dos Jogos, para promover uma celebração que mobilizará o esporte, uma celebração que vai inspirar 65 milhões de jovens com menos de 18 anos no Brasil e 180 milhões por toda a América do Sul. **Os Jogos Rio 2016, realizados pela primeira vez em um novo continente e numa cidade que tem uma imagem internacional inigualável, abrirão novos horizontes e criarão um interesse e um entusiasmo crescente durante os quatro anos da Olimpíada.** A mídia e os patrocinadores não perderão a oportunidade de se identificar com esse novo destino e um valor adicional será agregado às marcas Olímpica e Paraolímpica. Uma história inédita e empolgante está pronta para ser escrita. (Rio 2016 2009, 18)

Nesse dossiê consta a matriz de responsabilidade dos Jogos Rio 2016, de forma a destacar e separar o papel de cada esfera governamental, conforme se aduz do item “*Responsabilidades e Coordenação para os Jogos*”, que segue:

O Presidente da República, o Governador do Estado do Rio de Janeiro e o Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro lideram os seus Governos no sentido de viabilizar em conjunto os compromissos e as garantias para os Jogos Rio 2016. Esse sistema coordenado de Governo antecipa a constituição da Autoridade

Pública Olímpica (APO, discutida mais adiante no Tema 4) e de divisões especiais de transporte e sustentabilidade dos Jogos, que garantirão a entrega operacional dos serviços. Essa solução governamental integrada irá, a todo o momento, respeitar o fato de que o Comitê Organizador Rio 2016, em parceria com o COI e o IPC, estabelecerá os requisitos dos Jogos e liderará as entregas para os Jogos, de forma a atender os requisitos de todos os clientes. Os papéis do Comitê Olímpico Brasileiro e do Comitê Paraolímpico Brasileiro já foram estabelecidos e ambos serão importantes porta-vozes para o esporte, no processo de preparação para os Jogos (ver a questão 4.3 para estrutura legal). (Rio 2016 2009, 46)

Desse modo, optou-se por uma solução de “*gerenciamento integrada e, quando necessário, centralizada para os Jogos*” (Rio 2016 2009, 18), havendo repartição de responsabilidades em diversas etapas do processo, perpassando pela preparação da candidatura, os jogos *per se* e o legado, tudo liderado por um Conselho Olímpico, do qual também faz parte a Prefeitura do Rio.

À Prefeitura do Rio, dentre outras atividades de coordenação, coube compor, por meio de Decreto do prefeito:

(...) uma Força Tarefa dos Jogos Rio 2016, responsável por coordenar todo o financiamento e o planejamento de responsabilidade da Prefeitura. Essa Força Tarefa é liderada pelo Secretário Especial Rio 2016, que se reporta diretamente ao Prefeito. (Rio 2016 2009, 50)

Ainda com relação ao Dossiê, importante destacar uma das estratégias, de um total de cinco, que nortearam as ações do Comitê de Candidatura do Rio.

Promoção global. **Os Jogos Rio 2016 colocarão o Brasil sob os holofotes da cena internacional, reforçando o seu status de economia importante e em pleno crescimento, e de destino turístico inigualável.** Os Jogos Rio 2016 irão assegurar que essa visibilidade seja aproveitada para divulgar os valores autênticos dos Movimentos Olímpico e Paraolímpico na América do Sul. (Rio 2016 2009, 20, grifo nosso).

As cifras dos investimentos em torno das Olimpíadas Rio 2016 e seu legado são expressivas, por volta dos R\$ 37 bilhões, sendo que desse total, a Prefeitura assumiu R\$ 14 bilhões (Valor 2015, 7).

Por fim, também como parte da estratégia de projeção internacional do Rio, a Prefeitura lançou, ainda em 2011, o “*Concurso Internacional para o Plano Geral Urbanístico do Parque Olímpico Rio 2014/2016*”, juntamente com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e que envolveu cerca de 60 escritórios internacionais (Rio 2011).

Sempre muito otimista no planejamento e na coordenação integrada entre todas as esferas envolvidas, o prefeito Eduardo Paes destaca, com relação aos Jogos Olímpicos Rio 2016, que:

(...) essa é a maior oportunidade que teremos de mostrar que o Brasil pode entregar as coisas no prazo, com planejamento e organização. Posso afirmar que não haverá, na história das Olimpíadas, uma cidade tão impactada positivamente como é o caso do Rio de Janeiro. (Rio 2014b)

Figura 19: Logomarcas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.



Fonte: <http://www.rio2016.org>.

Figura 20: Dados sobre os Jogos Rio 2016.



Fonte: <http://www.rio2016.com/os-jogos/olimpicos>.

Figura 21: Prefeito do Rio, Eduardo Paes, desembarca, em 2012, com a bandeira dos Jogos Olímpicos de 2016, após confirmação como cidade-sede dos Jogos.



Fonte: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil>.

Réveillon em Copacabana (anual)

O já consagrado Réveillon do Rio reúne anualmente, somente em Copacabana, mais de 2 milhões de pessoas, de diversas partes do globo (Paes 2014, 18). O último evento, na virada de 31 de dezembro de 2014, contou com 16 minutos de queima de fogos, tendo sido considerado o maior evento do planeta.

No total, a última edição contou com 24 toneladas de fogos, detonados a partir de 11 balsas espalhadas pelo mar de Copacabana ao Leme, ao ritmo de trilha sonora criada, exclusivamente, para o evento. “*O tema do show, aliás, é a própria cidade, festejada por conta de seus 450 anos, que serão completados em 1º de março.*” (O Globo 2014a). O evento contou com cerca de 800 mil turistas e diversos transatlânticos na orla do Rio, anualmente, assistem ao evento.

O *Réveillon* do Rio foi considerado o melhor do mundo pelo guia internacional de turismo, *World Travel Guide*, considerado o mais importante do setor (O Globo 2012), além de também ter sido considerado o melhor destino, conforme o *New York Times* (Rio Negócios 2013).

Em uma demonstração da importância do Rio, enquanto ator internacional, a última edição contou com uma participação especial.

O Papa Francisco, por meio de mensagem gravada em vídeo, e por iniciativa própria, parabenizou o Rio pelo ano de comemoração dos 450 anos da cidade.

Querido povo brasileiro. É com grande alegria que me dirijo a vocês, às vésperas do Ano Novo, que marcará o início das comemorações pelos 450 anos de fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, para saudar, numa tão feliz circunstância, o amado povo carioca, que me recebeu de braços abertos por ocasião da Jornada Mundial da Juventude de 2013, e acender o novo sistema de iluminação da Estátua do Cristo, como fez o Beato Papa Paulo VI há cinquenta anos, simbolizando a luz que o Senhor quer acender nas nossas vidas. Quatrocentos e cinquenta anos já representam uma venerável história; a história de um povo corajoso e alegre que nunca se deixou abater pelas dificuldades (...). (Francisco 2014b, citado por G1 2014)

Figura 22: Réveillon 2015 em Copacabana - Rio de Janeiro.



Fonte: <http://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro>.

Carnaval e Desfiles das Escolas de Samba (anual)

O Carnaval do Rio, tal como o Réveillon, é uma das diversas marcas registradas da cidade. É um evento que, por se só, tem o poder de atrair centenas de milhares de turistas, do Brasil e do mundo. Durante o carnaval são mais de cinco milhões de pessoas que escolhem as ruas do Rio para se divertirem (Paes 2014, 18).

Essa marca registrada, contudo, tem sido trabalhado nas últimas décadas, não havendo, portanto, um único responsável pelo seu sucesso. Entretanto, as ações operacionais, de planejamento e de promoção internacional têm sido incrementadas nos últimos anos.

Por fim, ressalte-se que, em termos econômicos, entre fevereiro e março, anualmente, o Rio se beneficia com a atração de turistas.

A expectativa da Secretaria de Turismo do Rio é que esses turistas gerem US\$ 2,772 bilhões. Na temporada anterior, foram 3.256 milhões de visitantes e US\$ 2,605 bilhões de entrada de divisas. Para o Réveillon, são esperados 816 mil turistas. Nas comemorações do Ano-Novo de 2014, 767 mil pessoas visitaram o Rio de Janeiro. A geração de renda está avaliada em US\$ 653 milhões, volume superior aos US\$ 614 milhões do ano anterior. "Vamos celebrar o sucesso da realização da Copa do Mundo no Rio e abrir oficialmente os festejos dos 450 anos de fundação da cidade. Contaremos com intensa agenda de eventos ao longo de 2015", afirmou o secretário de Turismo, Antonio Pedro Figueira de Mello. **De acordo com dados da RioTur, 977 mil pessoas estarão na cidade para o carnaval. Elas deverão gerar US\$ 782 milhões para os cofres do município.** No carnaval deste ano, 918 mil turistas geraram US\$ 734 milhões. (Agência Brasil 2014, grifo nosso)

Figura 23: Acrobatas da comissão de frente da Escola de Samba Vila Isabel, em desfile na Sapucaí (2015).



Fonte: <http://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro>.

Figura 24: Praia Ipanema tomada pelos foliões, durante desfile dos Blocos de Rua (2015).



Fonte: <http://www.g1.globo.com/rio-de-janeiro>.

As ações envidadas pela atual gestão de Eduardo Paes, durante os seis últimos anos (de um total de oito, dado que foi reeleito para um segundo mandato de quatro anos, iniciado em 1º de janeiro de 2012), vai além da realização dos eventos descritos acima. Novamente, esse corte temporal permitiu uma análise dos grandes eventos que projetam o Rio internacionalmente.

Diversas outras ações são planejadas e implementadas por outros órgãos da Administração Pública local, mas no campo da paradiplomacia e/ou da diplomacia prefeitoral, nem todas as ações e esforços são visíveis aos olhos. Contudo, seus resultados são concretos e se refletem no crescimento vertiginoso da ação e prestígio internacional que o Rio tem sido credor, nos últimos anos.

A seguir, apresentam-se as demais estruturas existentes que suportam o Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2012-2016.

- **Rio Conferences**

<http://www.rioconferences.com/>

Encontro de negócios, com sua segunda edição realizada em julho de 2014, contou com a presença de ministros de Estado, presidentes de empresas nacionais e internacionais e serviu como evento de atração de investimentos, durante a realização da Copa do Mundo FIFA 2014, tendo sido o Rio a primeira cidade brasileira a promover um evento dessa natureza, durante um evento esportivo.

A primeira edição ocorreu em 2012, durante os Jogos Olímpicos de Londres. Na oportunidade, foram realizados encontros com 607 empresas de 27 países diferentes.

- **Rio Negócios**

<http://rio-negocios.com/>

Criada em 2010, durante o primeiro mandato do prefeito Eduardo Paes, o Rio Negócios é a Agência de Promoção de Investimentos do Rio de Janeiro, responsável pela atração, facilitação de novos investimentos, pelo suporte em áreas como promoção comercial, facilitação, inteligência de negócios e ambiente de negócios.

Exemplo de sua atuação se dá na atração do Centro de Pesquisas da *General Electric* (GE), para o Rio. Um investimento de R\$ 30 milhões feito pela Prefeitura, em uma área na Cidade Universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

- **.rio**

<http://www.rio.rj.gov.br/web/meudominio/rio/principal>

O Rio de Janeiro será a primeira cidade da América Latina a possuir um domínio próprio (.rio). Em entrevista ao jornal O Globo (2014b) “*Queremos que as pessoas façam o maior uso possível da marca. Isso vai ajudar a divulgar a cidade no mundo inteiro. Eu, por exemplo, vou cadastrar o site eduardopaes.rio*”.

- **Rio Eventos**

<http://www.rio.rj.gov.br/web/rioeventos>

Ligada diretamente ao Gabinete do Prefeito, a Rio Eventos Especiais é uma empresa pública da Prefeitura do Rio, com o propósito de organizar os grandes eventos com sede na cidade, que não fazem parte do calendário cotidiano, promovendo a articulação com todas as esferas de governo e com demais órgãos nacionais e internacionais envolvidos.

- **Porto Maravilha**

<http://portomaravilha.com.br/>

Uma grande reestruturação da zona portuária do Rio foi iniciada com a publicação da Lei no. 101/2009, que criou a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro. Com o apoio do Governo Federal e Estadual, busca-se o desenvolvimento econômico da região, de forma sustentável, e a atração de investimentos. O projeto Porto Maravilha rendeu ao Rio o 2º lugar no Prêmio Metropolis, prêmio internacional que reconhece projetos que visam

melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. O Rio concorreu com outras 33 cidades do mundo (Metropolis 2014).

- **RioTur**

<http://www.rio.rj.gov.br/web/riotur>

Mais conhecida como RioTur, a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. é uma sociedade de economia mista, responsável pela implementação das políticas de turismo do Rio, atraindo êxodo turístico nacional e internacional e trabalha em conjunto com a iniciativa privada e *trade* turístico para alcançar esse objetivo.

- **Rio Film Commission (RFC)**

<http://www.riofilmcommission.com/>

O “escritório oficial do Rio de Janeiro para apoio à produção de conteúdo audiovisual” (RFC 2015) tem como um de seus objetivos tornar o Rio em uma cidade “*film friendly*”, buscando atrair produções nacionais e internacionais. Dentre os vários temas na agenda de trabalho da RFC, consta “*a ampliação e renovação dos acordos nacionais e internacionais para atrair cada vez mais produtores para filmar no Rio.*”

- **Rio 450 Anos**

<http://www.rio450anos.com.br/>

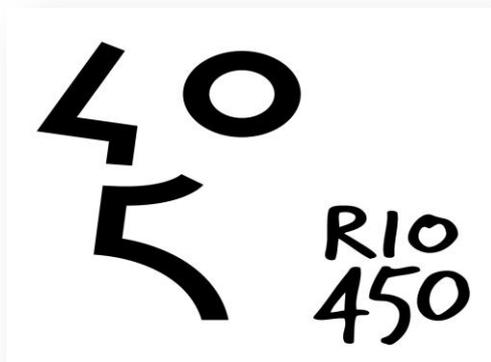
Em comemoração aos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro, a Prefeitura criou o Comitê Rio450, com a missão de organizar todas as iniciativas para a celebração desse evento.

Assim, criou-se uma identidade visual exclusiva para as comemorações, a marca Rio 450, uma marca própria que “*identifica o povo do Rio e faz graça com o seu jeito (...). Composta pelos 3 números da celebração, a marca é o perfil do nosso personagem: do Marcos, da Paula, do Robson, da Helena, do Peter, da Kelly... e de todo mundo que faz parte do Rio, seja por nascimento ou por escolha.*” (Rio450 2015).

Para além da criação de uma identidade visual e de diversas programações culturais, a Prefeitura aproveitou o momento da realização da Copa do Mundo para reforçar o envolvimento de outros países nas comemorações dos 450 anos. Assim, a Prefeitura apresentou aos consulados e representações diplomáticas sediadas no Brasil, o projeto comemorativo dos 450 anos, em evento denominado “*O Seu País no Palco dos 450 Anos*”, encontro ocorrido em 2014, promovido pelo Comitê Rio450 e pela CRI.

Nesse esteio de comemorações, o Consulado-Geral do Reino Unido no Rio de Janeiro apresentou, em 10 de fevereiro de 2015, uma nova logomarca inspirada na marca oficial do Rio450 e em homenagem ao evento, numa demonstração inequívoca do alcance paradiplomático alcançado pelo governo subnacional em tela (Gov.uk 2015).

Figura 25: Logomarca oficial Rio450.



Fonte: <http://www.rio450anos.com.br/conheca-a-marca/>.

Figura 26: Logomarca do Consulado-Geral britânico no Rio.



Fonte: <https://www.gov.uk/government/world-location-news>.

(página intencionalmente em branco)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“As the world faces more complex issues, we’ve been called to take action. Fellow mayors, our decisions reflect in our communities and have a global impact. What happens in our cities drives the globe.”

(Eduardo Paes)

Em tempos em que a fronteira existente entre o global e o local parece cada vez mais sutil, torna-se imperativo a elaboração de estratégias de atuação internacional, no âmbito dos governos subnacionais – nomeadamente os municípios –, para que se busque alcançar os objetivos de desenvolvimento, a partir dos interesses locais.

As mudanças globais, o surgimento dos organismos internacionais e seus programas, o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a nova ordem mundial – com sua nova agenda internacional –, e a própria ineficiência e incapacidade de muitos Estados de proverem suas unidades subnacionais com o mínimo necessário para suprir as suas expectativas e anseios locais, serviram de base para que os governos subnacionais adotassem estruturas paradiplomáticas, fazendo com que se tornassem verdadeiros protagonistas de seu desenvolvimento, quer pela busca direta de financiamentos e/ou investimentos estrangeiros, pelo incremento do turismo, ou até mesmo pela busca de (re)conhecimento internacional.

O entendimento do conceito clássico de soberania já sofreu mudanças para se adaptar às necessidades contemporâneas, mas isso não significa o fim do Estado-nação ou, tampouco, o fim da soberania deste. Isso significa, contudo, que o velho Estado-nação não é mais capaz de, isoladamente, responder a todas as demandas. Muito menos se pode olvidar que o Direito Internacional é, por si só, uma forma de limitação do poder dos inúmeros atores internacionais.

O eventual receio de que a adoção de uma postura protagonista na cena internacional, por parte de governos subnacionais, tem ou poderia ter impactos negativos na soberania do Estado central não se demonstra verdadeiro na literatura atual. A soberania, como conceito e prática, é um processo que tem se desenvolvido ao longo do tempo e que deve responder as demandas da atualidade. Aliás, pode-se compreender a soberania como sendo, justamente, essa capacidade de se fixar as próprias competências.

Embora o Estado continue a ser o ator mais importante nas relações internacionais, exercendo o papel de garantidor da ordem nos planos interno e externo; já não é mais o único, já

que novos atores surgem na cena internacional. Os governos subnacionais, portanto, passaram também a ganhar protagonismo na definição e implementação de alguns temas da agenda internacional, por vezes, até, assumindo compromissos mais significativos que o próprio Estado central, como visto neste trabalho.

Nessa conjuntura de rearranjo político, as cidades — que também passaram a figurar na lista de novos atores das/nas relações internacionais — ganham força e buscam não apenas reconhecimento de sua relevância no cenário internacional, mas, sobretudo, influenciar as decisões do Estado central para que a agenda da política externa também atenda os anseios locais. Aliás, este trabalho evidenciou que a postura do Estado central brasileiro, perante as atividades paradiplomáticas exercidas por vários entes federados, não parece demonstrar que tal atuação constitua um desafio à sua soberania de Estado. Pelo contrário, nos últimos anos, tem havido uma movimentação maior e mais estruturada, por parte do próprio Estado central, em coordenar e suportar as ações internacionais de seus governos subnacionais, no entendimento claro de que estrategicamente tal resulta em benefício do próprio Estado.

A própria realização da pesquisa do IBGE (2012), divulgada em 2014, demonstra o interesse do Estado central em identificar as estruturas paradiplomáticas existentes no país. Adicionalmente, como explica Saraiva (2004, 139, grifo nosso), "*a high politics, encaminhada pela diplomacia estatal clássica do Itamaraty, aceita e acata, **mas também reage e convive de forma cooperativa**, com a diversidade da low politics, espaço natural dos entes subnacionais.*".

Esse é o caso da cidade do Rio de Janeiro, que com um planejamento estratégico e estrutura formal paradiplomática, nos últimos anos, tem conseguido atrair grandes eventos, um crescente êxodo turístico, investimentos e divisas e, sobretudo, projeção internacional.

Os governos subnacionais passaram, em muitos casos, a exercer um papel principal – e não de mero coadjuvante –, quer por inabilidade do Estado central em tratar os interesses locais – ou preferências, como define Frieden (1999) –, quer porque a globalização se dá, de fato, nas cidades, como afirma Sassen (1997).

O sentimento e percepção mais local das necessidades, características dos prefeitos e demais autoridades subnacionais, possibilitam uma maior rapidez e uma melhor habilidade na articulação das cidades com outros atores internacionais, em prol de seus interesses mais prementes.

Nesse esteio, o ex-presidente americano Bill Clinton afirma que "*em qualquer tempo e em qualquer país, a política é território dos que praticam a divisão, mas o futuro pertence aos que praticam a cooperação*" (Veja 2013b).

No campo da paradiplomacia, nem todas as ações e esforços são visíveis aos olhos. Contudo, seus resultados são concretos e ignorar essa “nova” realidade seria como andar na contramão do desenvolvimento econômico do próprio país.

Tem-se como certo que um bom caminho já foi percorrido. Basta olhar para o passado, não tão longínquo, para se perceber a evolução da atuação internacional dos governos subnacionais brasileiros, em especial a cidade do Rio de Janeiro.

Este trabalho também identificou que das 27 capitais brasileiras, incluindo o Distrito Federal (mesmo não possuindo Prefeitura, já que o Governo Distrital responde pela administração geral), 13 apresentam alguma estrutura formal paradiplomática, para tratar das relações internacionais municipais, quer seja por meio de assessoria, coordenadoria ou secretaria municipal.

Em números percentuais, tem-se a expressiva marca de 48,19% das capitais com setores específicos para tratar as questões internacionais. Todavia, em números gerais, considerado todos os 5.565 municípios brasileiros existentes à época, como já demonstrado, depreende-se que apenas 2% deles possuem algum tipo de estrutura formal. Um número, decerto, ainda homeopático frente ao potencial brasileiro.

A paradiplomacia mostra-se, portanto, além de promissora, uma realidade, ou uma realidade promissora. Governos subnacionais que decidam por uma atuação internacional, desde que de forma estruturada, poderão ser credores de maior prestígio na cena internacional, para além de se conseguir maior cooperação para resolução de problemas e atendimento dos interesses locais.

Se a globalização foi – e ainda é – responsável por esse rearranjo político ou, nas palavras de Sassen (1999, 1) por essa “*nova geografia do poder*”, são as cidades e seus representantes políticos, contudo, os responsáveis pela implementação dessas mudanças, que devem ocorrer de forma estruturada, pensada e, muitas vezes, integrada com outros atores.

A paradiplomacia exercida pela Prefeitura do Rio, suportada por uma equipe administrativa atuante e estruturada, a exemplo da Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI), responde o questionamento deste trabalho, acerca de qual o papel dos governos subnacionais na estruturação das cidades como plataforma de defesa de seus interesses locais/regionais, na cena internacional.

Concluiu-se, com este trabalho, que o entendimento do conceito clássico de soberania já sofreu mudanças para se adaptar às necessidades contemporâneas, embora isso não signifique o fim do Estado-nação ou, tampouco, o fim da soberania deste. Isso significa, contudo, que o velho Estado-nação não é mais capaz de, isoladamente, responder a todas as demandas.

Igualmente, foram apresentados os conceitos sobre paradiplomacia mais relevantes e aceitos no meio acadêmico, como o de Cornago (1990), e chegou-se ao entendimento de que as restrições existentes no ordenamento jurídico brasileiro, concernentes à atuação internacional dos governos subnacionais, confinam-se, apenas, à celebração de tratados.

Assim, identificou-se o entendimento alargado, até mesmo por pareceres técnicos do Congresso Nacional do Brasil, de não haver impedimentos para a atuação internacional dos governos subnacionais brasileiros, desde que respeitados os limites de suas competências constitucionais, o que não impede o surgimento de leis específicas que possam vir a clarear e eliminar quaisquer dúvidas a respeito dessa atuação ou, no limite, alargar, por meio de Proposta de Emenda à Constituição, os limites de atuação internacional dos governos subnacionais do Brasil.

Evidenciou-se, outrossim, não haver conflitos aparentes quanto à eventual confronto com a soberania do Estado central brasileiro, mas o contrário, ou seja, um incentivo coordenado à atuação internacional de seus entes federados, mesmo que ainda discreto, por parte do Governo central. De igual forma, pode-se concluir com este estudo que, mais importante do que a dúvida se a soberania do Estado central é confrontada ou diminuída pela atuação dos governos subnacionais é a certeza de que essa atuação é benéfica para todos. Afinal, Keohane (2009, 37) destaca que *“in other words, many of the earlier controversies have faded because consensus on the answers to them developed, and they became mere background characteristics for more focused and rigorous analysis. To me, this shift represents progress, and is gratifying.”*

Apresentou-se, por fim, a estrutura paradiplomática (formal) existente na cidade do Rio de Janeiro, destacando as ações paradiplomáticas recentes, e mais relevantes, levadas a cabo por esse governo subnacional.

Assim, como visto nos dados obtidos, tanto do IBGE (2014), como da pesquisa direta realizada nos *websites* das capitais brasileiras, ainda há um grande terreno a ser percorrido pelos governos subnacionais brasileiros, muitos dos quais, ainda com gestores que sequer compreendem a importância da atuação internacional, de um planejamento estratégico, e do impacto positivo que essa atuação pode proporcionar em nível local. Há, ainda, certo amadorismo prático com o qual alguns governos subnacionais tratam o tema.

Com relação ao Rio de Janeiro, oportuno destacar assertiva recente, embora já largamente utilizada, publicada em matéria do jornal Valor⁷ (2015) *“a imagem do Rio como cidade global, sem barreiras, só se sustenta em conjunção com a população, que não se satisfaz mais apenas com os cinco S [soccer, samba, sensuality, sun e sand.]”* (Valor 2015, 9).

⁷ Assertiva feita por Bruno Israel, sócio da agência Ana Couto Branding.

Embora este trabalho tenha apresentado uma fotografia mais atual do cenário paradiplomático no Brasil, com enfoque na cidade do Rio de Janeiro, muito há, ainda, para se desvendar acerca da atuação internacional das cidades. Uma análise mais aprofundada de uma real correlação entre atuação internacional das cidades e a posição no *ranking* de participação no PIB, pode ser um enfoque importante de futuros trabalhos.

Espera-se, assim, ter não apenas contribuído para o alargamento das discussões sobre paradiplomacia e a atuação internacional de governos subnacionais, mas também que este trabalho sirva de base para novos estudos acerca da importância dos novos atores nas relações internacionais.

(página intencionalmente em branco)

REFERÊNCIAS

- Agência Brasil. 2013. “Custo total da jornada pode chegar a R\$ 350 milhões, estima o Comitê Organizador”. EBC (Empresa Brasileira de Comunicação). Acesso em 11 de fevereiro de 2015. <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-19/custo-total-da-jornada-pode-chegar-r-350-milhoes-estima-comite-organizador>.
- . 2014. “Rio de Janeiro deve ter recorde de turistas entre Réveillon e carnaval”. Agência Brasil. Acesso em 16 de fevereiro de 2015. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-12/prefeitura-do-rio-espera-receber-recorde-de-turistas>.
- Aguiar Neto, Laudemar Gonçalves de. 2013. (palestra). “Diplomacia federativa do Rio de Janeiro”. In *Seminários do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo – USP 2013*. São Paulo: USP
- Almeida, Paulo Roberto. 2008. “O Brasil como ator regional e como emergente global”. In *Revista Cena Internacional*. vol. 9, nr. 1: 7-36. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Irel/UnB).
- . 2009. “Bases conceituais de uma política externa nacional”. In Estevão C. de Rezende Martins e Miriam G. Saraiva (orgs.). *Brasil - União Europeia - América do Sul: Anos 2010-2020*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- AMCHAM (Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro). 2014. “Rio na liderança das megacidades sustentáveis”. In *Brazilian Business*. Rio de Janeiro: AMACHAM.
- Aprigio, André E. R. de S. 2010a. “Diplomacia digital e o papel do ‘novo diplomata’”. In *Boletim Mundorama: divulgação científica em relações internacionais*. Brasília: UNB. Acesso em 13 de dezembro de 2014. <http://bit.ly/diplomacia-aprigio>.
- . 2010b. Paradiplomacia: um instrumento de promoção comercial e inserção internacional – análise comparativa. Acesso em 30 de janeiro de 2015. http://bit.ly/paradiplomacia_aprigio2010.
- Argentina. 1994. Constitución de la Nación Argentina. Ley No. 24.430. Acesso em 15 de dezembro de 2014. <http://infoleg.mecon.gov.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/804/norma.htm>.
- ART (Articulation of Territorial Networks for Sustainable Human Development). 2013. 2013 in review. New York: United Nations Development Programme.

Barreto, Maria Inês. 2005. A inserção internacionais das cidades enquanto estratégia de fortalecimento da capacidade de gestão dos governos locais. In *X congresso internacional del CLAD sobre la reforma del estado y de la administración pública*. Santiago – Chile.

Bedin, Gilmar A. 2001. A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária. Ijuí: Unijuí.

Bélgica. 2014. The Belgian Constitution. Acesso em 15 de dezembro de 2014. http://www.const-court.be/en/basic_text/belgian_constitution.pdf.

Blair, Tony. 2007. Speech by the RT Hon Tony Blair MP to the World Economic Forum, Davos. Acesso em 10 de março de 2015. http://www.weforum.org/pdf/AM_2007/blair.pdf.

Blatter, Joseph S. 2013. “Blatter: I’ve never seen anything like that”. Acesso em 14 de fevereiro de 2015. <http://www.fifa.com/confederationscup/news/newsid=2130439/index.html>.

Bodin, Jean. 1997. Los seis libros de la república, trad. Pedro Bravo Gala. Madri: Tecnos.

Bonavides, Paulo. 2000. Ciência política 10. ed. (revista e atualizada). São Paulo: Malheiros.

———. 2005. Curso de Direito Constitucional. 15. ed. São Paulo: Malheiros.

Brasil. 1998. “Constituição da República Federativa do Brasil de 1988”. Acesso em 10 de janeiro de 2015. <http://bit.ly/constituicaoBR>.

———. 2003. Lei No. 10.683, de 28 de maio de 2003. “Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.” Acesso em 10 de janeiro de 2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm.

———. 2005. Câmara dos Deputados. “Projeto de Emenda à Constituição No. 475, de 2005”. Relator: Deputado Federal Ney Lopes. Brasília: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Acesso em 12 de janeiro de 2015. <http://www.camara.leg.br>.

———. 2006. Presidência da República. “Decreto No. 5979, de 6 de dezembro de 2006. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério das Relações Exteriores, e dá outras providências.” Acesso em 10 de janeiro de 2015. <http://bit.ly/d5979PR>.

———. 2007a. Presidência da República. “Decreto No. 6181, de 3 de agosto de 2007. Institui o Comitê de Articulação Federativa – CAF.” Acesso em 11 de janeiro de 2015. <http://bit.ly/d6181PR>.

- . 2007b. Câmara dos Deputados. “Projeto de Decreto Legislativo No. 1742, de 2009”. Relator: Deputado Federal Tadeu Filippelli. Brasília: Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Acesso em 12 de janeiro de 2015. <http://www.camara.leg.br>.
- . 2008. “Decreto sem número (DSN) de 9 de junho de 2008. Cria o Comitê Interministerial de Gestão das Ações Governamentais nos V Jogos Mundiais Militares RIO2011 - Os Jogos da Paz.” Acesso em 11 de fevereiro de 2015. <http://bit.ly/DSNRio2011>.
- . 2015a. Portal Federativo. Presidência da República. Acesso em 6 de janeiro de 2015. <http://www.portalfederativo.gov.br>.
- . 2015b. Lei No. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. “Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei No. 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências.” Acesso em 25 de janeiro de 2015. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13089.htm.
- Castelo Branco, Álvaro Chagas. 2009. *Paradiplomacia & entes não-centrais no cenário internacional*. Curitiba: Juruá.
- CGI (*Clinton Global Initiative*). 2013. “Mayors discuss the prominence of cities across the region”. Acesso em 10 de fevereiro de 2015. <https://www.clintonfoundation.org/blog/2013/12/09/2013-cgi-latin-america-meeting-day-1-highlights>.
- C40 Cities. 2014. Chair of the C40. Acesso em 11 de fevereiro de 2015. <http://www.c40.org/leadership>.
- Conargo, Noé. 1999. “Diplomacy and paradiplomacy in the redefinition of International security: dimensions of conflict and co-operation”. In Aldecoa, F., & Keating, M. *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. 40-57. Londres: Frank Cass.
- . 2010. “Perforated sovereignties, agnostic pluralismo and the durability of (para)diplomacy”. In Costas M. Constantinou & James Der Derian (eds.). *Sustainable diplomacies*. 89-108. Great Britain: Palgrave.
- . 2013. “Plural diplomacies: normative predicaments and functional imperatives / by Noé Cornago” In *Diplomatic Studies*, v 8. Leiden, The Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers.
- CNM (Confederação Nacional dos Municípios). 2015. “Governos locais selam parceria histórica com União Europeia”. Acesso em 30 de janeiro de 2015. <http://bit.ly/CNM-UE>.
- Cordero, José Luis Ayala. 2014. “Interdependencia compleja. Cuatro enfoques teóricos de la cooperación internacional de los gobiernos subnacionales”. In *Revista de El Colegio de San Luis*.

No. 7: 256-273. San Luis Potosí, Mexico. Acesso em 23 de dezembro de 2014. <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4741554>.

Danese, Sérgio França. 1987. “Os novos estados como novos atores nas relações internacionais”. In *Revista de Informação Legislativa*. A. 24, No. 94 abr/jun. Brasília: Senado Federal.

Duchacek, Ivo D. 1984. “The international dimension of subnational self-government.” *Publius: The Journal of Federalism* 14 (4): 5-31.

———. 1986. *The territorial dimension of politics within, among, and across nations*. Bolder, CO: Westview.

Estadão. 2014. “Itamaraty atrasa pagamentos a funcionários no exterior”. Acesso em 17 de dezembro de 2014. <http://bit.ly/estadao-itamaraty>.

Europa. 1992. “Tratado da União Europeia”. Acesso em 10 de outubro de 2014. http://bitly.com/europa_eu-law.

Ferreira, Aurélio Buarque de Hollanda. 2010. *Dicionário Aurélio Eletrônico* 8. São Paulo: Positivo.

Folha (Folha de S. Paulo). 2011. “Paes indica que Rio ficará com centro de imprensa: Cidade concorre com Brasília e São Paulo”. Acesso em 14 de fevereiro de 2015. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/esporte/fk2705201107.htm>.

Francisco, Papa. 2014a. “Discurso do Papa Francisco aos membros do comitê de organização da XXVII jornada mundial da juventude no Rio de Janeiro”. Acesso em 11 de fevereiro de 2015. http://bit.ly/Vatican_Francisco_Papa_2014.

Frieden, Jeffry. 1999. “Actors and preferences in international relations”. In *Strategic choice and international relations*. Eds. David A. Lake & Robert Powell. Princeton, NJ: Princeton University Press.

FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão). 2012. *Relatório RIO+20: o modelo brasileiro*. Relatório de sustentabilidade da organização da conferência das nações unidas sobre desenvolvimento sustentável. Brasília: FUNAG.

G1. 2014. “Papa Francisco homenageia Rio em vídeo: ‘Povo corajoso e alegre’”. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/12/papa-francisco-homenageia-rio-em-video-povo-corajoso-e-alegre.html>.

Gilpin, Robert. 2004. *O desafio do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record.

Gov.uk. 2015. “Reino Unido apresenta sua marca em comemoração ao aniversário de 450 anos do Rio de Janeiro”. Acesso em 16 de fevereiro de 2015. <https://www.gov.uk/government/world-location-news/284117.pt>.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2014. “Produto interno bruto dos municípios 2012”. Acesso em 05 de janeiro de 2015. <http://bitly.com/ibge-dados-2014-divg-2014>.

———. 2015. “Cidades@”. Acesso em 18 de janeiro de 2015. <http://bit.ly/ibge-cidades>.

ICCA (*International Congress and Convention Association*). 2014. *ICCA statistics report 2013. Country & city rankings. International Association Meetings Market 2013*. The Netherlands: ICCA

Keating, Michael. 1999. “Regions and international affairs: motives, opportunities and strategies”. In Aldecoa, F., & Keating, M. *Paradiplomacy in action: the foreign relations of subnational governments*. 1-16. Londres: Frank Cass.

Keohane, Robert O. 2009. “The old IPE and the new” In *Review of international political economy*, 16:1, 34-46. Acesso em 10 de março de 2015. http://bit.ly/princeton_edu_keohane.

Keohane, Robert O. & Nye, Joseph S. 1988. *Poder y interdependencia: la política mundial en transición*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano.

Khagram, Sanieev. James V. Riker & Kathryn Sikkink, eds. 2002. “From Santiago to Seattle: transnational advocacy groups restructuring world politics”. In *Restructuring world politics: transnational social movements, networks and norms*, v. 14. Minneapolis: University of Minneapolis Press.

Khanna, Parag. 2010. “Beyond city limits”. In *Metropolis Now*. Foreign Policy: 119-152.

Krasner, S. D. 1999. *Sovereignty: organized hypocrisy*. New Jersey: Princeton University Press.

Lachapelle, Guy & Stéphane Paquin, eds. 2005. *Mastering globalization: new sub-states' governance and strategies*. London: Routledge.

Lafer, Celso. 1995. A soberania e os direitos humanos, In *Lua Nova*, no. 35: 137-148. São Paulo: CEDEC.

Lampraia, Luiz Felipe. 1995. “Discurso do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe Lampraia, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal”. 30p. Brasília: Senado Federal.

- Lecours, André. 2008. "Political issues of paradiplomacy: lessons from the developed world". In *Discussion papers in diplomacy*. Jan Melissen, (ed.). Netherlands: Institute of International Relations "Clingendael".
- Magalhães, José Luiz Quadros de. 2004. "O poder local no Brasil: a alternativa da democracia participativa". In *Katálysis* v. 7, n. 1 Jan/jun. 85-98. Florianópolis SC: Universidade Federal de Santa Catarina. Acesso em 15 de janeiro de 2015. <http://bit.ly/magalhaes2004>.
- Maltez, José Adelino. 2002. Curso de relações internacionais. S. João do Estoril: Principia
- Mancuso, Eduardo. 2009. "O futuro das redes de cidades". In *Cidades em relações internacionais: análises e experiências brasileiras*. Gilberto Marcos Antonio Martins, Marcos Xavier, Wagner de Melo Romão (org.). São Paulo: Desatino.
- Marzulo, Eber Pires & Marx, Vanessa. 2013. "Poder local y crisis global: cambios en la trayectoria de Porto Alegre". In *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*. n. 104: 45-65. Acesso em 20 de janeiro de 2015. http://bit.ly/poder_local.
- Melissen, Jan, ed. 2005. "Innovation in diplomatic practice". In Melissen, Jan. *The new public diplomacy: soft power in international relations* (5). New York: Palgrave.
- Melo, Francisco Silva de. 2010. "A redistribuição do poder no sistema internacional e a emergência das 'novas potências'". *Int'l Relations+*. Portugal. Acesso em 12 de abril de 2010. http://bitly.com/intlrelationsplus_fmelo.
- Metropolis. 2014. Metropolis awards. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://awards.metropolis.org/>.
- Miranda, Jorge. 2008. Curso de direito internacional público. 3. ed. Cascais: Principia.
- MRE (Ministério das Relações Exteriores). 2008. "Portaria No. 212, de 30 de abril de 2008. Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores". Acesso em 11 de janeiro de 2015. <http://bit.ly/RI-MRE>.
- MTE (Ministério do Trabalho e Emprego). 2014. Base estatística geral – Detalhamento das autorizações concedidas pela CGlg. Acesso em 09 de fevereiro de 2015. http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/estatisticas-1.htm.
- Moraes, Alexandre de. 2006. Direito constitucional. 19. ed. São Paulo: Atlas.
- Moravcsik, Andrew. 1997. "Taking preferences seriously: a liberal theory of international politics." *International Organization* Vol. 51 No. 4: 513-53.

———. 2011. "Liberal international relations theory: a social scientific assessment." Working paper 01–02 (April 2001), Weatherhead Center for International Affairs: Harvard University

Neves, Miguel. (2010, Autumn). "Paradiplomacy, knowledge regions and the consolidation of 'soft power'". JANUS.NET e-journal of International Relations. Portugal, 1.

NGO Branch (United Nations Department of Economic and Social Affairs). 2015. "Consultative status with ECOSOC and other accreditations". United Nations. Acesso em 11 de março de 2015. <http://esango.un.org/civilsociety/displayConsultativeStatusSearch.do?method=search&sessionCheck=false>.

Nunes, Carmen J. S. 2005. "A paradiplomacia no Brasil: O caso do Rio Grande do Sul". Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

O Dia. 2014. "No centro do poder". In *Natural do Rio*. Edição especial. Ano 1, n. 1. Rio de Janeiro: O Dia.

O Globo. 2012. "Réveillon de Copacabana é eleito o melhor do mundo". Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://oglobo.globo.com/rio/reveillon-de-copacabana-eleito-melhor-do-mundo-3547399>.

———. 2014a. "Réveillon em Copacabana terá 34 mil fogos, quantidade 31% maior que a da última virada". Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://oglobo.globo.com/rio/verao/reveillon-em-copacabana-tera-34-mil-fogos-quantidade-31-maior-que-da-ultima-virada-14913901>.

———. 2014b. "Prefeitura inaugura cadastro para domínio virtual que leva o nome da cidade do Rio". Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-inaugura-cadastro-para-dominio-virtual-que-leva-nome-da-cidade-do-rio-13723150>.

Paes, Eduardo. 2010. (depoimento). "Depoimento: Eduardo Paes". Rock in Rio. Acesso em 11 de fevereiro de 2015. <http://rockinrio.com/rio/blog/depoimento-eduardo-paes/>.

———. 2013. "Rise of the wise: next steps for smart cities". Acesso em 12 de fevereiro de 2015. <https://www.clintonfoundation.org/blog/2013/12/09/rise-wise-next-steps-smart-cities>.

———. 2014. "Diplomacia de megacidades para enfrentar as mudanças climáticas". Acesso em 16 de março de 2014. http://www.eduardopaes.com.br/noticias_hp/diplomacia-de-megacidades-para-enfrentar-as-mudancas-climaticas/.

Patriota, Antonio de A. 2012. (discurso). Acesso em 05 de janeiro de 2015. <http://bitly.com/itamaraty-discursos>.

Pereira, Felipe Barboza. 2009. "A Ompetro e as iniciativas cooperativas entre os municípios produtores de petróleo e gás e limitrofes, da zona de produção principal da bacia de campos no estado do Rio de Janeiro". In *XVII Seminário de Iniciação Científica da PUC-Rio*. Rio de Janeiro: PUC-Rio. Acesso em 02 de fevereiro de 2015. <http://www.puc-rio.br/pibic/>.

Pessoa, Ana Paula G. 2007. "Divagações em torno do conceito de soberania". In *Revista eletrônica mensal do curso de direito da UNIFACS*. Acesso em 26 de novembro de 2014. http://www.unifacs.br/revistajuridica/arquivo/edicao_setembro2007/docente/doc2.doc.

Pluijm, Rogier van der (with Jan Melissen). 2007. "City diplomacy: the expanding role of cities in International politics". In *Clingendael Diplomacy Paper .No. 10*. The Hague: Netherlands Institute of International Relations *Clingendael*.

Portal da Copa. 2014. "Copa trouxe ao Rio 886 mil turistas e movimentou R\$ 4,4 bilhões". Site do governo federal brasileiro sobre a copa do mundo da FIFA 2014. Acesso em 13 de fevereiro de 2015. <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/copa-trouxe-ao-rio-886-mil-turistas-e-movimentou-de-r-44-bilhoes?language=en>.

———. 2015. "História das Copas". Site do governo federal brasileiro sobre a copa do mundo da FIFA 2014. Acesso em 10 de fevereiro de 2015. <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/torcedor/historia-das-copas>.

PPGC (Programa Pacto Global de Cidades). 2014. *A framework for translating the Global Compact Principles into day-to-day urban governance and management*. Acesso em 15 de dezembro de 2014. <http://citiesprogramme.com/aboutus>.

Ribeiro, Maria Clotilde Meirelles. 2008. "A ação internacional das entidades subnacionais: teorias e visões sobre a paradiplomacia". In *Cena Internacional*. n. 2, v. 10, 160-184. Brasília: Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (Irel/UnB).

———. 2009. *Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras*. Salvador: EDUFBA.

Rio 2016 (Rio de Janeiro 2016). 2009. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Vol. 1. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/dossie_de_candidatura_v1.pdf.

Rio de Janeiro (estado). 1998. *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*. Acesso em 12 de janeiro de 2015. <http://bit.ly/alerj-CE>.

- Rio (Rio de Janeiro - município). 1986. Decreto No. 5752, de 8 de abril de 1986. “Altera, sem aumento de despesa, a estrutura do Gabinete do Prefeito e dá outras providências”. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Acesso em 09 de fevereiro de 2015. <http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>.
- . 2009. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012: pós 2016: o Rio mais integrado e competitivo. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro.
- . 2010. Lei Orgânica do Município. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria-Geral do Município.
- . 2011. “Prefeitura lança concurso internacional para selecionar o projeto urbanístico do Parque Olímpico”. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://bit.ly/Rio-Concurso>.
- . 2012a. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2012-2016: pós 2016: o Rio mais integrado e competitivo. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro.
- . 2012b. Gestão de alto desempenho: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
- . 2014a. “Gabinete do Prefeito”. Prefeitura do Rio de Janeiro. Acesso em 16 de dezembro de 2014. <http://www.rio.rj.gov.br/web/gbp>.
- . 2014b. “A dois anos dos Jogos Rio 2016, prefeito apresenta balanço da organização para as olimpíadas. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://bit.ly/Rio-Balanco-2anos>.
- . 2015. “Coordenadoria de Relações Internacionais”. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Acesso em 09 de fevereiro de 2015. <http://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais/a-coordenadoria>.
- Rio450. 2015. “Conheça a marca”. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://www.rio450anos.com.br/conheca-a-marca/>.
- RFC (*Rio Film Commission*). 2015. Acesso em 16 de fevereiro de 2015. <http://www.riofilmcommission.com/>.
- Rio Negócios. 2013. “Rio fica em 1º lugar como melhor destino de 2013, segundo o ‘New York Times’”. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://rio-negocios.com/rio-fica-em-1o-lugar-como-melhor-destino-de-2013-segundo-o-new-york-times/>.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 2004. “A busca de um novo paradigma: política exterior, comércio externo e federalismo no Brasil”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, 47(2): 131-162.

- Sassen, Saskia. 1997. Whose city? Globalization and the formation of new claims. Acesso em 23 de dezembro de 2014. <http://www.uni-stuttgart.de/soz/avps/lopofu/ak-publikationen.sassen.pdf>.
- . 1999. A new cross-border field for public and private actors. Acesso em 23 de dezembro de 2014. <http://www.lse.ac.uk/publicEvents/pdf/sassen.pdf>.
- . 2005. The global city: introducing a concept. *Brown Journal of World Affairs*, 11 (2): 27-43.
- . 2009. “Cities in today’s global age”. In *SAIS Review*, XXIX: 3-34.
- . 2010. “As narrativas da globalização”. *Estadão*. Acesso em 10 de outubro de 2014. <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,as-narrativas-da-globalizacao,561969>.
- Sato, Eiiti. 2000. “A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções”. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, 43 (1), 138-169. Acesso em 25 de janeiro de 2015. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-7329200000100007&script=sci_arttext.
- Stepanek, Zdenek. 2014. “Democratic Global Governance? The United Nations and Transnational Actors”. Master thesis in International Business & Politics. Copenhagen Business School. Copenhagen. Denmark.
- Stopford, John, Susan Strange with John S. Henley. 1998. Rival states, rival firms: competition for world market shares. Cambridge: Cambridge University Press.
- Valor. 2015. “À mesa com o Valor: Eduardo Paes”. In *Eu & Fim de Semana: 450 janeiros*. Rio de Janeiro: Valor.
- Veja. 2011. “Papa anuncia Rio de Janeiro como sede da próxima JMJ, em 2013”. Acesso em 05 de fevereiro de 2015. <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/papa-anuncia-rio-de-janeiro-como-sede-da-proxima-jmj-em-2013>.
- . 2012. “Sai paraolímpico, entra paralímpico”. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/curiosidades-etimologicas/sai-paraolimpico-entra-paralimpico/>.
- . 2013a. “Bill Clinton levará ao Rio reunião de líderes globais em dezembro”. Acesso em 05 de fevereiro de 2015. <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/bill-clinton-levara-ao-rio-reuniao-de-lideres-globais-em-dezembro>.
- . 2013b. “A visão de mundo de Bill Clinton – e seu trabalho em prol de um mundo melhor”. Acesso em 15 de fevereiro de 2015. <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/vasto-mundo/a-visao-de-mundo-de-bill-clinton-e-seu-trabalho-em-prol-de-um-mundo-melhor/>.

Vigevani, Tullo. 2006. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol.21, n.62: 127-139. Acesso em 22 de julho de 2014. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a10v2162.pdf>.

Waltz, Kenneth N. 2002. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Gradiva.

Yahn Filho, A. G. 2006. "A inserção internacional de Campinas: aspectos conceituais". In *Perspectivas*. 30: 81-98.

Zubelzú, Graciela. 2008. Los gobiernos subnacionales en el escenario internacional: conceptos, variantes y alcance. Un marco de análisis para las acciones de las provincias argentinas. In *Las provincias argentinas en el escenario internacional: desafíos y obstáculos de un sistema federal*. (1ª ed.), Buenos Aires: Programa de Las Naciones Unidas para el Desarrollo – PNUD.

(página intencionalmente em branco)

ANEXOS

(página intencionalmente em branco)

Anexo I: Constituição da Bélgica.

Titulo: The Belgian Constitution.

Acesso em: 15 de dezembro de 2014.

Disponível em: http://www.const-court.be/en/basic_text/belgian_constitution.pdf.

TITLE IV

On international relations

Article 167

§ 1. The King directs international relations, notwithstanding the competence of Communities and Regions to regulate international cooperation, including the concluding of treaties, for those matters that fall within their competences in pursuance of or by virtue of the Constitution. The King commands the armed forces; he states that there exists a state of war or that hostilities have ceased. He notifies the Houses with additional appropriate messages as soon as interests and security of the State permit. Cession, exchange or expansion of territory can only take place by virtue of a law.

§ 2. The King concludes treaties, with the exception of those regarding matters described in § 3. These treaties take effect only after they have received the approval of the House of Representatives.

§ 3. The Community and Regional Governments described in Article 121 conclude, each one in so far as it is concerned, treaties regarding matters that fall within the competence of their Parliament. These treaties take effect only after they have received the approval of the Parliament.

§ 4. A law adopted by a majority as described in Article 4, last paragraph fixes the specific rules for the concluding of treaties described in § 3 and of the treaties that do not exclusively concern matters falling within the competence of the Regions or Communities in pursuance of or by virtue of the Constitution.

§ 5. The King, by common consent with the Community or Regional Governments concerned, can denounce treaties concluded before 18 May 1993 and covering matters described in § 3. The King denounces these treaties if the Community or Regional Governments concerned invite him to do so. A law adopted by a majority as described in Article 4, last paragraph establishes the procedure in the event of disagreement between the Community and Regional Governments concerned.

Transitional provision

The second sentence of § 2 comes into force on the day when elections take place with a view to the complete renewal of the Community and Regional Parliaments in 2014. Until this day, treaties referred to in § 2 take effect only after they have received the approval of both Houses.

Article 168

From the beginning, the Houses are informed of negotiations concerning any revision of the treaties establishing the European Community and the treaties and acts which have modified or complemented them. They receive the draft treaty before its signature.

Article 168bis

With respect to the election of the European Parliament, the law determines special rules with a view to protecting the legitimate interests of French and Dutch-speaking people in the former province of Brabant. The provisions which establish these special rules may only be amended by a law passed by a majority as described in Article 4, last paragraph.

Article 169

In order to ensure the observance of international or supranational obligations, the authorities mentioned in Articles 36 and 37 can, provided that the conditions stipulated by the law are met, temporarily replace the bodies mentioned in Articles 115 and 121. This law must be adopted by a majority as described in Article 4, last paragraph. (Bélgica 2014)

Anexo II: Relatório da I Reunião da Cooperação Internacional Descentralizada do Brasil.

Autor: Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República Federativa do Brasil.

Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br>.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
SUBCHEFIA DE ASSUNTOS FEDERATIVOS

Brasília, 12 de julho de 2012.

Relatório sobre a Reunião da Cooperação Descentralizada do Brasil

Local: sala 97, 4º andar, Palácio do Planalto, Brasília-DF Data: 5 de julho de 2012

Assunto: Cooperação Descentralizada do Brasil: desafios e oportunidades

Participantes

Maria Claudia Cabral (SAF); Thiago Gehre (SAF); Paula Ravanelli (SAF/SRI); Bruno Sadeck (SAF); Jean-Paul Rebaud e Marina Felli (Embaixada da França); André Galvão (Agência Brasileira de Cooperação - ABC); Carlos Eduardo Matsumoto e Ana Carolina (CNM); Caúra Damasceno (Governo do Estado da Bahia); Chyara Sales Pereira (Governo do Estado de Minas Gerais); Daniely Votto Fontura (Prefeitura de Porto Alegre); José Felipe Guatura (Prefeitura de Várzea Paulista); Luiz Sérgio Moreira Henriques Filho (Prefeitura de Vitória); Elaine Humphreys (MRE – AFEPA); Marco Junio de Faria Godinho (Companhia de Desenvolvimento de Vitória – CDV); Maria Cristina Sampaio Lopes (SG/PR); Mariana Dohrer (Prefeitura da cidade de SP); Norma Beatriz Espindola (Governo do Estado do RS); Paulo Barbosa (ADERES/ES); Paulo Oliveira (FNP); Pedro Spadale (Governo do Estado do Rio de Janeiro); Roberto Trevas (Prefeitura de Recife); Rodrigo Perpétuo (Prefeitura de BH e FONARI); Rodrigo Tavares (Governo do Estado de SP).

Introdução

- Estiveram presentes diversos estados (BA, SP, MG, ES, RS, RJ) e municípios (Vitória/ES, BH/MG, POA/RS, REC/PE, Várzea Paulista/SP, São Paulo/SP), como também parceiros, tais como ABC e AFEPA/MRE; FNP e CNM.
- Ficou acordado por proposta desta SAF que seriam tratados temas diversos, além da cooperação BRA-FRA no período da manhã; e no período da tarde seriam sanadas dúvidas e eventuais questões relativas à relação com aquele país.

Objetivos da Reunião:

- Fomentar o diálogo entre o governo federal, estados e municípios no que tange à cooperação descentralizada (CD);
- Identificar as principais demandas dos atores subnacionais brasileiros sobre CD;
- Identificar as principais dificuldades encontradas e propor possíveis soluções;
- Construir um plano de trabalho conjunto para a CD do Brasil.

Informes sobre iniciativas de cooperação descentralizada em andamento:

Governo do Estado de São Paulo (**Rodrigo Tavares**):

- Interesse em fomentar a inserção internacional do Estado;
- Em 2011 foram assinados 20 projetos de cooperação envolvendo áreas de pesquisa, comunicação internacional e a realização de eventos internacionais na sede do governo paulista;

- Objetiva-se institucionalizar e profissionalizar a atuação do Governo de São Paulo.
Prefeitura de Várzea Paulista (**José Felipe Guatura**):
- Cooperação Descentralizada com Turim (Itália) através da parceria com a FNP – projeto encerrado em 2011;
- Criação do Observatório da Juventude, projeto que identifica as principais demandas da população jovem do município;
- Identifica como uma das principais dificuldades da cooperação descentralizada o fato de, por falta de recursos, ser por vezes necessário realizar encontros via meios eletrônicos (skype);
- É fundamental o contato direto com as autoridades estrangeiras cooperantes.
Prefeitura de Belo Horizonte (**Rodrigo Perpétuo**):
- Destacou-se o papel da SAF no fomento à inserção internacional dos entes federados brasileiros;
- Considera-se que a Cooperação Descentralizada é apenas uma temática da agenda dos atores subnacionais;
- Não considera adequada a denominação Cooperação Descentralizada e defende o conceito de “Cooperação Multinível”, uma vez que a cooperação entre entes subnacionais é dividida em dois níveis: bilateral (irmanamento) e multilateral (editais e projetos de redes internacionais);
- Destacou o caso de Barcelona, cidade que compreende as principais sedes de redes internacionais;
- Afirmou que as cidades brasileiras têm encontrado em editais europeus uma oportunidade de participação internacional;
- Existe uma nova realidade no âmbito de Política Internacional e o Brasil tem-se afirmado nesse cenário como propulsor de um novo posicionamento no que tange aos entes federados nacionais nas Relações Internacionais – Os entes subnacionais possuem hoje papel bastante importante no que se refere à cooperação internacional;
- Três questões são temas principais da reunião: encontrar a agenda multinível na Política Externa Brasileira; formar equipes capacitadas que compreendam as Relações Internacionais; fomentar o direcionamento de recursos brasileiros para a “Cooperação Multinível”.
Prefeitura de São Paulo (**Mariana Dohrer**):
- A Secretaria de Relações Internacionais foi criada durante o Governo da Marta Suplicy e tem atualmente 11 assessores;
- Há um alto número de cidades irmãs, ao todo são 52 cidades-irmãs, e essa irmandade não tem produzido bons resultados;
- A cidade de São Paulo sediou a cúpula da C40 em 2011, e está em fase de preparação de candidatura para a EXPO 2020, evento de grande envergadura.
Governo do Estado de Minas Gerais (**Chyara Sales Pereira**):
- Foram destacadas as dificuldades de recurso da Assessoria Internacional de Minas Gerais, que possui um orçamento de apenas 10 mil reais ao ano;
- Uma alternativa encontrada foi levantar recursos com outros parceiros, como agências de fomento;
- Foi lembrado que Minas receberá 30 missões internacionais até Julho de 2012, cujos principais interlocutores são o BM, o BID, a JICA e a Agência Francesa de Desenvolvimento;
- O estado tem acordos com entes subnacionais do Japão, Cingapura, Quebec e China;
- Existe um boletim/clipping para rastrear editais de recursos a fundo perdido;
- Há um programa de capacitação humana e realização de workshops, onde 250 jovens já foram capacitados no exterior e 50 jovens italianos foram capacitados em MG A Assessoria captou no primeiro semestre de 2012 cerca de 2 bilhões de reais.
Governo do Estado do Rio Grande do Sul (**Norma Beatriz Espíndola**):
- A Assessoria foi criada com a chegada do governador Tarso Genro;
- Há uma participação ativa no “Núcleo da Fronteira”, está trabalhando com um plano de desenvolvimento de fronteira (diálogo ativo com Uruguai e Argentina);
- Possui uma agenda própria com CUBA (GT de cooperação no que tange à agricultura);
- Foram realizadas viagens prospectivas à África, observador de cooperação no MERCOSUL (Paula destacou o papel do estado no FCCR).
Prefeitura de Porto Alegre (**Daniely Votto Fontura**):
- A Coordenadoria de Relações Internacionais trabalha com uma equipe de apenas 6 pessoas;

- Existem 14 cidades-irmãs, porém também há a dificuldade em fazer com que a irmandade prospere.
- Fortalecimento da cidade com redes internacionais (Mercocidades, Metrópolis), apoio a SP na EXPO, parceria com a IBM (a empresa doa quiosques de informática gratuitamente);
- Cooperação internacional bastante forte com Moçambique através da CGLU (assentamentos urbanos e gestão pública); e um convênio com Stuttgart (Alemanha) no controle de tráfego.

Agência Brasileira de Cooperação **(André Galvão):**

- Relação estreita entre ABC e SAF;
- Considera que há a necessidade de se criar uma nova instituição nacional para trocar experiências (banco de dados) entre as subnacionalidades;
- Apoiar a denominação “Cooperação Multinível”;
- Há um destaque para os projetos de Guarulhos e Fortaleza que estão caminhando de forma positiva,
- Identifica como fragilidade existente entre estado e município no que se refere a capacidade em realizar propostas para projetos concretos, afirmou que o foco deve estar no PLANO DE AÇÃO.

Confederação Nacional de Municípios **(Carlos Eduardo Matsumoto):**

- A CNM tem uma assessoria internacional desde 2006, é vice-presidente da FLACMA e observador do FONARI e exerce cooperação com OIs;
- Destacou as pesquisas e as informações divulgadas pela CNM no seu processo de transparência;
- Diante da quantidade de informações disponíveis na CNM, no que tange a dados referentes a municípios, o órgão poderia servir como o “Banco de Dados” apontado pela ABC.

Prefeitura de Recife **(Roberto Trevas):**

- A cidade se baseou na experiência de SP na criação de uma Secretaria de Relações Internacionais;
- Destacou a cooperação com Nantes (França), projetos com prefeituras de cidades chinesas e portuguesas.

Governo do Estado do Rio de Janeiro **(Pedro Spadale):**

- Rio+20 gerou uma iniciativa muito importante para os governos subnacionais (ONU reconheceu em diversas partes da carta final a participação destes atores);
- Acredita-se que os entes federados e municipais podem sempre cooperar com o governo central brasileiro;
- O Estado do Rio de Janeiro também optou por abandonar as ideias de irmanamento, uma vez que o processo não estava progredindo;
- Apontou a reunião que ocorreu em 2011 no CCBB a respeito da questão JURÍDICA da relação entre governos centrais e não centrais.

Governo do Estado da Bahia **(Caúra Damasceno):**

- A Secretaria de Relações Internacionais do Estado foi criada há um ano (só há 5 pessoas na equipe);
- Atualmente existem 5 projetos de Cooperação Sul-Sul;
- O governador tem adotado uma postura mais concreta em relação à cooperação internacional e não assina mais projetos se não houver um plano de trabalho pronto em anexo;
- Destaque para a recepção de eventos internacionais (receberá, em Dezembro, a Cúpula do MERCOSUL).

Prefeitura de Vitória **(Luiz Sérgio Moreira Henriques Filho):**

- Há uma articulação econômica bastante grande e o município atua muito em parceria com o estado do Espírito Santo e com a CDV.

Companhia de Desenvolvimento de Vitória **(Marco Junio de Faria Godinho):**

- Projeto “Termo (?) Medicina” (projeto de captação com a UE)
- Vitória gerou muito fluxo financeiro através de CD (“Exporta Mais”);
- O Estado do Espírito Santo tem 47% do PIB baseado em COMEX;
- A Rio+20 foi a “Revolta Subnacional”, deve haver maior diálogo entre os próprios municípios brasileiros (busca-se ajuda no exterior sem saber se já existe nacionalmente).

ADERES **(Paulo Barbosa):**

- Apontou que 540 mil empresas que exportam no Espírito Santo.

Novas perspectivas de Cooperação Descentralizada:

Olavo Noletto: no que parte da SRI, é necessário fazer escolhas (o FCCR é uma prioridade para o governo central brasileiro); interessa à SAF entender os tipos de ação e dificuldades das subnacionalidades para justamente apoiá-las, existe uma pequena inflexão na SAF devido à saída do Alberto K. e consequente readaptação da subchefia; SAF é o órgão que mais apoia pacto federativo.

Bruno Sadeck: O Brasil, por meio da SAF, assumiu a presidência pro-tempore do FCCR; FCCR = espaço de diálogo entre governos nacionais e governos subnacionais do MERCOCUL, estipulação do plano plurianual para o órgão para definir metas, diretrizes e objetivos essenciais (primeiro diálogo em Agosto – Foz do Iguaçu); a SAF quer robustecer o FCCR; enfoque na relação entre SAF e blocos regionais (MERCOSUL, Unasul e Cosiplan -> infraestrutura); necessidade de criação de uma plataforma de execução de projetos.

Cristina Sampaio: Cooperação Brasil-Itália (ver a publicação) – definição de CD para ambos os governos, os municípios precisam de ORÇAMENTO para colocar em prática os projetos.

Elaine: Cooperação Brasil-EUA - iniciativa norte-americana para a assinatura do “Memorando de Entendimento” de amplo escopo (vários projetos de cooperação podem ser realizados por meio dele).

Maria Cláudia: Marco Regulatório/Jurídico/Legal - uma das questões mais complexas sobre o assunto, criá-lo ou não? Que modelo desejamos?

André Galvão (ABC): Estamos no momento ideal para se criar um marco regulatório?

Rodrigo Tavares (Estado de SP): O estado de SP se baseia no art. 23 da Const., o qual versa sobre competências domésticas dos estados. Estas não podem ser estabelecidas sem atuação externa! É este o ponto chave do discurso de SP: não precisa do marco para exercer seu papel internacional.

Rodrigo Perpétuo (cidade de BH): O caminho é encontrar a possibilidade de se concretizar o “SISTEMA BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO” -> é preciso LEGITIMÁ-LA!

Pedro Spadale (Estado do RJ): Lembrou a “PEC da Paradiplomacia” -> os projetos subnacionais deveriam passar pelo crivo do Itamaraty. Uma das alternativas apontadas foi a confecção de um “Marco de Referência”, ao invés de um “Marco Regulatório”.

Cooperação Descentralizada Brasil-França

Thiago Gehre: a CD Brasil-França sofreu um revés por causa da não realização do evento internacional de Fortaleza de 2011. Provocou se deveríamos prosseguir com a CD bilateral Brasil-França? E neste caso, em que parâmetros e vislumbrando qual horizonte? Destacou a importância de aprendermos muito, sobretudo em termos de coordenação entre entes subnacionais com os franceses. Ademais, lembrou da possibilidade de se realizar uma missão à Paris em Novembro.

Paula Ravanelli: Deve-se reavaliar o que é mais importante para o governo nacional, o governo francês e os atores subnacionais; Deve-se concentrar em algumas áreas ou alguns projetos de CD.

Jean-Paul e Marina (Embaixada da França): Reunião na França tem como objetivo principal colocar um ponto em comum nesta CD bilateral, ou seja, definir uma pauta definitiva com os temas mais importantes;

Norma Espindola: destacou o fato dos franceses terem know-how sobre a segurança da Copa do Mundo e gestão de estádios.

Pedro Spadale (Estado do RJ): Como faremos para definir a lista de prioridades, haja vista que vários interesses brasileiros divergem dos franceses?

Rodrigo Perpétuo (cidade de BH): há um comitê misto (Capítulo Francês e Capítulo Brasileiro) e este carece de uma estrutura fixa de trabalho. Lembrou que a questão do idioma muitas vezes bloqueia a relação entre os dois países, deveria haver um ensino mútuo de línguas para dirimir este problema.

Marco Godinho (CDV): apontou dois temas fundamentais - novas rotas marítimas e cooperação científica e tecnológica - que precisam ser considerados nesta CD e disse que o diálogo deve recomeçar, pois deveria ter ocorrido uma reunião entre os dois países, em novembro de 2011, que não foi realizada.

Chyara Sales (Estado de MG): disse que a área ambiental é importantíssima para a CD Brasil-França, principalmente com Paris, com ênfase para mobilidade urbana (corredores ecológicos); pontuou ainda que o SAMU/Emergência parisiense é referência mundial no assunto e seria interessante trazer essa experiência para o Brasil principalmente diante dos grandes eventos que irão ocorrer, como a Copa das Confederações e a Copa do Mundo.

Ana Mauad (CNM): apontou a importância dos resíduos sólidos. Os municípios brasileiros precisam acabar com seus lixões durante os próximos dois anos.

Jean-Paul (Embaixada da França): A França é um dos principais colaboradores para a cooperação na União Europeia (+ ou - 20%). Educação/ Pesquisa Científica como pilar principal da cooperação, aliado a temas como o meio ambiente e a cultura, por exemplo.

Síntese dos pontos tratados

- Houve consenso que os acordos de irmanamento estão em baixa, sempre que não associados a projetos concretos de execução de algum tipo de cooperação com objetivos/metabol e resultados esperados.
- A cooperação Sul-Sul foi destacada por muitos dos presentes como oportunidade importante.
- O termo cooperação descentralizada, por associar-se a uma visão/experiência eurocêntrica que supostamente exclui – ao menos semanticamente – a participação do nível nacional do processo, deveria ser trocado pelo conceito “cooperação multinível”, mais inclusivo e coerente com a experiência brasileira até então desenvolvida, apontando, inclusive para a importância do alinhamento de interesses entre os diversos níveis de governo nas relações com contrapartes na relação internacional.
- Sobre o marco jurídico (regulatório/lega/de referência), concordou-se com a perspectiva de uma construção conjunta/multinível do encaminhamento do tema. Além disso, deveria refletir a perspectiva de um marco jurídico – não necessariamente legal numa perspectiva estrita – e a configuração de um sistema brasileiro de cooperação multinível também foi aventada.
- Abordou-se a necessidade da continua capacitação dos gestores locais e da prestação de assistência técnica de estados/municípios – quando for o caso;
- Tratou-se do mapeamento dos entes federados que já possuem experiências com Cooperação Multinível;

Encaminhamentos

- Redefinir o Capítulo Brasileiro a partir do modelo francês: representantes de 5 estados, 5 municípios e 5 da sociedade civil (acadêmicos + representações + outros atores);
- Promover um Seminário sobre boas práticas, acertos e aprendizados, pra o segundo semestre, em data provável de 13 e 14 de setembro, com possível tema de Brasil-África e detalhamento da missão para França;
- Criar condições para a gestão do Capítulo brasileiro da cooperação Brasil-França
- Articular a assunção de uma coordenação do Capítulo Brasileiro, formada provavelmente por um governador e um prefeito.
- Fortalecer os espaços de trocas de experiências, não só quanto às boas práticas, como também com respeito aos erros cometidos no processo de amadurecimento de tais experiências.
- Valorizar missões precursoras, em especial no que se refere à cooperação prestada.

Anexo III: Artigo - Diplomacia de megacidades para enfrentar as mudanças climáticas.

Autor: Eduardo Paes, prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

Acesso em: 16 de dezembro de 2014.

Disponível em: http://www.eduardopaes.com.br/noticias_hp/diplomacia-de-megacidades-para-enfrentar-as-mudancas-climaticas/

A configuração geopolítica que emergiu ao final da Guerra Fria vem redefinindo o cenário mundial. Nas últimas décadas, observamos a queda de superpotências políticas, a reformulação territorial de países e fomos surpreendidos pela ascensão meteórica de economias emergentes. O antigo sistema binário desapareceu. Nesta arena cada vez mais multipolar, novos jogadores entraram em cena – as cidades.

A globalização ocasionou um novo nível de interdependência. A economia e cadeias de suprimentos multinacionais não se restringem a fronteiras políticas. Um computador comprado no Brasil é projetado na Califórnia e montado em diversos países. A integração econômica foi a primeira evidência marcante desta nova era. A eclosão da recente crise financeira em uma velocidade e escala nunca antes vista foi uma evidência desconfortável dessa realidade.

Milton Friedman diz que entramos na Globalização 3.0, impulsionada pela revolução digital, após as primeiras ondas terem sido conduzidas pelos estados-nação e a integração de empresas globais e mercados. Não há tempo e espaço no mundo digital. As pessoas conversam e colaboram através das mídias sociais. Ícones culturais conquistam milhões de fãs online em locais onde nunca estiveram. Os limites entre a vida pública e a privada transformaram-se.

Enquanto isso, o sistema multilateral estabelecido em Bretton Woods, em 1944, que formou as Nações Unidas, o FMI, o Banco Mundial e o GATT, permanece praticamente o mesmo. Houve algum progresso, e o uso crescente da diplomacia em substituição a guerras é um sinal positivo. Mas este sistema também revela a morosidade da burocracia internacional e a complexidade do sistema internacional, tendo os estados-nação como os agentes-chave para mudanças.

Porém, com estruturas de poder distantes de suas populações, os governos nacionais têm dificuldades para lidar com algumas questões importantes. De fato, a experiência mostra que governos locais estão mais preparados para solucionar e atender a muitas das necessidades e demandas das pessoas. Saúde, educação, transporte, inovação e outras questões tornam-se responsabilidade de prefeitos. Prefeitos tendem a ser mais pragmáticos por serem diretamente responsáveis pela entrega de serviços públicos e melhor qualidade de vida.

Afinal, as pessoas moram em cidades, não regiões ou países. Esta posição institucional soma-se à inexorável urbanização do mundo. Até 2050, sete entre dez pessoas viverão em cidades, o que representará seis bilhões de pessoas vivendo em áreas urbanas. Este fenômeno é central para todos os desafios da humanidade.

As nações têm demonstrado dificuldade de propor soluções para questões locais e também encontram problemas para lidar com temas globais, do qual a mudança climática é um excelente exemplo. A despeito dos avisos categóricos da comunidade científica e da crescente conscientização da sociedade, governos nacionais relutam em se comprometer a reduzir as emissões de carbono, que nos últimos anos crescem continuamente. O natimorto Protocolo de Kyoto não se concretizou e criou dúvidas sobre o processo multilateral internacional.

A concentração de carbono na atmosfera atingiu mais de 400 partes por milhão em 2013, o nível mais alto em pelo menos 800 mil anos. A concentração de carbono aumentou 40% desde a era pré-industrial, em grande parte devido à queima de combustíveis fósseis e ao desmatamento, como apontado no último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC).

Todos os principais modelos climáticos indicam uma elevação de temperatura da superfície global em pelo menos 1,5 grau Celsius. A mudança climática já nos afeta, e nesse ritmo aumenta os riscos e danos às populações. Eventos climáticos extremos como o furacão Sandy em Nova Iorque e as fortes chuvas tropicais no Rio de Janeiro tendem a se tornar mais severos e frequentes.

Cidades são fundamentais para esse desafio, uma vez que mais de 70% das emissões de carbono são provenientes de áreas urbanas e 90% das regiões urbanas do mundo estão localizadas em litorais vulneráveis à elevação do nível do mar. Em todos os continentes as cidades devem ampliar sua resiliência às mudanças climáticas ao mesmo tempo em que se comprometem a reduzir as emissões de carbono. Reformular a governança global para empoderar os governos locais é fundamental.

“com estruturas de poder distantes de suas populações, os governos nacionais têm dificuldades para lidar com algumas questões importantes. De fato, a experiência mostra que governos locais estão mais preparados para solucionar e atender a muitas das necessidades e demandas das pessoas.”

A criação de redes como o Grupo de Liderança Climática C40 é outro caminho eficaz. A rede, criada em 2005, reúne as megacidades mundiais – como Nova Iorque, Londres, Tóquio e Pequim – em um esforço para reduzir as emissões de carbono e promover a resiliência urbana. A C40 foca em ações concretas e apoia projetos inovadores e políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável urbano. A organização demonstra que a melhor forma de liderar é por meio do exemplo. Em 2012, em um evento paralelo durante a conferência das Nações Unidas Rio +20, prefeitos da C40 decidiram reduzir em 1,3 gigatoneladas as emissões de carbono em suas cidades até 2030, o que equivale às emissões do México e do Canadá. Até o momento, o C40 ajudou a desenvolver mais de cinco mil projetos dentro das cidades.

A força da organização é a colaboração, uma das formas mais eficazes de promover o desenvolvimento sustentável. Envolvendo-se em uma Diplomacia de Cidades, os prefeitos e servidores municipais trocam informação e experiência, que facilitam a propagação de novas tecnologias e o acesso a políticas públicas inovadoras. Ideias criativas e projetos em uma cidade podem ser replicados em outras.

Como prefeito do Rio de Janeiro, assumo a presidência do C40, ocupando o cargo após o mandato bem-sucedido do ex-prefeito de Nova Iorque Michael Bloomberg. É a primeira vez que uma cidade emergente lidera a organização das maiores cidades do mundo. A escolha do Rio de Janeiro aumenta a responsabilidade de liderar políticas voltadas para a mudança climática e para a resiliência em áreas urbanas. Não há tempo a perder para a construção de cidades melhores e mais seguras.

Anexo IV: Notícia - Prefeitos anunciam hoje metas para enfrentar mudanças no clima.

Autor: Marcus Vinicius Pinto (Terra).

Acesso em: 16 de dezembro de 2014.

Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/prefeitos-anunciam-hoje-metas-para-enfrentar-mudancas-no-clima,a52966ec3af2d310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>.

Capitaneados pelo prefeito da cidade de Nova York, Michael Bloomberg, os prefeitos das 40 maiores cidades do mundo se encontram nesta terça-feira no Forte de Copacabana no Rio para elaborar um documento para enviar à cúpula de chefes de Estado da Rio+20. O C40 promete no documento dizer o que essas cidades estão planejando para enfrentar as mudanças climáticas e pedir mais autonomia financeira para tocar projetos de urbanização dentro de um modelo de sustentabilidade.

Durante um evento prévio ao encontro, realizado nesta segunda-feira no Rio, o ex-prefeito de Barcelona e atual presidente da ONU-Habitat, Joan Clos, criticou o excesso de financiamento concentrado nas mãos de governos centrais, que engessam os projetos das prefeituras. "Mas isso não quer dizer que temos que ficar passivos" afirmou o prefeito do Rio, Eduardo Paes.

Se sustentabilidade é a palavra da moda, urbanização precisa entrar nesse contexto, segundo os políticos. E os números provam isso. De acordo com o projeto Índice de Cidades Verdes, da empresa alemã Siemens, 50% do PIB do mundo é produzido por 600 cidades. "Urbanização é algo que produz riqueza e o mundo deve crescer de 3,5 bilhões de pessoas nos centros urbanos para 4,7 bilhões em 2030", lembrou Clos.

Os números dão conta de que a cada dois segundos uma pessoa se muda para uma cidade grande, o que significa que uma população do tamanho da cidade alemã de Munique, se muda por semana. "Estudos indicam que nos próximos 20 anos a urbanização do mundo vai aumentar ainda mais. Isso já foi um problema, mas agora nos mostra desafios de sustentabilidade", disse Paes.

E a urbanização tem desafios importantes, principalmente nas cidades dos países em desenvolvimento, cuja previsão é que 40% delas sejam responsáveis pelo PIB mundial em 2030. "Urbanização é como futebol: todo mundo acha que entende, mas é preciso um bom técnico para formar um bom time", disse Clos, torcedor do Barcelona, o melhor do time do mundo.

Os desafios começam por transportes eficientes de pessoas e bens, passa por fornecimento de energia, baixas emissões de gases, uso eficiente da água e tratamento dos resíduos, além de conforto, qualidade de vida e segurança. "Os recursos naturais estão se acabando, e quem vem para os espaços urbanos tem direito ao bem estar" disse Kadir Topbas, prefeito de Istambul, na Turquia, que também participa do evento no Rio.

E bons exemplos existem em todas as áreas. A sueca Estocolmo, por exemplo, tem mais de 93% da população indo ao trabalho em transporte público; Berlim conseguiu reduzir o consumo de energia de seus prédios em 50% nos últimos anos. Cingapura, na Ásia tem o menor índice de desperdício de água do mundo, com apenas 5%. O Brasil tem exemplos também para mostrar. Curitiba tem um sistema de transporte eficiente e pode se orgulhar de coletar 100% dos seus resíduos. O Rio de Janeiro tem o maior espaço verde urbano do mundo e São Paulo tem se empenhado muito em reduzir suas emissões de CO2.

Mas os problemas ainda são muitos. Segundo Joan Clos, muitas cidades precisam fazer um planejamento de urbanização. Literalmente se adiantar ao futuro e evitar que as cidades cresçam de forma desordenada. "As favelas surgem porque as pessoas chegam e não tem onde morar". Ele aponta que uma cidade bem planejada precisa ter 30% de sua área destinada ao espaço público. E um estudo feito pela ONU-Habitat, aponta que nas favelas e cidades com grandes aglomerações, esses números caem para 2,3%.

"Como é possível implantar um sistema eficiente de transporte, de saneamento e outros serviços públicos sem espaço?" questiona. Isso é o que vai ver o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg quando for almoçar com o prefeito do Rio, Eduardo Paes no Morro da Babilônia e do Chapéu Mangueira, no Leme, Zona Sul da cidade.

Joan Clos defende que deve existir uma constante estratégia de melhorias das cidades. Transformando as favelas, passo a passo, mas sempre com diálogo aberto com quem está ali. "As pessoas quando se sentem ouvidas e atendidas, viram agentes de transformação", disse. O prefeito de Istambul, Kadir Topbas, disse que é preciso que as pessoas entendam o bem estar que as melhorias levam a elas. "Cidades são organismos vivos e precisam ser vistos assim por arquitetos e projetistas", disse.

Essas e outras ideias vão estar na pauta de prefeitos de Nova York, Rio, São Paulo, Istambul, Bogotá, Buenos Aires, Seul, Johannesburgo, entre outros. A conferência ainda vai ter a participação do ex-presidente americano Bill Clinton por

video conferência. As cidades querem mais vez, mais voz e mais recursos para tornar essa sustentabilidade real dentro de um processo de urbanização com planejamento. "Os estudos apontam que nos próximos 30 anos vai ser investido em urbanização o mesmo que em toda a história da humanidade", revela Clos. O que não é pouco.

Sobre a Rio+20

Vinte anos após a Eco92, o Rio de Janeiro volta a receber governantes e sociedade civil de diversos países para discutir planos e ações para o futuro do planeta. A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorre até o dia 22 de junho na cidade, deverá contribuir para a definição de uma agenda comum sobre o meio ambiente nas próximas décadas, com foco principal na economia verde e na erradicação da pobreza.

Composta por três momentos, a Rio+20 vai até o dia 15 com foco principal na discussão entre representantes governamentais sobre os documentos que posteriormente serão convencionados na Conferência. A partir do dia 16 e até 19 de junho, serão programados eventos com a sociedade civil. Já de 20 a 22 ocorrerá o Segmento de Alto Nível, para o qual é esperada a presença de diversos chefes de Estado e de governo dos países-membros das Nações Unidas.

Apesar dos esforços do secretário-geral da ONU Ban Ki-moon, vários líderes mundiais não estarão presentes, como o presidente americano Barack Obama, a chanceler alemã Angela Merkel e o primeiro ministro britânico David Cameron. Ainda assim, o governo brasileiro aposta em uma agenda fortalecida após o encontro.

Anexo V: Notícia - Paes anuncia, ao lado do Secretário-Geral da ONU, o Pacto Global dos Prefeitos.

Autor: Coordenadoria de Relações Internacionais / Prefeitura do Rio de Janeiro.

Acesso em: 16 de dezembro de 2014.

Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais/exibeconteudo?id=4996887>.



Ao lado do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o prefeito Eduardo Paes anunciou na manhã do dia 23/09, na Cúpula do Clima em Nova York, a criação do Compact of Mayors - Pacto Global de Prefeitos, a maior iniciativa do mundo envolvendo cidades na luta contra as mudanças climáticas. Ele reúne as principais redes de cidades que hoje já tratam de políticas sustentáveis, representando quase meio bilhão de pessoas em 228 cidades. Além do C40, grupo presidido pelo prefeito Eduardo Paes que integra 69 das maiores cidades do mundo, o Compact of Mayors inclui ainda os membros do ICLEI e CGLU

(respectivamente Governos Locais para a Sustentabilidade e Cidades e Governos Locais Unidos, em tradução livre das siglas), com o apoio da agência da ONU sobre questões urbanas, a ONU-Habitat. No fim da tarde, Paes discursou na plenária sobre Cidades, que contou com a participação de outras autoridades, como o primeiro-ministro da Itália, o presidente da Tunísia, o governador da Califórnia, a ministra do Meio Ambiente do Brasil, além do ex-prefeito de NY e enviado especial da ONU para Cidades e Clima, Michael Bloomberg.

- Vocês estabeleceram tantos compromissos importantes, parabéns pela liderança nesse processo. Porque essa Cúpula não pode significar somente discursos, mas ações concretas e imediatas. Nós precisamos agir agora e focar nas mudanças climáticas que têm tirado mais vidas ao redor do mundo do que as guerras. Não existe Plano B, porque não existe um outro Planeta Terra. Não cabe à natureza se adaptar e sim a nós - afirmou Ban Ki-moon.

No Pacto, as cidades se comprometem publicamente a reduzir de maneira significativa as emissões de gases de efeito estufa; a tornar as metas e os planos estratégicos públicos; e a relatar anualmente o seu progresso através de um sistema de medição recém-padronizado que é compatível com as práticas internacionais. Desta forma, as cidades estarão optando por cumprir os mesmos requisitos propostos nas negociações internacionais sobre o clima, que culminarão na elaboração de um tratado climático global em Paris, em 2015.

- As cidades têm um papel especial nesta Cúpula do Clima, já que muitos dos problemas climáticos globais podem ser resolvidos por soluções urbanas locais. Do Rio a Seul, prefeitos já estão fazendo grande progresso na redução de emissões e de riscos climáticos. Hoje é um dia histórico em que damos um passo à frente. Como prefeitos nós estamos comprometidos em assumir metas ambiciosas e voluntariamente transformá-las em compromissos públicos, cientes de nossa responsabilidade em divulgá-las com rigor e transparência. Essa união significa uma redução de até 430 mil toneladas na emissão de gases do efeito estufa por ano até 2020 - um acumulado de 13 milhões de toneladas de CO2 até 2050 - disse Paes.

O Pacto vai ajudar regiões, nações e instituições financeiras a compreender melhor o impacto potencial das ações climáticas locais, e onde oferecer apoio, seja através do financiamento de sistemas de transporte de massa ou de medidas de eficiência energética.

- Hoje, ao assumir a mesma abordagem rigorosa e transparente das nações para medir e gerenciar planos de ação climática, as cidades estão demonstrando sua determinação em liderar esta questão crítica. As cidades são motores do progresso e da inovação e, ao dar este passo, podem ajudar as nações a definir novas metas, necessárias e agressivas, no próximo ano - disse Bloomberg, ao anunciar um novo estudo que mede pela primeira vez o potencial de redução das emissões de carbono caso houvesse um esforço conjunto de todas as cidades do planeta.



- Graças a esta pesquisa divulgada hoje pelo enviado especial Bloomberg, e realizada em parceria com o C40, pela primeira vez nós podemos afirmar com exatidão o quanto as cidades podem oferecer pela luta global contra as mudanças climáticas. O Compact of Mayors já tem um poder extraordinário. Mas se todas as cidades do mundo - e

não somente as 228 do Pacto - unirem seus esforços, são capazes de reduzir as emissões anuais em até 8 milhões de toneladas para além do que os países já se comprometeram. Isso representaria menos 147 milhões de toneladas de CO2 na atmosfera até 2050 para além das metas nacionais - explicou Paes.

Para acelerar e viabilizar a implementação dos compromissos assumidos, Paes destacou a importância da participação de outros parceiros públicos e privados. Um deles é a "Cities Climate Finance Leadership Alliance", cujo objetivo é estimular investimentos em infraestrutura sustentável. O prefeito anunciou ainda a criação da "City Creditworthiness Partnership", que reúne recursos do C40, do Banco Mundial e da Bloomberg Philanthropies para ajudar 300 cidades a fortalecer suas linhas de crédito e atrair novos investidores: "Os anúncios de hoje são um símbolo poderoso de unidade e progresso entre as cidades de todo o mundo. Eles também são uma demonstração do nosso compromisso em ajudar as nações a aceitar o desafio que o secretário-geral propôs para Paris 2015 e para o futuro".

Mais sobre o Compact of Mayors

Com o Pacto Global dos Prefeitos as redes de cidades mobilizarão milhares de outras cidades a aderir aos compromissos e a registrar seus inventários de emissão, bem como seus planos e metas de adaptação ao clima e mitigação dos efeitos. O Pacto também apoia um novo e consistente método de coleta e publicação de dados de emissão local de gases do efeito estufa - o GPC (Protocolo Global de Emissões de GEE de Dimensão Comunitária). As cidades que participarem do Pacto utilizarão o GPC para garantir a coerência, credibilidade e qualidade dos seus dados de emissões locais. O objetivo é preciso tornar nossas cidades mais bem informadas a respeito de seu próprio consumo e resiliência.

Um poderoso símbolo de unidade, o Pacto não é apenas um grande passo para as cidades, mas também para as nações, uma vez que demonstra o compromisso das prefeituras em auxiliar na definição de metas climáticas mais ambiciosas, transparentes e críveis a nível nacional. Além disso, encoraja os países a reconhecer os compromissos locais, estabelecer melhores políticas e direcionar recursos para que as cidades freiem o aquecimento global. "Para que as ações locais realmente façam a diferença, as cidades precisam se aproximar e se familiarizar com a divulgação de suas próprias emissões. O Pacto dos Prefeitos representa um passo importante na construção de um consenso entre as cidades sobre como conseguir isso", disse Joan Clos, diretor-executivo da ONU-Habitat.

Sobre o Grupo C40 de Cidades na Liderança Climática (C40)

O C40 Cities Climate Leadership Group (C40) é uma rede de grandes e engajadas cidades globais, comprometidas com a implementação de ações significativas e sustentáveis relacionadas ao clima, a nível local, que irão ajudar a lidar com a mudança climática global. O C40 foi criado em 2005 e ampliado através de uma parceria em 2006 com a Iniciativa Climática do presidente William J. Clinton (CCI). O atual presidente do C40 é o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; o ex-prefeito de Nova York Michael R. Bloomberg é o Presidente do Conselho de Administração.

Anexo VI: Notícia - Lançamento do Plano de Relações Internacionais do Governo do Estado de São Paulo – Discurso do Ministro de Estado, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota – São Paulo, 2 de abril de 2012.

Autor: Ministério das Relações Exteriores do Brasil – Itamaraty.

Acesso em: 22 de setembro de 2014.

Disponível em: <http://goo.gl/FmnRwL>.

Quero, inicialmente, agradecer ao Governador Geraldo Alckmin o convite para participar do lançamento do Plano de Relações Internacionais do Estado de São Paulo 2011-2014.

Pela sua formação histórica, pelo porte de sua economia e pelo elevado grau de internacionalização do significativo número de suas empresas e instituições, o Estado de São Paulo tem antiga, sólida e crescente vocação internacional.

Sua capital é uma cidade cosmopolita, que a cada momento nos faz evocar seu passado forjado pela imigração de todos os quadrantes do mundo e seu presente de intensa interação internacional.

Sua indústria, sua agricultura e seu setor de serviços estão diretamente conectados com os mercados internacionais e com os centros mundiais de tecnologia e de finanças.

São Paulo é tanto porta de entrada do País quanto de saída de brasileiros para o mundo. O número de conexões áreas diretas a partir de sua capital revela-se cada vez maior, cobrindo não apenas o entorno regional, mas crescentemente pontos extracontinentais.

Os próximos anos ensejarão maior exposição internacional de São Paulo e do Brasil, com a realização dos megaeventos esportivos. Mais proximamente, teremos a Rio+20, que não deixará de também ter impacto sobre São Paulo.

A candidatura de São Paulo a sede da Exposição Universal de 2020 traz desafio particular para os setores envolvidos com a área externa dos governos estadual e municipal.

O Itamaraty, que está presente em São Paulo por meio do nosso Escritório de Representação, chefiado pelo Embaixador Affonso Massot, não poderia deixar de apresentar-se como parceiro de primeira hora da iniciativa pioneira de São Paulo de lançar plano consolidado para orientar e fortalecer sua atuação na área externa.

Quero registrar o reconhecimento do trabalho que, sob orientação do Governador Alckmin, realizou a Assessoria Especial para Assuntos Internacionais do Governo, na pessoa do Assessor-Chefe, Rodrigo Tavares. Foi um trabalho desenvolvido em interação com o Itamaraty e com atenção às competências e responsabilidades da União e do Estado de São Paulo sob nossa Carta Magna.

É sempre oportuno recordar que a ação externa de Estados e Municípios se situa sob a égide da Constituição Federal, que, em seu artigo 21, prevê a competência da União de manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais.

Ao institucionalizar suas áreas de atuação externa na forma de Assessorias Especiais ou mesmo Secretarias de Governo, os Estados e Municípios não poderão prescindir da necessária parceria com o Governo Federal, condição indispensável para uma ação internacional do Brasil capaz de manter-se coesa, coerente e eficiente.

No mundo exterior, a ação internacional dos Estados e Municípios brasileiros será sempre vista como parte integrante e inseparável da ação externa do Brasil.

Nessa linha, o Plano de São Paulo concilia adequadamente a contribuição que os entes federados, em sua atuação externa, podem prestar à projeção e à defesa dos interesses do Brasil nos planos regional e global.

Senhoras e Senhores,

Desde o primeiro momento de seu Governo, a Presidenta Dilma Rousseff definiu as prioridades e diretrizes que vêm orientando a política externa brasileira, indicando que a política externa deveria ser – como de fato é – parte do projeto nacional de desenvolvimento.

O Brasil de hoje é um país ao mesmo tempo mais próspero e menos injusto. Conciliamos crescimento econômico, progresso social e consciência ambiental.

O Brasil sediará, em junho, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro. A Rio+20 será oportunidade para reafirmarmos que o manejo sustentável dos recursos naturais, a promoção do desenvolvimento econômico e a erradicação da pobreza são objetivos plenamente compatíveis entre si.

Nosso país se distingue por sua vocação pacífica.

Nossa voz é cada vez mais ouvida e demandada.

O Brasil tem uma presença diplomática que se aproxima do que pode ser a verdadeira universalidade. Mantemos relações diplomáticas com todos os Estados membros das Nações Unidas. Temos hoje 226 postos no exterior, dos quais 8 em processo de instalação. São 138 Embaixadas, 13 Missões junto a organismos internacionais, 3 Escritórios e 72 Repartições Consulares.

A articulação da presença internacional do Brasil envolve, de um lado, o fortalecimento de iniciativas de integração regional e, de outro, uma atuação firme na projeção global do país.

A América do Sul tem condições de ser, para o mundo, um exemplo de cooperação e de boa vizinhança.

O contínuo avanço no MERCOSUL como bloco de integração e dinamismo econômico, a entrada em vigor do Tratado Constitutivo da UNASUL, ratificado pelo Brasil em 2011, e a criação da Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC) nos dão um quadro institucional que poderá responder às demandas por cooperação em diferentes geometrias, com uma boa divisão de trabalho entre as diversas instâncias.

O desafio, agora, será o de extrair o máximo de resultados das novas estruturas, o que será importante em uma conjuntura internacional que vem sendo favorável à América Latina e Caribe, tanto na economia como na política.

Mantemos relações de forma crescentemente intensa com todos os polos da configuração multipolar em gestação. Tanto os polos “consolidados” (EUA, Europa, Japão) como os “novos” polos (BRICS).

A reconfiguração do poder mundial, que evoluiu para uma geometria crescentemente multipolar, coloca em questão a legitimidade de instituições criadas em outros contextos. O tema da governança global adquire, assim, especial relevância e atualidade – e a Reunião de Cúpula do BRICS, na semana passada, em Nova Délhi, da qual participou a Senhora Presidenta da República, confirmou uma vez mais essa percepção.

Não há dúvida de que o G-20 é mais representativo do mundo contemporâneo do que o G-8 e, como tal, consolida-se como instância necessária, cuja legitimidade se vê respaldada precisamente pelo maior peso relativo dos países emergentes. Em outras áreas, persistem anacronismos, como na composição do Conselho de Segurança da ONU.

Desde o início do ano passado, os ventos da democracia e da abertura começaram a soprar pelo Oriente Médio e pelo norte da África de forma nunca antes vista.

A experiência do uso da força militar, em nome das Nações Unidas, na Líbia, provocou reações e debates que deixaram entrever a existência de diferenças importantes de atitude sobre como lidar com situações que exigem a proteção de civis e sobre qual a melhor forma de promover a democracia e os direitos humanos no plano internacional. O mundo enfrenta desafios difíceis em situações como a da Síria, país tão próximo do Brasil – e de São Paulo – por laços humanos e históricos, e que esperamos possa em breve, com a ajuda da comunidade internacional, encontrar seu caminho de paz e democracia, dentro de respeito aos direitos humanos.

A harmonia entre as comunidades judaica e de origem árabe em São Paulo nos impele a crer na possibilidade de paz entre israelenses e palestinos, mas é preciso buscar fórmulas inovadoras. Os mecanismos existentes, como o Quarteto, não têm produzido resultados.

No plano econômico, tornou-se ainda mais evidente que os países emergentes – e muito especialmente os BRICS – passaram a ser os principais motores da economia internacional e atores centrais para a superação da crise.

Nesse quadro, o Brasil tem desempenhado papel construtivo, contribuindo para reduzir desequilíbrios globais. Mantivemos uma elevada demanda por importações, o que ajudou a mitigar os efeitos recessivos nos nossos parceiros comerciais. Em 2012, os países emergentes já serão responsáveis, pela primeira vez, por metade das importações mundiais.

Com essas credenciais, o Brasil – e a Presidenta Dilma Rousseff tem estado pessoalmente muito atenta a esse tema – tem expressado seu ponto de vista sobre o encaminhamento da atual crise financeira internacional, apontando a necessidade de que o Brasil responda a medidas tomadas por países desenvolvidos e que afetam negativamente nossos interesses, como é o caso das iniciativas de “afrouxamento quantitativo”, que provocam a desvalorização artificial de outras moedas e, conseqüentemente, prejudicam a competitividade das nossas exportações.

Senhoras e Senhores,

Em vários aspectos de suas relações exteriores, o Brasil se beneficiará de maior atenção dos entes federativos à esfera internacional e da articulação deles com o Governo Federal.

O Itamaraty há muito reconheceu a nova realidade da diplomacia federativa e tem trabalhado intensamente, em coordenação com Estados e Municípios, para explorar com eles sinergias na promoção dos interesses do Brasil.

Em 1996 foi criada uma unidade, ligada ao Gabinete do Chanceler, para tratar da diplomacia federativa – uma iniciativa pioneira no Governo Federal – e hoje essa atividade divide com a área parlamentar a atenção da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares, ponto focal no Itamaraty para a coordenação da nossa diplomacia com Estados e Municípios engajados em ações externas.

Nessa tarefa, o Itamaraty conta, igualmente, com nove escritórios de representação em nove capitais do Brasil: além de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Manaus, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

Muitas outras unidades do Itamaraty – como o Departamento de Promoção Comercial, a Agência Brasileira de Cooperação, o próprio Cerimonial e os Departamentos geográficos e temáticos, além da nossa extensa rede diplomática e consular – também vêm consolidando esse mesmo papel em relação aos Estados e Municípios. Essas unidades ajudam na organização de missões ao exterior, no recebimento de missões e autoridades estrangeiras em todo o Brasil e no desenvolvimento de iniciativas e programas voltados ao aproveitamento das numerosas oportunidades de parceria que o mundo abre hoje ao nosso País.

Dessa forma, o Plano de Relações Internacionais de São Paulo nasce com a garantia de que os órgãos encarregados da sua implementação aqui no Estado de São Paulo terão no Itamaraty um apoio fundamentado no respeito à ordem Constitucional, com vistas à formulação e execução de programas e projetos de ação internacional.

Quero desejar ao Governador Alckmin, sua equipe e a São Paulo êxito na implementação deste Plano. Que ele contribua para reforçar o papel do Estado de São Paulo na continuada ampliação da presença internacional do Brasil e da projeção mundial dos interesses de nosso País para o benefício de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

Anexo VII: Notícia - Durão Barroso visita as obras do Porto Maravilha.

Autor: Coordenadoria de Relações Internacionais / Prefeitura do Rio de Janeiro.

Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/relacoesinternacionais/exibeconteudo?id=4838011>.

O Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, realizou visita oficial ao Brasil, de 17 a 21 de julho [2014], abrangendo agenda de contatos com autoridades governamentais e representantes da sociedade civil sediados no Rio de Janeiro e Brasília.



Após as reuniões realizadas em Brasília, onde Durão Barroso recebeu o título de Doutor Honoris Causa da Universidade de Brasília (UnB), seguiu para uma agenda no Rio de Janeiro.

Dentre os assuntos em pauta, foram tratadas as estratégias econômicas e ambientais de revitalização da zona portuária do Rio, as intervenções inovadoras na infraestrutura urbana e habitacional e a implantação de polo cultural e de entretenimento reunidos no Projeto Porto Maravilha.

No que se refere ao Grupo C40 de Grandes Cidades para a Liderança Climática, a visita teve o objetivo de buscar sinergia da União Europeia com a agenda das cidades do C40.

Durão Barroso visitou as obras do Porto Maravilha, o Cais do Valongo, o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Projeto do Museu do Amanhã.

Em palestra sobre as relações entre UE e Brasil realizado na FGV, defendeu um acordo entre a UE e o Brasil.



Anexo VIII: Legislação - Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 475/2005.

Autor: Deputado Federal André Costa.

Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 475, DE 2005

(Dos Srs. André Costa e Outros)

Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Constituição Federal para permitir que Estados, Distrito Federal e Municípios possam promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros.

Art.1º O art. 23 da Constituição Federal, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo “segundo”:

“Art.23

§1º

§2º Os Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, poderão promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes de subnacionais estrangeiros, mediante prévia autorização da União, observado o artigo 49, e na forma da lei. ”

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2005. – Deputado André Costa.

Anexo IX: Parecer - Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 475/2005.

Autor: Deputado Federal André Costa.

Ementa: Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Constituição Federal para permitir que Estados, Distrito Federal e Municípios possam promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros.

Acesso em: 11 de janeiro de 2015.

Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/>.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA PROJETO DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 475, DE 2005

Acrescenta parágrafo ao art. 23 da Constituição Federal para permitir que Estados, Distrito Federal e Municípios possam promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros

Autor: Deputado ANDRÉ COSTA e outros

Relator: Deputado NEY LOPES

I - RELATÓRIO

A proposta ora encaminhada visa a acrescentar um parágrafo ao existente no artigo 23 do texto constitucional. Pela redação, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito das respectivas competências, poderiam promover atos e celebrar acordos ou convênios com entes subnacionais estrangeiros, mediante prévia autorização da União, observando-se o previsto no artigo 49 e na forma da lei.

Apresentada por número suficiente de signatários, vem a esta Comissão para que se manifeste quanto à admissibilidade.

II - VOTO DO RELATOR

Não há óbices preliminares à emenda ao texto constitucional, atendido o disposto no § 1º do artigo 60 da Constituição da República.

Para discorrer sobre o conteúdo da proposta, entendo correto abordar seus três pontos-chave:

- a) que atos internacionais os Estados, Distrito Federal e Municípios poderiam celebrar;
- b) com quem poderiam celebrar tais atos;
- c) quais as condições formais.

A sugestão da emenda ao texto constitucional ora examinada parte do pressuposto que os entes públicos acima citados não podem, hoje, celebrar atos com pessoas jurídicas estrangeiras – e não podem exatamente porque faltaria a devida menção no texto constitucional.

Discordo.

Nada há no texto constitucional que impeça Estados, Distrito Federal e Municípios de celebrar atos internacionais (com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, contratos, acordos ou convênios, etc...).

A liberdade de celebrar atos é decorrente da autonomia declarada no artigo 18 da Constituição da República e explicitada em outros artigos, como o 30. Sua liberdade é ampla e submissível a apenas dois limites:

- a) em casos onde o legislador constituinte deliberou restringi-la (vide artigo 52, inciso V);
- b) o próprio conjunto de competências atribuídas aos entes estatais pela Constituição da República.

Assim, parcela componente da autonomia estatal não pode ser diminuída ou extinta, sob pena de avançar sobre a própria natureza jurídica dos entes estatais.

De resto, certamente não caberia aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios celebrar, por exemplo, atos internacionais cujo tema seja nacionalidade ou moeda.

Vemos, portanto, que a esses entes estatais é possível celebrar atos internacionais, sim, mas, naturalmente, dentro da esfera da respectiva competência.

É possível celebrar tais atos com quaisquer pessoas estrangeiras, sejam elas dotadas ou não de personalidade jurídica de direito internacional.

Estado, Distrito Federal e Municípios podem celebrar quaisquer atos com cidadãos, organizações oficiais ou não-governamentais ou quaisquer entes de natureza estatal (o País, a Província, o Departamento, o Condado, etc.).

Para a prática de tais atos, os entes estatais não precisam de “autorização” da União, como sugerido na proposta. Autorizar, neste caso, é exercer poder sobre a vontade de outrem, e a Constituição da República não abriga muitos casos do exercício desse poder (um deles é a autorização do Senado para operações externas financeiras, já indicada).

Assim, a sugestão de “autorização” viola a autonomia reconhecida aos entes estatais.

Igualmente dispensáveis e criticáveis são a remissão ao artigo 49 (de resto imprecisa) e a previsão de lei para dispor sobre o tema.

Nada no artigo 49 parece encaixar-se na discussão ora exposta (salvo, como mero elemento de comparação, o já citado inciso V). Estariam os Autores desejando submeter a “autorização” ao crivo do Congresso Nacional e sob a forma de “lei”?

Seria, em minha opinião, apenas mais um detalhe equivocado de um mecanismo, ora sugerido, manifestamente contrário ao previsto no texto constitucional.

Pelo exposto, opino pela inadmissibilidade da PEC nº 475, de 2005, por promover a subversão da ordem federativa ao restringir a autonomia estatal prevista no artigo 18 da Constituição da República.

Sala da Comissão, em de de 2006.

Deputado NEY LOPES
Relator

2006_429_Ney Lopes_113

Anexo X: Artigo: Honrarias e laços da grife Rio.

Autor: O Globo / João Bactista Ferreira de Mello.

Acesso em: 16 de dezembro de 2014.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/artigo-honrarias-lacos-da-grife-rio-13104209>.



Música e praias são alguns dos destaques citados pelo geógrafo - Agência O Globo / Gustavo Miranda

Somente uma Cidade Olímpica e Maravilhosa pode reunir tantos títulos, honrarias, cruzamentos e convivências. Ex-capital da Colônia, do Reino, do Império e da República, o Rio de São Sebastião, neste milênio, foi eleito Patrimônio Mundial da Humanidade, cidade mais cordial do mundo, mais amigável do Planeta em pesquisas turísticas e científicas efetivadas além-mar. Hospitaleiro e aberto à diversidade, o Rio tem sido eleito o melhor destino gay. Neste curso de um caudaloso Rio de Janeiro, fevereiro e março, Copacabana “a princesinha do mar”, como cantou Braguinha, foi agraciada com título “made in USA” de praia urbana mais bela do mundo, bem como cidade mais feliz do mundo, assim aclamada pela poderosa revista Forbes. Nesta ciranda alvissareira, o Cristo do Corcovado mereceu figurar no seletivo patamar de uma das Sete Novas Maravilhas, no bojo da maior eleição aberta realizada no mundo moderno. Seguidamente, Copacabana tem mantido o privilégio junto à publicação internacional de turismo World Travel Guide, como o melhor Réveillon do mundo e o jornal The New York Times indicou o Rio como melhor destino em 2013. Esta berlinda exuberante ratifica o título cunhado por Coelho Neto, nos idos de 1908, qual seja, o de Cidade Maravilhosa e referendada no ritmo de marchinha pelo compositor André Filho na marcante gravação de Aurora Miranda, aos 19 anos, em 1934, contando com arranjo bombástico do mestre Pixinguinha, canção esta que se tornou o Hino da Cidade.



Fim de tarde na Praia de Ipanema, um dos cartões-postais do Rio - Agência O Globo / Pedro Kirilos

Às vésperas de sediar o megaevento olímpico, os laços na grife Rio persistem como em nenhuma outra cidade. Na urbe carioca a socialite fala a mesma gíria do flanelinha. Mais do que isso, as comunidades se encontram com os bairros dos mais abonados.

Na geografia do Rio, os cruzamentos são extraordinários. Estou na avenida Rio Branco, coração financeiro e de gestão da cidade, construída no âmbito e na ânsia da ordem e do progresso projetados pela República Positivista. O logradouro passou por diversas metamorfoses deixando a arquitetura da Paris nos Trópicos para os prédios e towers de vários pavimentos da praticidade americana do chamado modernismo. A duzentos ou trezentos metros desta artéria. mergulho em uma cidade colonial na Travessa do Comércio. Em uma alucinação vejo nas janelas dos belos sobrados do entorno da Praça Quinze Aurora e Cármen Miranda. No Paço, em sonho, vislumbro Isabel de Bourbon e Bragança anunciando a assinatura da Lei Aurea, na sacada central do Paço Imperial. Do outro lado, do centro nervoso da avenida Rio Branco e adjacências surge a efervescência do Camelódromo, do SAARA, do comércio popular, e a imponência da Igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário. “Dobro a Carioca” e novamente saltam aos olhos a beleza dos sobrados da rua da Carioca. À noite, a cidade pulsa no Quarteirão Cultural da Rua do Lavradio e nos alaridos da Lapa de mitológica malandragem.

Entre o casario da rua do Lavradio de séculos passados e a grandiosidade da avenida Rio Branco, o passado volta a cruzar com o presente/futuro, na Esplanada de Santo Antônio, repleta de prédios desconcertantemente admiráveis. A Ventura Corporate Towers espelha a Catedral de São Sebastião do Rio de Janeiro que não remete à ideia que tenho sobre a forma de uma igreja católica, embora com um interior respeitosamente majestoso. Do outro lado, no prédio do BNDES brota uma árvore com a parte térrea se assemelhando a raízes, o concreto o tronco e a copa assoma em vidro e aço, afora o prédio da empresa de petróleo, injustamente tido como um dos mais feios do mundo, ousando repetir uma plataforma petrolífera com vãos que nos conduzem a esta ilusão.

Se olho pro lado, há um diálogo do Rio Colonial com a Cidade Maravilhosa com o Convento de Santo Antônio, a imensidão da estação do metrô Carioca e o Edifício Central ou a Caixa Econômica Federal, carinhosamente apelidada de “Caixão” em decorrência de sua dimensão. Isto tudo em uma área outrora ocupada pela Lagoa de Santo Antônio.

Sigo e me deslumbro com uma Cinelândia com um monumental conjunto arquitetônico. Turistas e cariocas se deliciam fotografando o Theatro Municipal, no esplendor de suas formas, reentrâncias, brilho e bordados. Tudo isto fica apenas afetivamente retratado na minha tela mental e não apenas este centro das artes eruditas como, igualmente, o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional e o atual Centro Cultural da Justiça Federal. Minhas lembranças me conduzem aos cinemas de outrora, aos prostitutos de rua, comícios, bares, shows, o corre-corre diário e turbilhão de pastores esbravejando muito acima do tom mensagens bíblicas me causando estranhamento.

Caminho sobre o mar, digo, no Parque do Flamengo outrora domínio das águas da baía de Guanabara. O acasalamento é perfeito entre a arquitetura humana e a dadivosa natureza. Lembro das elucubrações da escritora americana Elizabeth Bishop, namorada de Lota Macedo Soares, que projetou com “mão de ferro” este requintado parque: “ O Rio de Janeiro não é uma Cidade Maravilhosa. É uma paisagem maravilhosa para uma cidade”.

Não sei. Prefiro parafrasear o samba de Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho “o Rio é tão grande / que nem cabe explicação”. Singrando mares, morros e atalhos aporto na Zona Sul. Em Botafogo o cardápio das atrações é assombroso. Shopping centers, cinemas de arte e de tino comercial, restaurantes, clínicas de saúde, colégios, prédios e casarões remanescentes de um bairro atualmente considerado como de passagem. Mas, qual deles não é de passagem? Possivelmente apenas a Urca desfrutando na beleza do morro e do bondinho do Pão de Açúcar ou Guaratiba, no extremo oeste da cidade.

Chego a Copacabana, síntese do Brasil, de todos os estratos de renda e de toda gente, além de turistas. Meca, digamos assim, das maiores aglomerações deste Rio, como visto no Réveillon ou na Jornada Mundial da Juventude Católica. Em Ipanema de Tom e Vinícius a batida diferente da bossa nova pulsa em meus ouvidos.

Na Lagoa ... bem, toda vez que atravesso esta parte do Rio pasmo e me extasio com os (re)arranjos e aterros planejados pela ação humana, suas águas e remadores e belos prédios que circundam a orla sob as bênçãos do Cristo no alto do morro do Corcovado.

Rumo para a zona norte e subúrbios transitando pelo Túnel Rebouças, homenagem aos engenheiros negros que projetaram a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá e o Porto do Rio, inaugurado em 1910.

Na Tijuca deparo com uma Praça Saens Peña muito modificada. O Metrô Tijuca e as outras salas de espetáculos não mais existem. Alguns cinemas de rua foram derrubados, outros transformaram-se em farmácias ou templos neopentecostais. O Shopping Tijuca oferece-me um mosaico de opções, não restrito à praça de alimentação, indo das lojas fast food, comida a quilo, oriental, portuguesa ou tupiniquim a sofisticados restaurantes, passando por sorveterias à tentadoras chocolaterias.

Em Vila Isabel no chão dos nossos caminhos, as pedras portuguesas ganham expressão e simbologia, com as partituras musicais de Noel, Pixinguinha, Braguinha, Martinho entre outros bambas do cancionário popular. No Maracanã o complexo esportivo agrega o estádio, o ginásio, o parque aquático e o Estádio de Atletismo Celio de Barros, cuja derrubada seria um crime. Minhas recordações estão mais voltadas para o Maracanãzinho, fantástico reduto no qual o Brasil sagrou-se campeão mundial de basquete. Lembro dos aplausos e vaias nos festivais da canção de Sabiá ou Pra Não Dizer que não Falei de Flores e de músicas injustamente não classificadas. Minha galeria de recordações inclui os certames de beleza, que paravam o país. Em 1964 inventaram de eleger a representante do Renascença Clube como Miss Guanabara. Pra que! Não se falava em outra coisa. Justo há quarenta anos, portanto, a belíssima Vera Lúcia Couto dos Santos, a “mulata bossa nova”, da famosa marchinha foi quebrando todos os tabus até ser laureada com um honroso 3º lugar no Miss Beleza Internacional, em Long Beach, nos Estados Unidos.

Parto para o despojamento dos subúrbios. Não há mais “cadeiras na calçada”, como na melodia de Garoto, Vinícius e Chico Buarque, imortalizada por uma iluminada Ângela Maria. A televisão recolheu as pessoas em casa. O avanço da classe média é uma tônica. Não há como não reconhecer.

“Não existe pecado do lado de cá do Túnel Rebouças”, como cantou a Caprichoso de Pilares, no Sambódromo. Mas, o trem continua sendo uma marca. Outros meios de transporte surgiram como a van e o número de automóveis cresceu enormemente contribuindo para a dinâmica coreografia empreendida no dia-a-dia por veículos e transeuntes.

Na alegria incontida da periferia e das comunidades, os ouvidos precisam suportar a profusão de sons misturando-se Alcione, funk, Zeca Pagodinho, hinos religiosos, rap e samba. As favelas de madeira e zinco sucumbiram frente ao aumento da renda e transformaram-se em comunidades com casas de alvenaria dotadas de telão, microcomputadores, geladeiras e toda sorte de aparelhos domésticos. Não há mais Marias com a “lata d’água na cabeça”, como no samba carnavalesco dos militares Luiz Antônio e Jota Júnior que anteciparam em sucessivos Reinados de Momo, nos anos cinquenta, o protesto dos festivais dos anos sessenta, e sempre contando com a voz e as célebres performances de Marlene, a Maior.

Se a natureza não se exhibe tão fulgurante, a cidade permanece maravilhosa e única na periferia e nas comunidades com os laços se intensificando com a abertura de portas, apadrinhamentos, bem como a rua ou a viela como extensão da casa e o hábito constante de trocas de alimentos.

Eis a grife Rio plena de laços em sua geografia, na arquitetura, na religiosidade, nas artes e na convivência de sua gente.

João Baptista Ferreira de Mello é coordenador do Projeto Roteiros Geográficos do Rio – UERJ